

HOWARD S. BECKER



# Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais

- Sobre o Modo Capitalista de Pensar*, José de Souza Martins (4.<sup>a</sup> ed.)  
*Colonos do Vinho*, José Vicente Tavares dos Santos (2.<sup>a</sup> ed.)  
*O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*, Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins (2.<sup>a</sup> ed.)  
*Expropriação e Violência*, José de Souza Martins (3.<sup>a</sup> ed., aumentada)  
*A Participação Social dos Excluídos*, Marialice Mencarini Foracchi  
*A Morte e os Mortos na Sociedade Brasileira*, José de Souza Martins (org.)  
*Samba Negro, Espoliação Branca*, Ana Maria Rodrigues  
*Formação Industrial do Brasil e Outros Estudos*, José Carlos Pereira  
*Mão-de-Obra e Condições de Trabalho na Indústria Automobilística Brasileira*, José Sérgio R. C. Gonçalves  
*O Cativoiro da Terra*, José de Souza Martins (5.<sup>a</sup> ed.)  
*Os 45 Cavaleiros Húngaros*, Oliveiros S. Ferreira  
*Antropologia Cultural e Análise da Cultura Subalterna*, Luigi Lombardi Satriani  
*As Lendas da Criação e Destruição do Mundo como Fundamentos da Religião dos Apapocúva-Guarani*, Curt Nimuendaju Unkel  
*Educação e Fecundidade*, Maria Irene Szmrecsányi  
*As Metamorfoses do Escravo*, Octavio Ianri (2.<sup>a</sup> ed.)  
*Com a Palavra o Senhor Presidente José Sarney (ou como Entender os Meandros da Linguagem do Poder)*, Celi Regina Jardim Pinto  
*O Antigo Regime e a Revolução*, Alexis de Tocqueville (3.<sup>a</sup> ed.)  
*Caminhada no Chão da Noite*, José de Souza Martins  
*A Organização Social dos Tupinambá*, Florestan Fernandes (2.<sup>a</sup> ed.)  
*Classes e Movimentos Sociais na América Latina*, Sônia Larangeira (org.)  
*A Refeição das Almas (uma Interpretação Etnológica do Funeral dos Índios Bororo — Mato Grosso)*, Renate Brigitte Viertler  
*Refazendo a Fábrica Fordista*, Elizabeth Bortolaia Silva  
*Os Candomblés de São Paulo*, Reginaldo Prandi

**MÉTODOS DE PESQUISA  
EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

HOWARD S. BECKER

**MÉTODOS DE PESQUISA  
EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

TRADUÇÃO

**MARCO ESTEVÃO  
RENATO AGUIAR**

REVISÃO TÉCNICA  
**MÁRCIA ARIEIRA**

**EDITORA HUCITEC**  
São Paulo, 1993



© Copyright 1992, by Howard S. Becker. Direitos de publicação em língua portuguesa, e da presente tradução, reservados pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC Ltda., Rua Gil Eanes, 713 — 04601-042 São Paulo, Brasil. Telefones: (011)530-9208 e 543-0653. Fac-símile: (011)535-4187.

ISBN 85.271.0222.6

Foi feito o depósito legal.

## Apresentação

*A obra de Howard S. Becker já é parcialmente conhecida do público brasileiro através de publicação de alguns artigos e do livro Uma Teoria de Ação Coletiva (Zahar, 1977). Por outro lado, visitou o Brasil por três ocasiões nos últimos quinze anos, dando cursos, proferindo conferências e estabelecendo contatos com a comunidade científica nacional. Recentemente, depois de lecionar por muito tempo no Departamento de Sociologia da Northwestern University, em Evanston, Illinois, transferiu-se para a Universidade de Washington em Seattle, onde prossegue suas atividades docentes e de pesquisa.*

*Sua produção intelectual é vasta e variada versando sobre temas como educação, desvio, ocupações, metodologia e sociologia da arte etc. Em todas essas áreas contribuiu com originalidade, inovando com dados e reflexões que destacam o seu espírito crítico e iconoclasta, embora sempre “cool” como um bom músico de jazz que sempre foi.*

*Apesar de manter uma reserva em relação ao que considera excessos teorizantes, preocupação que costuma manifestar por escrito e em outras manifestações públicas, tem sido uma referência permanente para boa parte dos sociólogos e cientistas sociais norte-americanos em geral.*

*Becker acredita que sua influência se deve mais ao fato de ter produzido trabalhos que serviram de modelo de pesquisa e de apresentação, do que propriamente a um discurso teórico que não valoriza particularmente.*

*De qualquer forma, temos aqui graças à iniciativa da Hucitec,*

## 6 APRESENTAÇÃO

*a oportunidade de conhecer melhor uma das mais importantes obras de ciência social do pós-guerra. O estilo modesto e sóbrio só faz ressaltar a qualidade e precisão das idéias e a clareza do raciocínio.*

*Os profissionais e estudantes de Ciências Sociais e Humanas, neste difícil período da vida brasileira, poderão fruir bons momentos de uma saudável e honesta aventura intelectual.*

*Gilberto Velho*

*Rio de Janeiro*

*maio de 1992*

# Sumário

|   |     |
|---|-----|
| <i>Apresentação</i> , Gilberto Velho . . . . .                                      | 5   |
| Introdução: Métodos de Pesquisa . . . . .   | 9   |
| Capítulo 1: Sobre Metodologia . . . . .   | 17  |
| Capítulo 2: Problemas de Inferência e Prova na<br>Observação Participante . . . . . | 47  |
| Capítulo 3: Evidências de Trabalho de Campo . . . . .                               | 65  |
| Capítulo 4: A História de Vida e o Mosaico Científico. . .                          | 101 |
| Capítulo 5: Observação Social e Estudos de Caso Sociais                             | 117 |
| Capítulo 6: Falando Sobre a Sociedade . . . . .                                     | 135 |
| Capítulo 7: Estudo de Praticantes de Crimes e Delitos..                             | 153 |

Obs: Os capítulos 1 a 5 foram extraídos do livro *Sociological Work: Method and Substance*; os capítulos 6 e 7 do livro *Doing Things Together*.

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions and activities. It emphasizes that proper record-keeping is essential for transparency and accountability, particularly in the context of public administration and government operations. The text highlights how detailed records can help identify inefficiencies, prevent fraud, and ensure that resources are used effectively.

2. The second part of the document focuses on the role of technology in modern record-keeping. It explores how digital systems and software solutions can streamline the process of data collection, storage, and retrieval. The author notes that while technology offers significant advantages, it also presents challenges such as data security, system integration, and the need for staff training. The document suggests that a balanced approach, combining traditional methods with modern technology, is often the most effective.

3. The third part of the document addresses the legal and regulatory requirements surrounding record-keeping. It discusses various laws and standards that govern how records must be maintained, including retention periods, access protocols, and data protection regulations. The text stresses that organizations must stay up-to-date with these requirements to avoid legal penalties and ensure compliance. It also touches upon the importance of having clear policies and procedures in place to guide record-keeping practices.

4. The final part of the document provides practical advice and best practices for implementing a robust record-keeping system. It suggests starting with a thorough assessment of current processes and identifying areas for improvement. The author recommends setting clear goals, defining roles and responsibilities, and regularly reviewing and updating the system. The document concludes by emphasizing that record-keeping is not just a technical task but a strategic one that can significantly impact an organization's performance and reputation.

# INTRODUÇÃO

## Métodos de Pesquisa

*E*ste volume contém ensaios que escrevi sobre o tema dos métodos de pesquisa em sociologia. Cada um deles se desenvolveu a partir da reflexão sobre as técnicas que eu havia utilizado em trabalhos de pesquisa e, deste modo, refletem minha visão geral de que a metodologia é assunto de todos os cientistas sociais, em vez de ser uma área especial de conhecimento esotérico dominada somente por poucos especialistas.

O Brasil dispõe de uma comunidade de cientistas sociais plenamente atualizada teórica e metodologicamente, e plenamente integrada no diálogo mundial sobre os problemas destas áreas. Porém, há o outro lado da moeda, pois, no meu entender, a prática mundial tem algumas falhas graves. Talvez a publicação destes ensaios contribua modestamente para que cientistas sociais, pesquisadores e também estudantes brasileiros evitem as armadilhas mais comuns.

Houve um tempo em que a teoria da sociedade e os métodos para estudar a sociedade eram atribuição de qualquer cientista social. As pessoas que elaboravam as idéias sobre como funcionam as sociedades — inclusive teóricos sociais tais como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim — também realizavam pesquisas que utilizavam estas idéias como fonte de questões a serem investigadas e de hipóteses a serem testadas. Marx e seu colega Engels investigaram as condições de vida da classe trabalhadora. Weber fez investigações históricas monumentais sobre as organizações e os sistemas religiosos, mas também realizou estudos empíricos sobre as organizações sociais contemporâneas. Nenhum destes cientistas sociais se considerava um “teórico”.

Durkheim, mais do que os outros, também inventou maneiras de estudar as questões que suas teorias levantavam. Seu estudo sobre o suicídio foi pioneiro na utilização de dados estatísticos oficialmente coletados para o estudo de questões sociológicas. Ele é responsável por um certo número de métodos de teste de hipóteses de base teórica, através da comparação das taxas de incidência de um fenômeno em diferentes grupos com atributos sociais diferentes. A idéia de um “metodológico” ainda não tinha sido inventada na época de Durkheim; se tivesse sido, Durkheim teria sido um.

Há pouco tempo atrás, ainda era comum para sociólogos — Marx, Durkheim, Weber e milhares de prestadores de serviço que alimentaram com artigos o número crescente de publicações de ciências sociais — desenvolverem sua teorização própria e seu pensamento próprio sobre métodos de pesquisa. Mas, a partir da década de trinta, tornou-se cada vez mais comum para os sociólogos especializarem-se exclusivamente no desenvolvimento de teorias ou de métodos, serem “teóricos” ou “metodólogos” que não trabalhavam em pesquisas, mas que, em vez disso, despendiam seu tempo desenvolvendo idéias e instrumentos que seriam utilizados por outros. Eles tinham recursos intelectuais que faltavam a outros sociólogos menos especializados; por exemplo, os metodólogos provavelmente conheciam mais matemática do que o sociólogo típico e, deste modo, estavam mais bem capacitados para desenvolver novas medições em base matemática. Os pesquisadores que usavam estas novas teorias e métodos faziam, por sua vez, estudos sobre tópicos específicos, mas deixavam o desenvolvimento das teorias de grande escala e de métodos novos de coleta de dados para estes novos “experts”.

Uma das pessoas que foi responsável por esta mudança foi Talcott Parsons, que, a partir da década de trinta, produziu um corpo de trabalhos teóricos extremamente abstrato — que podemos chamar de “metateoria”, teoria sobre a teoria —, sobre os pressupostos básicos do trabalho e do pensamento dos sociólogos. Ele também formou uma geração de estudantes para utilizar esta metateoria em seu trabalho empírico (tanto quanto pode uma teoria tão genérica ser utilizada empiricamente, o que não é muito bom). O próprio Parsons nunca realizou nenhum trabalho empírico, embora tenha feito várias tentativas abortadas de colaborar

com pesquisadores. Em vez disso, ele se tornou o modelo para os “teóricos”. Um teórico era alguém que lia muitos livros, alguns dos quais em línguas “estrangeiras”, e dizia às outras pessoas sobre o que deveriam pensar. Seguindo seu exemplo, gerações sucessivas produziram sociólogos que se especializaram no desenvolvimento de tais idéias gerais.

Depois da Segunda Guerra Mundial, Samuel Stouffer juntou-se a Parsons em Harvard. Embora tenha realizado pesquisas empíricas, ele era mais conhecido por suas invenções metodológicas, das quais inclusive se orgulhava mais, especialmente as relacionadas à análise dos dados de “surveys”\*. Stouffer se tornou o modelo do metodólogo. Um metodólogo era alguém que sabia muita matemática, enchia páginas com fórmulas que outros sociólogos não conseguiam interpretar e legislava sobre os métodos apropriados de coletar dados, processá-los e analisá-los, e sobre os métodos apropriados de apresentação dos resultados. A relação simbiótica entre Parsons, o teórico, e Stouffer, o metodólogo, se equiparou àquela existente entre Robert Merton, o teórico, e Paul Lazarsfeld, o metodólogo, na Universidade de Columbia. Estas duas duplas foram tremendamente influentes em escala mundial. Formaram estudantes que se deslocaram para todos os países para levar adiante o trabalho. Suas obras foram traduzidas em muitas línguas.

Eles reescreveram a história da sociologia de tal modo que, por exemplo, o trabalho empírico de Max Weber desapareceu no bojo de uma ênfase crescente sobre seus escritos mais abstratamente teóricos, e os interesses empíricos de Marx foram deixados de lado à medida que estudantes elaboraram uma exegese sem fim dos alicerces teóricos de seu trabalho.

Tudo isto fazia parte da crescente industrialização das ciências sociais, no seio da qual um aumento na escala do esforço científico coletivo foi acompanhado por uma divisão cada vez maior do trabalho. Acreditava-se que dividir o trabalho científico entre especialistas que dispusessem de enormes quantidades de conhecimentos crescentemente esotéricos pudesse levar a uma maior eficiência no desenvolvimento da ciência da sociedade. Pensava-se

---

\* Foi mantida a palavra em inglês por ser de uso corrente no jargão em Sociologia e Estatística no Brasil (nota da revisora).



que poderíamos alcançar melhores resultados com o mesmo investimento de tempo e de energia, acabando assim por obter “sucessos” na previsão de fenômenos sociais semelhantes àqueles então atribuídos às ciências físicas em ascensão (nas quais a divisão entre teóricos e pesquisadores havia sido institucionalizada).

Isso foi bom? Acho que não. Posso ser antiquado, mas prefiro um modelo artesanal de ciência, no qual cada trabalhador produz as teorias e métodos necessários para o trabalho que está sendo feito. Esta maneira de trabalhar sacrifica, é claro, as supostas vantagens da especialização. Mas tem suas próprias vantagens alternativas. Em vez de tentar colocar suas observações sobre o mundo numa camisa-de-força de idéias desenvolvidas em outro lugar, há muitos anos atrás, para explicar fenômenos peculiares a este tempo e a este lugar, os sociólogos podem desenvolver as idéias mais relevantes para os fenômenos que eles próprios revelaram. Isto não significa que os sociólogos possam ignorar o pensamento e as idéias gerais que seus predecessores e seus colegas contemporâneos tenham criado. Porém, eles não precisam interpretar o que interpretam somente em termos do que lhes foi deixado por outros. Eles não precisam ficar sentados tentando decidir, como fazem muitos estudantes, se devem “usar” Marx ou Weber na análise de seus resultados. Qualquer sociólogo é tão livre e tão competente para inventar novas idéias e teorias quanto foram Marx, Weber e Durkheim.

Além disso — o que é mais relevante para os leitores deste volume — os sociólogos deveriam se sentir livres para inventar os métodos capazes de resolver os problemas das pesquisas que estão fazendo. É como mandar construir uma casa para si. Embora existam princípios gerais de construção, não há dois lugares iguais, não há dois arquitetos que trabalhem da mesma maneira e não há dois proprietários com as mesmas necessidades. Assim, as soluções para os problemas de construção têm sempre que ser improvisadas. Estas decisões não podem ignorar princípios gerais importantes, mas os princípios gerais em si não podem resolver os problemas desta construção. Para fazê-lo, temos que adaptar os princípios gerais à situação específica que temos em mãos.

Da mesma maneira, toda pesquisa tem o propósito de resolver um problema específico que, em aspectos importantes, não é pa-

recido com nenhum outro problema, e deve fazê-lo dentro de um ambiente específico diferente de todos os que existiram antes. Os princípios gerais encontrados em livros e artigos sobre metodologia são uma ajuda, mas, sendo genéricos, não levam em consideração as variações locais e peculiaridades que tornam este ambiente e este problema aquilo que são de modo único. Assim, o sociólogo ativo não somente pode como deve improvisar as soluções que funcionam onde *ele* está e resolve os problemas que *ele* quer resolver.

Para citar um exemplo extraído do ensaio sobre o estudo de comportamentos desviantes neste livro: tratados de estatística explicam como raciocinar de maneira logicamente justificável a partir de uma amostra cuidadosamente delineada sobre o universo de onde ela vem. Porém, muitos universos não se prestam a estas descrições idealizadas da prática. Quando pessoas se dedicam a atividades que preferem manter em sigilo, elas não põem seus nomes em catálogos ou em listas de associados de modo a tornar nossa tarefa mais fácil. Ao contrário, se empenham para esconder o que fazem do conhecimento público, e isto oculta o que fazem também de nós. Quando estudamos as pessoas e organizações envolvidas em tais atividades “desviantes”, temos que conceber métodos novos apropriados para o segredo que nos confronta.

Eu sempre trabalhei desta maneira, desenvolvendo minhas próprias teorias e métodos à medida que as circunstâncias da pesquisa o exigiram. As idéias sobre métodos de pesquisa que desenvolvi para meu próprio uso algumas vezes deram provas de seu valor como guias ou indicações úteis para pessoas que lidavam com problemas semelhantes ou correlatos. Assim, escrevi sobre estas idéias, e o processo de escrever, de tornar meus pensamentos públicos, me levou a torná-las mais claras e mais sistemáticas do que foram quando eram simplesmente minha solução *ad hoc* para um problema imediato. O caráter quase sistemático destes ensaios não deve induzir artificialmente o leitor a pensar que as idéias neles contidas foram desenvolvidas de alguma maneira lógica antes de serem postas em uso. Foi exatamente o contrário que aconteceu. Eu desenvolvi a lógica depois do fato de sua utilização, de modo a tornar meus métodos mais inteligíveis e úteis para os outros.

Em sua maioria, estes ensaios lidam com problemas na pes-

quisa qualitativa, os problemas de realizar um trabalho de campo ampliado e entrevistas longas e não estruturadas, de analisar este material assistematicamente organizado e apresentar os resultados destas análises. Pesquisas qualitativas são de natureza tal que têm menos probabilidade do que suas colegas quantitativas de serem explícitas sobre seus métodos. As situações de pesquisa qualitativa incentivam, poder-se-ia dizer *exigem*, a improvisação, e muitos pesquisadores qualitativos sentem que suas soluções *ad hoc* para os problemas de campo têm pouco valor fora da situação que as evocou. Decidi imodestamente que vale a pena passar minhas soluções *ad hoc* para outras pessoas.

Mas os métodos qualitativos não são tão diferentes dos métodos quantitativos quanto pensam comumente os sociólogos. Os mesmos princípios subjacentes se aplicam a ambas as maneiras de trabalhar. Ambos os tipos de sociólogos tentam descobrir algo que valha a pena saber, no sentido de que poder-se-ia contar com este conhecimento como uma base para a atividade no que diz respeito à coisa estudada (mesmo se esta atividade for somente a de conduzir um novo estudo que utiliza os resultados daquela primeira). Ambos os tipos de sociólogos tentam persuadir um público de colegas e outros especialistas de que eles de fato aprenderam algo que não era conhecido antes. Por exemplo, um revisor, ao descobrir que a população de uma área é menor do que gostariam de fazer crer os seus campeões locais, tem os mesmos problemas, ao publicar este resultado, que um pesquisador qualitativo que revela fatos embaraçosos sobre alguma estrutura social local. Ao sugerir, como faço em um destes ensaios, que **problemas de método são sempre relativos à organização das relações entre pesquisadores e as pessoas às quais estudam, e das relações entre as várias categorias de pesquisadores na produção de resultados**, a relevância da sugestão não está confinada àquelas pessoas que passam anos realizando trabalho de campo. Ao contrário, **trata-se de uma indicação sobre as maneiras de lidar com problemas tais como o da má-fé ou das fraudes cometidas por entrevistadores\***, endêmicos em pesquisas de tipo “survey”.

---

\* No original, “interviewer cheating”. Optou-se pelas expressões “má-fé dos entrevistadores” ou “fraude dos entrevistadores”, dependendo de sua adequação ao contexto do parágrafo ou da frase (nota da revisora).

Assim, espero que estes ensaios sejam considerados relevantes para os problemas metodológicos de todos os tipos de pesquisa sociológica. Espero que venham a incentivar pesquisadores a formular seus próprios métodos de maneiras que se adéquem a seus próprios problemas e ambientes. Espero que venham a contribuir para o desenvolvimento contínuo da ciência social no Brasil.



## CAPÍTULO 1

# Sobre Metodologia

A metodologia é importante demais para ser deixada aos metodólogos. Por meio desta paráfrase trivial, quero expressar uma distinção que ficará mais clara quando eu definir os termos. A metodologia é o estudo do método. Para os sociólogos, presume-se que seja estudar os métodos de fazer pesquisa sociológica, de analisar o que pode ser descoberto através delas e o grau de confiabilidade do conhecimento assim adquirido, e de tentar aperfeiçoar estes métodos através da investigação fundamentada e da crítica de suas propriedades.

Pode-se dizer que a metodologia assim definida é assunto de todos os sociólogos, uma vez que eles participam na realização de pesquisas ou na leitura, crítica e ensino de seus resultados. Isso certamente é verdade. Porém, temos cursos de metodologia que alguns sociólogos ensinam, mas nem todos. Temos uma Seção de Metodologia da Associação Sociológica Americana à qual alguns sociólogos pertencem, mas nem todos. Em suma, alguns sociólogos são metodólogos, mas outros não são, o que significa dizer que em algum sentido institucional a metodologia não é assunto de todo sociólogo, a despeito de que devesse sê-lo ou não, ou de na realidade sê-lo ou não. Surge então a questão de determinar se os metodólogos — os guardiães institucionalmente aceitos da metodologia — lidam com o espectro pleno de questões metodológicas relevantes para a sociologia ou se lidam com um subconjunto não aleatoriamente selecionado (como eles poderiam dizer) destas questões.

Obviamente eu levanto essa questão porque acredito que eles

não lidem com o espectro pleno de questões com que deveriam lidar. Em vez disso, eles tentam influenciar outros sociólogos para que adotem certos tipos de método; ao fazê-lo, deixam os praticantes de outros métodos sem o necessário aconselhamento metodológico e não conseguem fazer uma análise adequadamente plena dos métodos que eles de fato consideram. Não estou fazendo este julgamento severo com o objetivo de confronto. Estou menos preocupado em provar que os metodólogos causaram danos do que em aperfeiçoar a prática metodológica por meio da remoção de algumas das barreiras atualmente não investigadas entre a metodologia e a pesquisa.

Primeiro abordo a questão dos limites da metodologia convencional, demonstrando (o que pode ser óbvio) seu caráter predominantemente proselitizante. Então considero modalidades alternativas de discurso metodológico, inclusive algumas que, se fossem mais comumente usadas, poderiam aperfeiçoar nossa mestria metodológica. Finalmente, discuto algumas questões importantes de método que padecem, neste momento, de falta de investigação metodológica sustentada.

#### METODOLOGIA COMO UMA ESPECIALIDADE PROSELITIZANTE

Embora alguns renomados metodólogos e filósofos da ciência acreditem que a metodologia deve se dedicar a explicar e aperfeiçoar a prática sociológica contemporânea, a metodologia convencional em geral não faz isso. Ao contrário, ela se dedica a dizer aos sociólogos o que deveriam estar fazendo e que tipos de método deveriam estar usando, e sugere que eles ou estudem o que pode ser estudado por estes métodos ou se ocupem em imaginar como o que querem estudar pode ser transformado no que pode ser estudado por estes métodos. Chamo a metodologia de especialidade proselitizante por causa desta propensão muito forte dos metodólogos a apregoar uma “maneira certa” de fazer as coisas, por causa de seu desejo de converter os outros a estilos de trabalho apropriados, por causa de sua relativa intolerância com o “erro” — todas estas características exibindo a mesma convicção autoconfiante de que “Deus está do nosso lado” que está associada às religiões proselitizantes.

Que forma de salvação a metodologia vende? O que eles pro-

põem como **caminho apropriado para uma ciência melhor?** Os detalhes variam e de fato demonstram uma tremenda quantidade de culto da novidade. Em certo momento, pode nos ser assegurado que somente **através do uso de concepções experimentais estritas em condições controladas de laboratório podemos obter proposições científicas rigorosamente testadas.** Um ano depois, uma outra pessoa nos urge a prestar uma atenção mais cuidadosa aos nossos procedimentos de amostragem, do contrário nossas conclusões acabarão por ser inaplicáveis em qualquer universo maior. Alguns lamentam a incapacidade dos sociólogos de reproduzir estudos anteriores, e outros recomendam um uso mais extensivo de modelos estatísticos de inferência causal, “path analysis”\*, modelos matemáticos, técnicas computacionais — cada uma dessas opções tem seus campeões.

Por baixo desta aparente diversidade, pode-se discernir facilmente um padrão comum: **uma preocupação com métodos quantitativos, com a concepção *a priori* da pesquisa, com técnicas que minimizem a chance de obter conclusões não confiáveis devido à variabilidade incontrolada de nossos procedimentos.** Seria excessivamente extremo dizer que os metodólogos gostariam de transformar a pesquisa sociológica em algo que uma máquina pudesse fazer? Acho que não, pois os procedimentos que eles recomendam têm todos em comum a redução da área em que o julgamento humano pode operar, substituindo este julgamento pela aplicação inflexível de alguma regra de procedimento.

Esta substituição é certamente recomendável, pois não se pode ter uma ciência quando se permite que proposições sejam feitas sem outra garantia que não a de que “parece ser assim para mim”. Tais afirmações estão notoriamente sujeitas a todo tipo de influências estranhas, sobretudo à racionalização do desejo. E as proposições geradas por procedimentos mais científicos podem, ainda assim, estar sujeitas a estas influências em qualquer ponto onde o que deve ser feito não for especificado. Portanto, um procedimento de amostragem plenamente especificado, à semelhança de uma máquina, é melhor do que a amostragem por cotas, que deixa à escolha do entrevistador quais homens brancos de meia-

---

\* Optou-se aqui pela manutenção do termo em inglês por ser de uso corrente na produção brasileira em Sociologia e Estatística (nota da revisora).



idade ele entrevistará, e portanto à mercê de quaisquer *biases*\* não aleatórios que possam afetar o que o entrevistador faz, com o perigo de que estes *biases* tenham uma correlação com atitudes em estudo. Se um entrevistador, temendo a rejeição, escolhe pessoas “legais”, e se este “ser legal” estiver correlacionado a atitudes políticas liberais, por exemplo, o procedimento de amostragem não especificado pode produzir resultados distorcidos, o que não ocorreria quando se utiliza a amostragem probabilística.

Portanto, a atividade da ciência como máquina tem muito a recomendá-la, eliminando todo tipo de tendências incontroladas. Mas, como se sabe muito bem, é difícil reduzir a ciência a tais procedimentos estritos e a algoritmos plenamente detalhados. Diante desta dificuldade, podemos optar entre dois caminhos pelo menos. Ao invés de insistir em procedimentos mecânicos que minimizam o julgamento humano, podemos tentar tornar as bases destes julgamentos tão explícitas quanto possível, de modo que outros possam chegar a suas próprias conclusões. Ou podemos transformar nossos problemas em problemas que possam ser resolvidos por procedimentos típicos de uma máquina. Ou podemos decidir não estudar os problemas que não possam ser transformados da maneira acima, sob a alegação de que é melhor aplicar nossos limitados recursos em problemas que possam ser manipulados cientificamente. De maneira geral, os metodólogos contemporâneos escolheram o último caminho.<sup>1</sup>

Poderíamos considerar a opção deles como razoável, não fosse pelo fato de que a maioria dos sociólogos ativos em pesquisa não a aceitam. As pessoas que fazem pesquisa sociológica muitas vezes aceitam e até mesmo defendem a tendência geral dos meto-

---

\* São várias as traduções com alguma aceitação do termo *bias*: tendência, preferência, inclinação, viés... etc. Entretanto, optamos por deixar o conceito no original em inglês, já que essa também é uma solução corrente no vocabulário dos sociólogos (nota dos tradutores).

<sup>1</sup> Ver a descrição talvez indevidamente pessimista da cena atual em Herbert Blumer, “The Methodological Position of Symbolic Interactionism”, em seu *Symbolic Interactionism: Perspective and Method* (Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1969), 1-60. Para conhecer o tipo de enfoque que torna o de Blumer pessimista, ver H. M. Blalock, Jr., “On Graduate Methodology Training”, *The American Sociologist* 4 (fevereiro de 1969), 5-6; mas este é apenas um em meio a dúzias de exemplos disponíveis.

dólogos de demandarem métodos mais “rigorosos”. Porém, elas não aceitam a recomendação implícita de não fazer o que não pode ser feito desse modo rigoroso. Embora respeitem as realizações dos metodólogos, respeitam outras realizações também. E estas outras realizações são concretizadas com métodos pelos quais a metodologia convencional, por não chegar a aprová-los especificamente, fez pouco no sentido de formular, criticar ou aperfeiçoar.

Permitam que eu proponha um teste simples para aquilo que Richard Hill denominou de “relevância da metodologia”.<sup>2</sup> Podemos pegar o presidente da Seção de Metodologia da ASA para representar os sociólogos cujo trabalho metodológico é particularmente respeitado, os verdadeiros portadores da tradição metodológica. E podemos pegar os livros que receberam um dos três mais importantes prêmios de sociologia conferidos regularmente — os Prêmios MacIver, Sorokin e Mills — para representar tipos de análise sociológica geralmente considerados como dignos de atenção. Quantos dos métodos usados para produzir livros vencedores de prêmios poderiam ter sido aprendidos com o estudo dos métodos associados aos presidentes da Seção?

As Tabelas 1.1 e 1.2 dão a lista dos presidentes da seção desde sua fundação em 1961 e dos ganhadores dos prêmios principais desde as suas diferentes datas de instituição. Sem caracterizar o trabalho do presidente da seção em detalhes específicos, podemos dizer com segurança que todos eles foram associados a trabalho metodológico do tipo restrito que descrevi; métodos de “survey”, análise estatística, amostragem e o uso de modelos matemáticos. É claro que, ao estudar tais métodos, alguém poderia ter aprendido a produzir algum dos livros vencedores de prêmios: *American Occupational Structure*, de Blau e Duncan, *Delinquency Research*, de Hirschi e Selvin, o estudo feito por Hollingshead e Redlich chamado *Social Class and Mental Illness*, demonstrando que os metodólogos não são totalmente privados de reconhecimento em seu próprio país. Porém, muitos outros vencedores de prêmios usaram métodos aos quais nossos mais venerados metodólogos haviam dedicado pouco tempo. O ponto central aqui

---

<sup>2</sup> Richard J. Hill, “On the Relevance of Methodology”, *Et Al.* 2 (verão de 1969), 26-9.

não é que os métodos recomendados pelos metodólogos são ruins porque produzem relativamente poucos livros vencedores de prêmios. (Um boato persistente sugere que o preconceito colaborou para manter este número baixo.) Quero dizer apenas que alguns métodos que eles geralmente não discutem ou recomendam também produzem trabalhos de alta qualidade.

Os metodólogos desprezam particularmente três métodos usados pelos vencedores de prêmios. Eles raramente escrevem sobre a observação participante, o método que produziu *Justice Without Trial*, de Skolnick, e *Asylums*, de Goffman. Eles raramente escrevem sobre análise histórica, o método que produziu *Wayward Puritans*, de Erikson, e *Work and Authority in Industry*, de Bendix. E eles raramente escrevem sobre o que poucos de nós percebemos como sendo um método — a costura de diversos tipos de pesquisa e materiais disponíveis e públicos que produziu *Black Bourgeoisie*, de Frazier. Todos os três métodos permitem que o julgamento humano opere sem ser cerceado por procedimentos algorítmicos, embora todos eles permitam a apresentação integral das bases deste julgamento necessário para satisfazer as exigências científicas.

---

*Tabela 1.1 Ganhadores dos Prêmios Sociológicos Principais*

---

*Prêmio Maclver*

|      |  |
|------|--|
| 1968 | Barrington Moore, Jr., <i>The Social Origins of Dictatorship and Democracy</i> |
| 1967 | Kai T. Erikson, <i>Wayward Puritans</i>  |
| 1966 | John Porter, <i>The Vertical Mosaic</i>  |
| 1965 | William J. Goode, <i>World Revolution and Family Patterns</i>                  |
| 1964 | Samuel N. Eisenstadt, <i>The Political Systems of Empires</i>                  |
| 1963 | Wilbert E. Moore, <i>The Conduct of the Corporation</i>                        |
| 1962 | Seymour Martin Lipset, <i>Political Man</i>                                    |
| 1961 | Erving Goffman, <i>Asylums</i>   |
| 1960 | A. B. Hollingshead e F. C. Redlich, <i>Social Class and Mental Illness</i>     |
| 1959 | Reinhard Bendix, <i>Work and Authority in Industry</i>                         |
| 1958 | E. Franklin Frazier, <i>Black Bourgeoisie</i>                                  |

*Prêmio Sorokin*

1968 Peter Blau e Otis Dudley Duncan, Jr., com Andrea Tyree, *The American Occupational Structure*

*Prêmio Mills*

1968 Elliot Lebow, *Tally's Corner*  
 Travis Hirschi e Hanan C. Selvin, *Delinquency Research*.

1967 Jerome H. Skolnick, *Justice Without Trial*

1966 David Matza, *Delinquency and Drift*  
 Robert Boguslaw, *The New Utopians*

Defendo, então, que os metodólogos nos deixaram em falta, porque, em seu esforço para reduzir as fontes humanas de erro, ignoraram o que muitos sociólogos fazem e acham que vale a pena fazer. Eles, portanto, ignoraram problemas metodológicos extremamente importantes, que afetam até mesmo os métodos que eles recomendam. Quando os metodólogos aplicarem seu talento ao espectro pleno dos problemas que nos afligem, fazendo uso de um espectro pleno de técnicas analíticas, a metodologia atingirá, para os sociólogos que fazem pesquisa, aquela utilidade que deveria sempre ter tido.

*Tabela 1.2* Presidentes da Seção de Metodologia, Associação Sociológica Americana

|         |                    |         |                   |
|---------|--------------------|---------|-------------------|
| 1968-69 | Hanan C. Selvin    | 1964-65 | Peter H. Rossi    |
| 1967-68 | H. M. Blalock, Jr. | 1963-64 | Sanford Dornbusch |
| 1966-67 | Richard J. Hill    | 1962-63 | Herbert Hyman     |
| 1965-66 | Robert McGinnis    | 1961-62 | Leslie Kish       |

**MODALIDADES DE DISCURSO METODOLÓGICO**

A pura descrição técnica constitui-se na primeira e mais primitiva forma de texto metodológico em sociologia. Tais textos na verdade não são mais do que tratados sobre "como fazer", descrevendo o que homens práticos da nossa disciplina consideraram formas úteis de fazer pesquisa. Tais formas podem ser descritas de modo mais ou menos lógico, mas não surgem a partir de quaisquer análises particularmente profundas do problema em ques-

tão. O problema, ao contrário, tem sido visto como de ordem prática, algo em relação ao qual alguma coisa precisa ser feita para que a pesquisa possa ir adiante. O autor descreve algo que ele tentou e descobriu que “funciona”, qualquer que seja o significado que a isto se atribua.

O que eu incluo nesta categoria ficará suficientemente claro em breve, quando descrevo os outros diferentes tipos de texto metodológico. Porém, alguns exemplos podem ser úteis. Eles podem ser encontrados em textos sobre todas as variedades de métodos usados pelos sociólogos. Por exemplo, as inovações técnicas na manipulação de notas de campo qualitativas propostas por Geer e por mim mesmo representam uma tentativa de solução para um problema que vinha perturbando os pesquisadores de campo há algum tempo, e para o qual a maioria deles já havia criado esquemas próprios.<sup>3</sup> Do mesmo modo, muitas técnicas de análise de “surveys” ou de sua realização no campo são descritas em trabalhos deste tipo.

Talvez o fato de que a descrição técnica não apareça frequentemente na literatura publicada, mas seja passada de boca em boca, como uma espécie de tradição oral, signifique alguma coisa. Uma vez que este tipo de material técnico frequentemente tem pouca ou nenhuma base lógica ou teórica, parece ser de algum modo excessivamente cru para ser publicado. Os professores dizem a seus alunos de pós-graduação como lidar com o problema, considerando a coisa toda como parte da “arte da sociologia”. Ou colegas que trabalham na mesma área podem passar dicas sobre formas úteis de procedimento. Quando estes materiais chegam a encontrar o caminho do prelo, são muitas vezes denegridos como coisas de “livros de receitas”.

Menciono a descrição técnica porque esta forma chã de conhecimento é provavelmente a precursora de um enfoque mais sistemático da metodologia que chamamos de *analítica*. Os textos analíticos procuram descobrir a lógica inerente à prática convencional, a fim de reduzir aquela prática a um conjunto defensável

---

<sup>3</sup> Howard S. Becker e Blanche Geer, “Participant Observation: The Analysis of Qualitative Field Data”, in R. N. Adams e J. J. Preiss, *Human Organization Research: Field Relations and Techniques* (Homewood, Ill.: Dorsey Press, 1960), 267-89.

de regras de procedimento. O metodólogo analítico pressupõe, com efeito, que se um número significativo de sociólogos faz uma certa coisa de uma certa maneira, eles provavelmente chegaram, depois de cometerem erros, a um método essencialmente correto, o qual precisa ter a sua estrutura lógica desvendada agora. Ao desvendar esta estrutura, poderemos selecionar o que é logicamente inerente ao método e o que está vinculado a ele apenas por circunstâncias ou costume, e pode ser ignorado sem riscos ou, melhor ainda, ser feito de modo mais sensato e útil.

A metodologia analítica surge a partir da insatisfação. O sociólogo pode achar indigno para seu *status* de cientista trabalhar segundo regras convencionais de bom senso. Seus métodos talvez não funcionem tão bem quanto ele gostaria que funcionassem. Ele pode começar a explorar a lógica subjacente ao que está fazendo em função de simples curiosidade intelectual ou porque alguém atacou esta lógica.

De todo modo, a metodologia analítica caracteristicamente assume a forma de perguntar o que os sociólogos reais fazem quando pesquisam e depois tenta ver que conexão lógica pode ser estabelecida entre as várias etapas do processo de pesquisa. Ao perguntar por que as coisas são feitas de uma certa maneira, ela desenvolve uma descrição logicamente defensável do que antes talvez houvesse sido apenas uma coletânea de práticas costumeiras. Podemos então aperfeiçoar a prática cotidiana, concebendo atividades de pesquisa segundo o que deveriam ser, a fim de que desempenhem o papel adequado no método, conforme a análise dele feita.

Por exemplo, a insatisfação da “escola de Colúmbia” com o uso convencional de testes de significância estatística provocou uma reavaliação profunda dos objetivos que estes testes supostamente deveriam estar atingindo e de como estes mesmos objetivos poderiam ser mais bem atingidos. Em seguida a estas discussões, os sociólogos desenvolveram vários testes novos e potencialmente mais úteis, especificamente concebidos para lidar com os dados disponíveis para pesquisa sociológica. Ao invés de usar testes desenvolvidos para dados com características bastante diferentes — porque não havia nada melhor disponível e supunha-se que algum teste deveria ser usado —, os sociólogos possuem agora uma ampla variedade de testes e medidas logicamente defensáveis. Este avanço se concretizou porque os analistas penetraram

muito profundamente na questão central — qual seja, o que um teste supostamente deve fazer — para, aí sim, desenhá-los de modo a que tivessem maior probabilidade de atingir estes objetivos.<sup>4</sup>

Do mesmo modo, Lazarsfeld, Hyman e outros sistematizaram e racionalizaram a arte da análise de surveys, ao desenvolverem, a partir do que era prática comum, as diversas maneiras pelas quais uma terceira variável influencia a relação entre duas variáveis, e explicarem as conclusões que se pode plausivelmente tirar nos diversos casos assim explicitados. Esta autoconsciência aumentada permite o desenvolvimento de outros métodos como uma extensão da lógica criada para dar conta do que foi feito no passado.<sup>5</sup>

A última expressão soa um pouco desconjuntada, mas quero que fique claro que a lógica que acabará por ser “revelada” em tal busca analítica pode não ter estado presente de fato, mas pode ter sido *lida dentro* do que já foi feito no *passado*. No desenvolvimento da sociologia, provavelmente não faz diferença se a explicitação analítica de um método é fiel ao que se propõe explicitar, ou se este objeto foi usado simplesmente como um trampolim para uma produção mais imaginativa. O teste mais sério

---

<sup>4</sup> Os principais documentos na controvérsia do teste de significância são: Hanan C. Selvin, “A Critique of Tests of Significance in Survey Research”, *American Sociological Review* 22 (outubro de 1957), 519-27; Robert McGinnis, “Randomization and Inference in Sociological Research”, *ibid.* 23 (agosto de 1958), 408-14; Leslie Kish, “Some Statistical Problems in Research Design”, *ibid.* 24 (junho de 1959), 329-38; e Santo F. Camilleri, “Theory, Probability, and Induction in Social Research”, *ibid.* 27 (abril de 1962), 170-8. Ver também Johan Galtung, *Theory and Methods of Social Research* (Nova York: Columbia University Press, 1967), 358-88; Thomas J. Duggan e Charles W. Deane, “Common Misinterpretations of Significance Levels in Sociological Journals”, *The American Sociologist* 3 (fevereiro de 1968), 45-6; Robert F. Winch e Donald T. Campbell, “Proof? No. Evidence? Yes. The Significance of Tests of Significance”, *The American Sociologist* 4 (maio de 1969), 140-3; e Denton E. Morriscen e Ramon E. Henkel, *The Significance Test Controversy. A Reader* (Chicago: Aldine Publishing Co., 1970). Leo Goodman, Herbert L. Costner, Robert J. Somers e Robert L. Keik têm sido particularmente ativos no desenvolvimento de novas medidas de associação e de maneiras de testar sua significância.

<sup>5</sup> Uma apresentação sistemática destas técnicas pode ser encontrada em Herbert Hyman, *Survey Design and Analysis* (Nova York: Free Press, 1955).

é saber se o seu resultado é de maior utilidade para os sociólogos em atividade do que o que existia até então.

Há alguma virtude, porém, em fazer com que um relato analítico de um método seja fiel. Pode ser que, no curso da análise, o analista, a fim de simplificar e obter um fechamento lógico, elimine alguns traços do método mais antigo que ele não consegue encaixar em sua lógica, mas que são, não obstante, de grande importância prática. Na realidade, muitos dos problemas que os sociólogos enfrentam em suas pesquisas podem surgir em consequência das espinhosas dificuldades que foram postas de lado em nome da elegância e do fechamento analíticos. É certamente verdade, como veremos, que muitos problemas importantes realmente não são abordados nos textos atuais de metodologia. Esta situação pode ter-se materializado porque os metodólogos analíticos estão ansiosos demais para obter elegância lógica e dispostos demais a sacrificar em função disso detalhes do que os sociólogos habitualmente fazem. (Qualquer pessoa que compre um veleiro de segunda mão nunca deve jogar fora nenhuma das bugingangas que encontrar dentro dele — um prego, um pedaço de madeira ou o que quer que seja — porque indubitavelmente acabará descobrindo que cada uma delas estava lá por um motivo, que o proprietário anterior as usava para fazer algo de importante. Pode ser que não fosse a melhor maneira de realizar o trabalho, e provavelmente se poderia comprar um artigo manufaturado para fazê-lo melhor (ou igualmente bem), mas o serviço precisa ser feito, e você não se atreve a jogar nada fora até que saiba que serviços cada uma delas realizava e crie uma nova maneira de fazer estes serviços. A analogia com a metodologia analítica pode ser aqui bastante estrita.)

A dissecação analítica de métodos, contudo, tipicamente se concentra em apenas algumas etapas da implementação real de um método, aquelas que melhor podem ser assimiladas ao modelo algorítmico mecânico. Quais são as várias maneiras de relacionar três variáveis contidas num questionário de um “survey”? Qual é a melhor maneira de escolher os entrevistados num “survey”, a fim de obter um grau ótimo de generalização? Porém, surgem outros problemas na implementação destes métodos que não podem ser reduzidos deste modo, problemas que envolvem a própria interação do pesquisador com aqueles que estuda, ou do pesquisador com seus colegas e assistentes, que derivam do contexto



social no qual qualquer operação de pesquisa tem lugar. Estes problemas são igualmente permeáveis à análise, mas a análise não deve confiar apenas na lógica da análise de variáveis ou na teoria da probabilidade e abordagens similares. Deve, ao invés disso, incorporar as descobertas da própria sociologia, tornando os aspectos sociológicos e interacionais do método parte do material submetido à revisão analítica e lógica. Podemos chamar tal enfoque para a metodologia de sociológico. Alguns exemplos podem tornar este ponto mais claro.

As fraudes cometidas por entrevistadores sempre foram um problema sério para diretores de organizações de pesquisa que produzem "surveys". A análise lógica que se segue a um "survey" simplesmente pressupõe como verdadeiro que as entrevistas especificadas no desenho amostral serão realizadas, e que seus resultados serão enviados de volta à organização. Sabe-se, todavia, que um certo número de entrevistadores falsificará suas entrevistas, preenchendo horários e guias de entrevista com respostas imaginárias para entrevistas que nunca foram realizadas. Como práticos homens de negócio, os responsáveis por "surveys" criaram regras de bom senso para definir o problema e métodos práticos de lidar com ele. Por exemplo, uma certa proporção da amostra pode ser reentrevistada, ou, pelo menos, pode-se verificar com cada um dos respondentes se uma entrevista de fato foi realizada. Periódicos e organizações neste campo ocasionalmente publicam trabalhos ou realizam simpósios sobre como lidar com o problema, e as respostas dadas são práticas e não teóricas. Eles não obtêm justificação a partir de nenhuma análise lógica do problema.<sup>6</sup>

Uma análise lógica provavelmente não adiantará muito. Uma abordagem mais direta do problema, incorporando uma metodologia sociológica, foi proposta por Julius Roth.<sup>7</sup> Ele sugere que

---

<sup>6</sup> Ver a mesa-redonda "Survey on Problems of Interviewer Cheating", *International Journal of Opinion and Attitude Research* 1 (1947), 93-106; Herbert H. Hyman *et al.*, *Interviewing in Social Research* (Chicago: University of Chicago Press, 1954), 241-2; e Franklin B. Evans, "On Interviewer Cheating", *Public Opinion Quarterly* 25 (primavera de 1961), 126-7. Um esforço anterior mais teórico é o de Leo Crespi, "The Cheater Problem in Polling", *ibid.* 9 (outono de 1946). 431-45.

<sup>7</sup> Julius A. Roth, "Hired Hand Research", *The American Sociologist* 1 (agosto de 1966), 190-6.

encaremos o problema da fraude cometida pelo entrevistador como um exemplo de um fenômeno sociológico muito conhecido, normalmente chamado de “restrição da produção”. Quando técnicos ou profissionais especializados usam trabalhadores relativamente sem especialização para fazer o trabalho comum de uma organização, os trabalhadores ficam muitas vezes mais preocupados com gerar a aparência de terem feito aquilo que se espera que eles façam do que em de fato atingir quaisquer metas que os profissionais possam ter estabelecido para eles. Portanto, os trabalhadores de fábrica ficam menos preocupados com as metas globais de lucro e eficiência da organização do que com a maximização de sua própria autonomia. Conseqüentemente, eles manipulam seu trabalho para fazer com que pareça, aos olhos de inspetores e supervisores, que eles estão trabalhando o máximo que podem o tempo todo, mesmo que estejam acumulando quantidades significativas de “tempo livre” para seu próprio uso. Nada na sua situação de trabalho faz com que seja importante para eles que a organização seja lucrativa e eficiente; tudo conspira para fazer com que seja do interesse deles maximizar sua própria área de atividade discricionária.<sup>8</sup>

Roth argumenta que estes entrevistadores que fazem a parte do trabalho “braçal”\* característico de “surveys” se comportam exatamente desta maneira. Eles não perdem nem ganham se o “survey” for menos preciso ou menos científico do que deveria ser; mas ganham se obtiverem o máximo de renda com o mínimo de trabalho. Eles ganham, além disso, quando evitam tarefas que lhes parecem, a despeito de qualquer fundamentação que tenha sido desenvolvida por seus superiores, tolas ou sem sentido. Deste modo, eles evitarão realizar entrevistas quando for difícil conseguir respondentes que concordem em ser entrevistados, quando as perguntas que eles fazem parecem não ter sentido, e assim por diante.

Em suma, Roth sugere que o problema da má-fé do entrevistador

---

<sup>8</sup> O estudo clássico deste fenômeno na indústria é de Donald F. Roy, “Quota Restriction and Goldbricking in a Machine Shop”, *American Journal of Sociology* 57 (abril de 1952), 427-42.

\* No original, *egwork*, “trabalho de pernas”, para representar um aspecto penoso presente no trabalho dos entrevistadores de “survey” que é a necessidade de fazer a pé o percurso entre as unidades da amostra e, freqüentemente, fazer as entrevistas de pé (nota da revisora).

tador é essencialmente um problema comum à maioria das organizações hierárquicas, qual seja a tentativa dos escalões inferiores da organização de maximizar sua autonomia e poder de decisão. A solução para o problema, dentro desta visão, não é uma supervisão mais severa, mas sim vincular a motivação dos trabalhadores às metas da organização, na medida em que isso seja possível. Roth sugere diversas inovações na organização de pesquisa que poderiam atingir esta meta, e, portanto, supostamente diminuir a taxa de má-fé ou fraude.

Este exemplo demonstra os traços essenciais de uma análise metodológica sociológica. Analisamos o sistema de interação no qual o problema surge, exatamente do mesmo modo que analisaríamos qualquer outro sistema de interação. Perguntamos que categorias de participantes estão envolvidas na interação, quais são as expectativas de umas em relação às outras, que sanções existem para cada categoria de participantes utilizar em suas tentativas de controlar o comportamento das outras categorias envolvidas. Localizamos o problema metodológico no comportamento das pessoas que participam deste sistema, perguntando o que, nos padrões recorrentes de interação, faz com que as pessoas façam as coisas que nos trazem dificuldades como cientistas.

Roth na realidade lida com apenas uma parcela do sistema de interação total no qual se insere a má-fé ou fraude do entrevistador. Podemos prosseguir perguntando, por exemplo, quais características organizacionais específicas de "surveys" são específicas a tal ponto que os entrevistadores podem cometer fraudes sem que seus resultados sejam visíveis no documento que produzem. Porque os supervisores não reconhecem uma entrevista forjada simplesmente ao olhar para ela? Porque eles precisam, em vez disso, confiar numa verificação posterior com os respondentes? Tal investigação nos conduziria a questões que dizem respeito à natureza hierárquica das organizações que desenvolvem pesquisas do tipo "survey", e nos levaria a perguntar, por exemplo, como faz Roth em outro trabalho, porque o trabalho científico básico é encarado como algo que pode ser feito por pessoas que não têm treinamento.<sup>9</sup> Uma série de perguntas interessantes so-

---

<sup>9</sup> Julius A. Roth, "The Status of Interviewing", *Midwest Sociologist* 19 (dezembro de 1956), 8-11.

bre a organização da pesquisa surge aqui, e, realmente, podemos ver que uma exploração plena do problema da má-fé do entrevistador nos levaria a uma investigação profunda da sociologia de pesquisas de tipo “survey”, uma tarefa que não emprenderei aqui.

Este exemplo mostra também que podemos, pelo menos às vezes, nos basear em resultados relacionados à organização social já existentes na literatura sociológica. Temos apenas que usar nossas imaginações sociológicas para ver que o problema que está nos interessando, por mais que isso possa parecer técnico num sentido estreito, de fato pertence a uma classe de problemas bastante conhecida na pesquisa sociológica, neste caso a classe de ações empreendidas por subordinados para preservar sua autonomia.

Às vezes a análise de um problema metodológico nos ajuda a ver traços gerais de organizações que ainda não estão registrados na literatura sociológica. Por exemplo, ao considerar o eterno problema do *bias* na pesquisa, achei útil introduzir um traço de estruturas de estratificação que, tanto quanto sei, não foi apontado anteriormente na literatura.<sup>10</sup>

Os cientistas sociais geralmente vêem o problema do *bias* como uma dificuldade técnica, a ser superada através de métodos mais estritos e rigorosos de pesquisa. Parece, porém, evidente que, mesmo que sejamos cada vez mais cuidadosos em relação aos procedimentos de amostragem, à construção dos questionários e aos métodos de observação e registro dos dados de campo, o problema do *bias* continuará a existir. Vamos, então, abordá-lo como um problema da organização social de pesquisadores e daqueles que eles estudam, ao invés de vê-lo como uma questão a ser resolvida através de uma técnica cada vez mais rigorosa e disciplinada.

Quando surge a acusação de *bias*? Se tomarmos como um exemplo do problema os estudos organizacionais que provocaram tais acusações, acabaremos por descobrir que a acusação é feita pelas pessoas que administram a organização estudada, refletindo a sua insatisfação com um relatório de pesquisa que dá um crédito substancial à visão da organização a partir do ponto de vista de

---

<sup>10</sup> Discuto o problema mais amplamente em “Whose Sides Are We On?”, em *Sociological Work: Method and Substance*.

seus subordinados. As pessoas que administram a organização normalmente expressam sua queixa da seguinte maneira: "Você tem andado escutando as reclamações destas pessoas que estão hierarquicamente posicionadas mais abaixo na organização e parece levá-las a sério. Parece que você não compreende que eles não sabem a história toda, e que há boas razões pelas quais fazemos as coisas das quais eles se queixam. Você passa a imagem de que eles estão certos e nós errados".

As queixas das pessoas que administram organizações, devidamente compreendidas, revelam a sociologia essencial do *bias* e, particularmente, deixam claro que o *bias* jamais será eliminado com o aumento do rigor metodológico, pois a queixa essencial não tem nada a ver com o rigor com o qual nós reunimos nossos fatos, mas sim com o ponto de vista que parecemos estar assumindo. **Simplificando o enunciado acima, uma característica da estrutura de qualquer organização estratificada é que os representantes comuns da sociedade rotineiramente atribuem maior credibilidade à história contada por aqueles que a administram do que às histórias daqueles que estão nos níveis inferiores na hierarquia.** Esta *hierarquia de credibilidade* parece-me ser um traço característico de todas as organizações hierárquicas. O sociólogo provoca a acusação de tendencioso sempre que diz alguma coisa que nega a legitimidade da hierarquia de credibilidade. Ele só pode evitar este tipo de acusação assumindo o ponto de vista dos membros de nível superior de uma organização da forma como é apresentado, o que representa claramente uma forma de *bias* tão séria quanto a outra, além de ser vista como tal pelos subordinados. Ele também não pode evitar esta acusação sendo neutro e apresentando ambos os lados da história, pois, quando ele toma a iniciativa de contar a história do ponto de vista dos subordinados, viola a hierarquia de credibilidade e portanto será necessariamente acusado de *bias*.

Esta análise nos diz como evitar ficar de um lado ou de outro inconscientemente. Na medida em que sabemos o que estamos fazendo em vez de fazê-lo ao acaso, podemos dizer que temos como evitar o problema. Porém, na medida em que o problema surge a partir da nossa preocupação com as acusações feitas pelas pessoas estudadas, jamais conseguiremos evitá-lo.

O ponto a enfatizar neste exemplo é que, **ao empreender uma**

análise sociológica de um problema metodológico, podemos fazer uma pequena descoberta relativa à teoria da estratificação. Neste caso, não havia nenhuma teoria previamente concebida para lidar com o problema, mas foi possível criar uma classe teórica de fenômenos de interação social na qual pudemos colocar o problema do *bias*, a fim de obter uma maior compreensão sobre ele.

A estratégia básica de uma análise sociológica de um problema metodológico, assim, consiste em ver a atividade científica cujas características metodológicas estão sob investigação exatamente como veríamos qualquer tipo de organização da atividade humana. Esta estratégia leva, é claro, a uma ligação muito direta com a sociologia da ciência, mas se diferencia da sociologia da ciência por se concentrar nos problemas de método, quer eles surjam das atividades práticas de sociólogos quer das análises lógicas do que fazem. Muitos problemas de método, hoje em dia raramente submetidos à investigação metodológica, podem talvez ser mais bem abordados deste modo.

#### ALGUNS PROBLEMAS DE MÉTODO NEGLIGENCIADOS

Um traço muito marcante da especialidade da metodologia para uma pessoa que não é metodólogo é seu foco numa quantidade relativamente pequena de problemas, escolhidos dentre todos os problemas de método que os sociólogos na realidade têm que enfrentar. Enquanto os sociólogos em atividade no campo ocasionalmente escrevem artigos sobre os problemas específicos de método que surgiram durante seu próprio trabalho, o grosso dos trabalhos especializados em metodologia lida com problemas de amostragem, métodos de inferência estatística, construção de escalas e coisas afins. Em virtude do conjunto restrito de questões sobre as quais este trabalho tem-se concentrado, ele implicitamente tem pressionado os sociólogos a considerar estas como sendo as questões importantes de método, e as soluções propostas igualmente como sendo os estilos de trabalho aprovados.

Este é um desdobraimento infeliz, pois tem freqüentemente impedido que as pessoas com dom para o trabalho metodológico se concentrem em outros problemas cujas soluções são igualmente vitais para nosso empreendimento comum. Isso fortaleceu mais ainda a crença quase inconsciente da maioria dos sociólogos de que alguns

problemas podem ser abordados de maneira “científica”, enquanto outros problemas — não importa o quanto sejam importantes ou interessantes — devem ser ignorados por enquanto, até que criemos métodos suficientemente rigorosos, ou enfrentados de maneiras que se baseiam na intuição e outros dons que não podem ser transmitidos. Se não existe um conjunto estrito de regras e procedimentos aprovados, ou não faça o trabalho ou então qualquer coisa serve.

Não temos necessidade de ficar empacados nestas alternativas pouco palatáveis. A seguir, sugiro alguns problemas com os quais os metodólogos deveriam lidar, dou uns poucos exemplos de como estes problemas foram examinados ocasionalmente e, em particular, sugiro que a aplicação da metodologia sociológica pode ser vantajosa na abordagem de muitos deles. A lista não é exaustiva nem sistemática; ela lida com problemas em relação aos quais minha responsabilidade é apenas parcialmente verdadeira, pois não teria tomado consciência deles se já não tivessem sido objeto de alguma atenção. Ofereço-os como sugestões do tipo de coisa que deveríamos estar examinando.<sup>11</sup>

**Inserção.** Um problema que aflige quase todos os pesquisadores — pelo menos todos aqueles que tentam estudar, por qualquer método, organizações, grupos e comunidades do mundo real — é se inserir: **conseguir permissão para estudar aquilo que se quer estudar**, ter acesso às pessoas que se quer observar, entrevistar ou entregar questionários. O problema é perene para os praticantes de observação participante, que habitualmente têm que negociar a questão novamente a cada vez que entram numa organização, pois será a primeira vez que algum sociólogo o terá feito.<sup>12</sup> Até recentemente, isto não havia sido tão prioritário para

---

<sup>11</sup> Gideon Sjoberg e Roger Nett publicaram recentemente *A Methodology for Social Research* (Nova York: Harper e Row, 1968), livro que assume em grande parte o ponto de vista aqui expresso, como também *The Research Act*, de Norman K. Denzin (Chicago: Aldine Publishing Co., 1970).

<sup>12</sup> Numerosos relatos deste processo e seus problemas podem ser encontrados em Philip Hammond, organizador, *Sociologists at Work* (Nova York: Basic Books, 1964) e em Arthur J. Vidich, Joseph Bensman e Maurice R. Stein, organizadores, *Reflections on Community Studies* (Nova York: John Wiley, 1964). Encontra-se uma discussão pioneira do problema em Burleigh Gardner e William F. Whyte, “Methods for the Study of Human Relations in Industry”, *American Sociological Review* 11 (agosto de 1946), 506-12.



os que usam métodos de “survey”, em grande parte porque eles vinham lidando com agregados e não com grupos e, portanto, enfrentavam problemas de recusa individual ao invés de recusa de grupo, ou porque eles habitualmente usavam os mesmos ambientes para administrar seus questionários (normalmente escolas, e muitas vezes escolas em que ensinavam), de modo que tinham acesso direto e privilegiado aos respondentes.

O problema foi recentemente trazido à baila outra vez por pesquisadores que utilizam “surveys”, devido a um interesse renovado de vários grupos nos possíveis efeitos de se permitir que os questionários fossem administrados indiscriminadamente a estudantes e outros grupos de informantes “cativos”. Alguns conservadores (inclusive alguns que estão no Congresso) se sentiram ofendidos com a prática de se fazer perguntas pessoais a estudantes sobre seus sentimentos em relação a seus pais, suas próprias atitudes e experiências sexuais e religiosas e outros tópicos que os leigos geralmente encaram como pessoais. Ocasionalmente, sistemas escolares se recusaram a permitir a entrada de um pesquisador, em consequência da pressão conservadora sobre o Conselho Diretor da escola. Do mesmo modo, agremiações de estudantes como a Students for a Democratic Society e a National Student Association fizeram eco às preocupações de uns poucos cientistas sociais de que talvez os dados não sejam sempre tão confidenciais quanto prometemos, ou sejam usados para fins que os estudantes que os forneceram não aprovariam; e o uso de técnicas experimentais enganadoras criou o problema do respondente “esperto” que age deliberadamente de forma a não confirmar o que ele supõe que seja a hipótese em teste. Talvez sejam também vivenciadas dificuldades para o financiamento da pesquisa. O que já temos é uma consciência crescente da parte de indivíduos e grupos de que, afinal, ninguém precisa cooperar com as pesquisas de ciências sociais.<sup>13</sup> O problema da inserção, portanto, tem uma nova e crescente importância.

---

<sup>13</sup> Quanto à recusa de permissão para a entrada por parte de sistemas de escolas, ver Harwin L. Voss, “Pitfalls in Social Research: A Case Study”, *The American Sociologist* 1 (maio de 1966), 136-40. Problemas de confidencialidade em pesquisas com estudantes são descritos em John Walsh, “ACE Study on Campus Unrest: Questions for Behavioral Scientists”, *Science* 165 (11 de julho de 1969), 157-60 e Judith Coburn, “Confidentiality is not the



De qualquer modo, a questão de se conseguir permissão para conduzir um estudo tem recebido pouca atenção na discussão metodológica séria. O que existe na literatura trata, na maior parte, da questão da ética, de que promessas é lícito fazer para as pessoas que você se propõe a estudar, a fim de ter acesso a elas, e em que medida você está comprometido com estas promessas.<sup>14</sup> Hughes<sup>15</sup>, por exemplo, contribuiu com algumas discussões esclarecedoras sobre a negociação da pesquisa, e diversas pessoas nos fizeram narrativas bastante detalhadas de como eles agiram para “se inserir” em casos específicos.<sup>16</sup> A matéria-prima para o início de uma análise séria da questão está disponível.

Isto me parece um problema prioritário para uma metodologia sociológica. Precisamos investigar estes casos nos quais o acesso foi conseguido facilmente e aqueles em que se provou difícil ou impossível. Precisamos saber que concepções os membros de organização têm sobre o trabalho dos cientistas sociais e seus efeitos, como a questão de permitir ou não que sejam realizadas investigações de ciências sociais está relacionada à distribuição de poder numa organização, e assim por diante. Podemos achar interessante também estimar o efeito — sobre as nossas teorias — do fato de que, de modo geral, estudamos apenas aquelas organizações que nos permitem acesso e não estudamos aquelas organizações que só podem ser estudadas quando recorremos a sub-

---

Only Issue Causing Unrest Among Student Critics of the Effort to Study Protests”, *ibid.*, 160-1. O “entrevistado objeto-esperto” é descrito em Martin T. Orne, “On the Social Psychology of the Psychological Experiment: With Particular Reference to Demand Characteristics and Their Implications”, *American Psychologist* 17 (outubro de 1962), 776-83.

<sup>14</sup> Ver por exemplo Arthur J. Vidich e Joseph Bensman, “The Springdale Case: Academic Bureaucrats and Sensitive Townspeople”, in Vidich, Bensman e Stein, *op. cit.*, 313-49; Joseph R. Gusfield, “Field Work Reciprocities in Studying a Social Movement”, in Adams e Preiss, *op. cit.*, 99-108; Kai T. Erikson, “A Comment on Disguised Observation in Sociology”, *Social Problems* 14 (primavera de 1967), 366-73; e os artigos de Fred H. Goldner, Joan W. Moore, Richard Colvard e Pierre L. van der Berghe in Gideon Sjoberg, *Ethics, Politics and Social Research* (Cambridge: Schenkman Publishing Co., 1967).

<sup>15</sup> Everett C. Hughes, “The Relation of Industrial to General Sociology”, *Sociology and Social Research* 41 (março-abril 1957), 251-6.

<sup>16</sup> Cf. Vidich, Bensman e Stein, *op. cit.*, e Hammond, *op. cit.*

**terfúgios para nelas penetrar.** Este erro — que muito adequadamente pode ser chamado de erro de amostragem — pode ter distorcido muitas de nossas teorias; por exemplo, pode ter contribuído para a predileção substancial dos cientistas sociais por teorias de consenso e não de conflito.

Uma vez que tenhamos alguma compreensão sociológica da relação entre pesquisadores e sujeitos potenciais de estudo, talvez possamos elaborar métodos analiticamente apropriados de ganhar acesso aos grupos em estudo. Enquanto isso, a primeira atividade na ordem do dia é provavelmente continuar a acumular narrativas de sucesso e fracasso, examinando-as em busca de indicações para uma compreensão teórica abrangente.

**Prevenção de Erros.** Os sociólogos vêm há muito tempo procurando dedicadamente fontes de erro em seu trabalho. Seguindo a direção fornecida pelo trabalho clássico de Mergestern, *On the Accuracy of Economic Observations*<sup>17</sup>, David Gold e eu compilamos uma longa lista de salvaguardas conhecidas contra os tipos conhecidos de erro. Os sociólogos descobriram muitas fontes de erro tanto em seus dados quanto em suas análises, e assim criaram maneiras de evitá-los ou advertiram outros praticantes para que levassem em consideração estes erros ao apresentar suas conclusões. **É instrutivo examinar os periódicos correntes com uma lista de tais erros diante de si e ver em quantos casos a salvaguarda conhecida não foi usada, e o erro conhecido cometido quando poderia ter sido evitado.**

Como exemplo, me parece ter sido agora indubitavelmente demonstrado que os padrões de resposta — tendências a dar respostas num certo estilo (aquiescente, socialmente desejável, e assim por diante) sem realmente considerar o conteúdo do item de atitude sob investigação — explicam parte da variação nos resultados obtidos em escalas de atitudes que não usam mecanismos especialmente desenhados para evitar estas tendências. Ainda assim, os sociólogos continuam a usar escalas de atitude que não tomam precauções relativamente tão simples, embora sua ausência signifique que todos os resultados de tais estudos são duvidosos, porque parte da variação pode ser atribuída a variáveis

---

<sup>17</sup> Oskar Morgenstern, *On the Accuracy of Economic Observations* (Princeton: Princeton University Press, 1950).

de “padrões de resposta” e não a variáveis postulados pelo estudo em si.<sup>18</sup>

A questão interessante, evidentemente, é porque os sociólogos não usam as salvaguardas metodológicas disponíveis. Esta questão é claramente um tópico na sociologia da ciência, pois para respondê-la teríamos que saber, também, porque aqueles que utilizam as precauções que os metodólogos inventaram o fazem; portanto o que estamos realmente buscando é o sistema de controle social na ciência, na medida em que ele afeta diretamente o trabalho científico cotidiano em si. Que tipos de sanções operam para fazer com que aqueles que usam tais técnicas o façam, e como estas sanções não são utilizadas quando as técnicas não são usadas? Como a ciência, supostamente uma operação autocorretiva, se organiza institucionalmente de tal forma que sistematicamente as correções não são feitas?<sup>19</sup>

Estudos institucionais de organizações científicas são evidentemente necessários aqui. Porém, além disso, alguns traços básicos das organizações sociais tornam problemática a operação da ciência como um mecanismo autocorretivo. Garfinkel<sup>20</sup> sugeriu que as incontáveis decisões que um cientista precisa tomar ao criar e organizar seus dados são em princípio sujeitas a um tipo de incerteza. As regras que supostamente governam a tomada destas decisões — e me refiro aqui a decisões simples, tais como em que categoria codificar certo dado — não podem ser extraídas de maneira tão precisa que faça com que não exista sempre um caso que não pode ser resolvido a partir delas, e que, conseqüentemente, terá que ser decidido em bases *ad hoc*. Algumas das

---

<sup>18</sup> Ver B. M. Bass, “Authoritarianism or Acquiescence?”, *Journal of Abnormal and Social Psychology* 51 (1955), 616-23; e A. Couch e K. Keniston, “Yeasayers and Naysayers: Agreeing Response Set as a Personality Variable”, *ibid.* 60 (1960), 151-74.

<sup>19</sup> Cf. Thomas S. Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions* (Chicago: University of Chicago Press, 1962); Warren Hagstrom, *The Scientific Community* (Nova York: Basic Books, 1965); e Charles S. Fisher, “The Death of a Mathematical Theory: a Study in the Sociology of Knowledge”, *Archive for History of Exact Sciences* 3 (1966), 137-59, e “The Last Invariant Theorists: a Sociological Study of the Collective Biographies of Mathematical Specialists”, *European Journal of Sociology* 8 (1967), 216-44.

<sup>20</sup> Harold Garfinkel, *Studies in Ethnomethodology* (Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1967).

variações nos nossos dados não serão assim consequência do caráter da coisa que supostamente deveriam medir, mas sim um reflexo da nossa incapacidade de aplicar nossas regras e definições da forma tão precisa e automática como dizemos ser capazes de fazer. O cientista em atividade, que sabe todo o tempo que pratica tal tomada de decisões *ad hoc*, pode generalizar esta atitude para muitos outros problemas que enfrenta. Se perguntarmos aos sociólogos porque eles não fazem um uso maior das salvaguardas metodológicas disponíveis na literatura, podemos ouvir a resposta de que “dá muito trabalho” fazê-lo, e que, de qualquer forma, a longo prazo não faz muita diferença, porque os erros ou são pequenos demais para terem alguma importância, ou contrabalançam um ao outro.

Morgenstern demonstrou que estas últimas asserções não são verdadeiras para dados econômicos,<sup>21</sup> e não há razão para acreditar que os dados sociológicos sejam em algum sentido diferentes neste aspecto. Porém, a noção de que “dá muito trabalho” utilizar todas estas salvaguardas merece maior investigação. Claramente, todos concordam que existe um certo montante de “trabalho” que vale a pena fazer em relação aos dados, mas que, do mesmo modo, existe algum ponto além do qual a pesquisa nunca será realizada por causa das salvaguardas utilizadas. Como homens práticos, os sociólogos sabem que precisam conseguir fazer seu trabalho, e o fazem. Quais são os fundamentos sociais de tal crença?

Uma possibilidade é que a sociologia, em comparação a algumas outras disciplinas, é bastante cortês. Compare as controvérsias tão gentis encontradas nas cartas para o editor da *American Sociological Review* com as altercações de punhos cerrados que ocasionalmente têm lugar nas páginas de *The American Anthropologist*. (Pode ser também que os cientistas sociais americanos sejam excessivamente polidos, se comparados, por exemplo, com os britânicos, e portanto a sociologia é polida porque é dominada pelos americanos.) Não sei porque somos tão polidos, mas o fato é que somos, e em consequência detestamos dizer que alguém ignorou uma salvaguarda importante. (Como exemplo, acho que é verdade que, embora muitos tenham ficado chocados com a recusa, por parte da “escola de Colúmbia”, de usar testes de signi-

---

<sup>21</sup> Morgenstern, *op. cit.*

ficância, este senso de ultraje só encontrou o caminho do prelo depois de muitos anos de reclamações entre drinques nas convenções.)

Uma outra fonte da relutância por parte dos sociólogos em se preocupar com salvaguardas metodológicas pode ser a dificuldade de se reproduzir a pesquisa sociológica. Ninguém poderá jamais estudar exatamente o mesmo grupo que uma outra pessoa estudou pois, no mínimo, ele terá mudado no espaço de tempo entre os dois estudos, e quaisquer diferenças podem ser atribuídas a isso. Da mesma forma, quando as pessoas estudam duas organizações do mesmo tipo (como, por exemplo, duas Escolas de Medicina),<sup>22</sup> as diferenças nas caracterizações resultantes podem advir de qualquer diferença dentre uma grande variedade de fatores, dentre os quais a questão das salvaguardas técnicas é apenas um. De qualquer modo, torna-se bastante difícil demonstrar em estudos substantivos que o fato de não terem sido tomadas as precauções aconselhadas fez alguma diferença. (Portanto, o que devemos concluir da diferença entre as caracterizações de Tepoztlán feitas por Oscar Lewis e Robert Redfield?<sup>23</sup> É uma diferença entre as pessoas? Entre suas teorias? Entre detalhes de sua técnica?)

De qualquer forma, a relutância dos sociólogos em usar as salvaguardas metodológicas é uma outra questão básica para um metodólogo sociologicamente orientado.

**Escolha de estruturas.** Um problema sério que se coloca para qualquer investigador sociológico que desejar estudar um grupo ou comunidade é a **escolha de uma estruturação teórica que oriente a sua abordagem.** Uma organização ou grupo pode ser visto de muitas maneiras diferentes; nenhuma delas é a certa, mas nenhuma é errada, elas são simplesmente alternativas e talvez complementares. Como se age para realizar esta escolha? Atualmente, confiamos no gosto pessoal; **escolhemos a estruturação que**

---

<sup>22</sup> Ver a discussão em Samuel W. Bloom, "The Sociology of Medical Education: Some Comments on the State of a Field", *Milbank Memorial Fund Quarterly* 43 (abril de 1965), 143-84.

<sup>23</sup> Robert Redfield, *Tepoztlán* (Chicago: University of Chicago Press, 1930) e Oscar Lewis, *Life in a Mexican Village: Tepoztlán Restudied* (Urbana: University of Illinois Press, 1951).

nos parece ter mais afinidade conosco, e quem vai contestar? Ocasionalmente alguém sugerirá que a escolha deve ser feita com atenção para o acúmulo de resultados de pesquisa em uma área ou um tópico, mas tais sugestões geralmente passam despercebidas. Ninguém escolhe sua estruturação apenas porque contribuirá para um corpo de conhecimentos crescente, por mais que isso seja desejável.

A referência clássica sobre este problema, e a única que conheço que o examina seriamente como um problema metodológico, é *The Little Community*<sup>24</sup>. Neste livro, Redfield nos mostra muitos pontos de vista a partir dos quais podemos estudar a pequena comunidade camponesa: o ecológico, o biográfico, e assim por diante. Ele descreve com grande percepção e sabedoria o que ganhamos com cada escolha e o que perdemos ao fazer cada uma das escolhas. Provavelmente este tipo de trabalho analítico é o que é mais necessário neste momento. Seria interessante também, saber o que realmente influencia as escolhas feitas, mas parece-me ser mais importante para nós, como sociólogos ativos, saber o que estamos escolhendo quando de fato escolhemos.

*Pressupostos ocultos*. Sob este subtítulo, neste momento, tenho apenas um exemplo, o qual, todavia, parece ser importante. Há alguns anos atrás, Sterling<sup>25</sup> demonstrou que os periódicos experimentais de psicologia nunca publicavam resultados negativos (isto é, resultados em que não havia nenhuma diferença entre um grupo experimental e um grupo de controle) e quase nunca publicavam reproduções de estudos anteriores. Ele usou estes dois fatos para fazer a seguinte demonstração. Suponhamos que um cientista tenha uma idéia de hipótese a ser testada. Concebe um experimento para testá-la, e os resultados encontrados são negativos. Ele não publica o artigo. Os cientistas subseqüentes têm a mesma idéia e passam pelos mesmos procedimentos com o mesmo resultado. Contudo, uma vez em cada vinte tentativas, ocorrerão resultados positivos com um nível de significância de .05

---

<sup>24</sup> Robert Redfield, *The Little Community* (Chicago: University of Chicago Press, 1955).

<sup>25</sup> Theodore D. Sterling, "Publication Decisions and their Possible Effects on Inferences Drawn from Tests of Significance — or Vice Versa", *Journal of the American Statistical Association* 54 (março de 1959), 30-4.

apenas por acaso. O vigésimo cientista, o qual obteve estes resultados positivos casuais, publica seu trabalho. Uma vez que quase ninguém reproduz resultados publicados, o que ele relata continua sem ser questionado. Desse modo, toda a literatura da psicologia experimental pode estar cheia de resultados que ocorreram exclusivamente por acaso, ou, pelo menos, que tais resultados estão presentes na literatura em alguma proporção agora desconhecida.

Vários psicólogos argumentaram comigo que outros fatores, que evitem este desfecho inconveniente, podem muito bem estar em ação. Não obstante, a análise de Sterling torna claro um pressuposto importante por parte daqueles que usam testes-padrão de significância, um pressuposto que exige para sua justificação um enfoque sociológico do problema metodológico. O pressuposto, é claro, é que todo estudo que testa uma hipótese tem uma probabilidade igual de ser publicado e figurar na literatura. Não se encontra este pressuposto entre os listados nos textos estatísticos que explicam o que pressupomos quando computamos um quadrado qui, mas é um pressuposto que fazemos, e que é importante.

O pressuposto da probabilidade igual de publicação é importante precisamente porque, como demonstram os números de Sterling, é sistematicamente violado. Quaisquer que sejam os demais fatores que possam facilitar ou dificultar a publicação de um artigo, o fato de seus resultados serem positivos ou negativos é claramente uma característica crucial que afeta o destino das publicações. As probabilidades de publicação nestas duas categorias, longe de serem iguais, são zero para uma categoria e algum número encontrável nos registros editoriais para a outra.<sup>26</sup> De qualquer modo, o cálculo estatístico da probabilidade de conseguir um dado resultado depende, para sua utilidade no desenvolvimento de inferências sobre a validade de uma hipótese, da estrutura social que circunda o envio e escolha de artigos para publicação.

Não consigo ver imediatamente qual é o análogo desta pres-

---

<sup>26</sup> Erwin Smigel e H. Laurence Ross apresentam alguns dados sobre esta questão num artigo ainda não publicado, analisando dados sobre as práticas editoriais da *Social Problems*. Ver também o modelo matemático proposto em Arthur L. Stinchcombe e Richard Ofshe, "On Journal Editing as a Probabilistic Process", *The American Sociologist* 4 (maio de 1969), 116-7.

suposição oculta dos usuários de testes de significância em outros tipos de estratégias metodológicas, mas parece claro que aqui temos uma área onde muito trabalho útil pode ser feito.

**Desenvolvimento de hipóteses.** A maioria dos livros sobre métodos de pesquisa começa sugerindo que nós já temos uma hipótese. A questão diante de nós é como esta hipótese pode ser testada da melhor e mais eficiente maneira. **Tal apresentação dos problemas de método deixa de lado uma fase crucial no desenvolvimento de qualquer trabalho de pesquisa: o processo através do qual adquirimos a hipótese a ser testada.** Esta infeliz omissão faz com que esta fase pareça ser bastante fácil de realizar — dispensando, portanto, preocupações — ou pareça ser feita através de algum procedimento místico não sujeito a análise.

Nenhuma das duas possibilidades é verdadeira. **O desenvolvimento de hipóteses é um procedimento complexo, mas que pode ser explicado de tal forma que outros possam realizá-lo também.** Gerações de sociólogos têm conseguido, de alguma maneira, desenvolver as hipóteses que acabam por testar. Como eles o fazem?

A mitologia científica diz que as hipóteses devem ser obtidas dedutivamente, a partir de um corpo de axiomas, teoremas e corolários. Dizer isso não muda muito o problema, pois podemos sempre deduzir um grande número de hipóteses a partir de qualquer conjunto de axiomas e teoremas. Ainda temos que escolher dentre as possíveis deduções aquelas específicas a serem testadas.

O procedimento através do qual os sociólogos desenvolvem hipóteses encontra-se agora consideravelmente no reino do saber técnico informal, aprendido através de conversas casuais e outros meios similares. Tem sido discutido mais abertamente no que diz respeito aos estudos de observação participante, pois na observação participante tem-se tanto a oportunidade quanto a necessidade de desenvolver hipóteses depois que já se começou a coletar dados. A maioria das outras técnicas exige que o pesquisador pelo menos finja ter algumas hipóteses razoavelmente bem formuladas antes de começar (embora seja do conhecimento comum que a maioria dos hipóteses nos trabalhos de pesquisa foram desenvolvidas durante a análise, e não antes dela). Na medida em que os agentes de campo transformaram num princípio de seu método que as hipóteses têm que ser formuladas no curso do tra-



balho em si, passaram a ter autoconsciência em relação ao problema e tentaram dizer alguma coisa sobre ele. É a partir deste contexto que Glaser e Strauss desenvolveram seu relato da descoberta teórica.<sup>27</sup>

O desenvolvimento de hipóteses é um problema metodológico que claramente exige um enfoque analítico. Temos que examinar o folclore, os macetes e os truques que as pessoas usaram com êxito, as narrativas pessoais disponíveis, e ver que estrutura lógica podemos elaborar que nos permita desenvolver procedimentos mais sistemáticos. Um exemplo deste tipo de análise que tenho em mente pode ser encontrado nos trabalhos de George Polya, que desenvolveu diversos métodos para conseguir boas idéias e descobrir maneiras de prová-las a partir de sua própria experiência de pesquisa matemática.<sup>28</sup> Talvez alguns deles também sejam úteis para a sociologia, mas espero que o objeto de pesquisa da sociologia seja suficientemente diferente para que outros métodos possam ser encontrados também.

Particularmente, me parece que, uma vez que o objeto de pesquisa da sociologia é a vida social na qual estamos todos envolvidos, a capacidade de fazer uso imaginativo da experiência pessoal e a própria qualidade da experiência pessoal de alguém serão contribuições importantes para a capacitação técnica dessa pessoa. Como agir para traduzir experiência pessoal em hipóteses ou, em outras palavras, como usamos esta experiência para dar forma às hipóteses desenvolvidas de outras maneiras? Muitos sociólogos aconselham seus alunos a lerem romances, nem tanto pelo seu valor literário quanto pelo relato “etnográfico” sobre vários aspectos da sociedade que eles muitas vezes contêm. Alguns sociólogos (muitas vezes os mesmos) aconselham seus alunos a “circular” na sociedade a que pertencem, a penetrar em muitas

---

<sup>27</sup> Barney G. Glaser e Anselm L. Strauss, *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research* (Chicago: Aldine Publishing Co., 1967). Para uma abordagem mais formal do mesmo problema, ver Robert Dubin, *Theory Building* (Nova York: Free Press, 1969) e Arthur L. Stinchcombe, *Constructing Social Theory* (Nova York: Harcourt, Brace and World, 1968).

<sup>28</sup> George Polya, *Mathematics and Plausible Reasoning* (Princeton: Princeton University Press, 1954). Blumer, *op. cit.*, também sugere a necessidade de considerar estas fases iniciais do processo de pesquisa como parte de nossa metodologia.

partes dela e a conhecer muitos tipos de pessoas diferentes em muitos ambientes sociais diferentes. Provavelmente um destes dois conselhos é suficiente para os fins pretendidos. E qual é o fim pretendido? Em parte, ajudar-nos a evitar que estructuremos hipóteses tolas; Galtung argumenta que os sociólogos latino-americanos freqüentemente alimentam hipóteses patentemente falsas sobre outros grupos sociais, em grande parte porque a estrutura social da sociedade latino-americana é de tal ordem, que eles nunca tiveram nenhum contato pessoal com os membros destes grupos, e, portanto, são capazes de alimentar noções esdrúxulas acerca deles.<sup>29</sup> Uma outra virtude da experiência pessoal ampla (seja ela reunida através de leituras ou da participação direta) é que torna disponível para nós um vasto estoque de possíveis analogias. O papel do raciocínio por analogia como meio de sugerir hipóteses exige explicação, a qual poderia trazer à consciência vários procedimentos que podem ser reproduzidos, os quais são usados por muitos hoje em dia sem que eles saibam muito bem o que estão fazendo.

Outro problema que podemos examinar são os critérios pelos quais distinguimos hipóteses “boas” de “ruins”. A maioria dos sociólogos tem um senso intuitivo de que algumas hipóteses são melhores do que outras em sentidos vagamente definidos, e eles certamente agem de acordo com esta intuição ao escolher hipóteses a serem exploradas. Eles acreditam que algumas hipóteses “funcionarão”, e que outras não, qualquer que seja o sentido que dêem a este termo. Entre os critérios de uma boa hipótese que vêm à mente imediatamente: uma boa hipótese é aquela cujas variáveis estão presentes na situação em estudo, ou, se for isto o que se busca, variam o suficiente para que a influência dos valores diferentes que elas podem assumir seja suficiente para demonstrar um efeito. Uma boa hipótese, mais uma vez, é aquela que parece organizar muitos dados, aquela à qual podemos vincular outras sub-hipóteses que fazem uso de outras parcelas dos nossos dados, deste modo aglutinando as várias hipóteses que alimentamos em um todo mais amplo. Uma boa hipótese é aquela

---

<sup>29</sup> Johan Galtung, “Los Factores Socioculturales y el Desarrollo de la Sociología en América Latina”, *Revista Latinoamericana de Sociología* 1 (1965), 72-102.

que não entra em choque com quaisquer dos fatos que temos à nossa disposição.

#### CONCLUSÃO

Não tentei compilar uma lista completa de problemas metodológicos ignorados. Poderíamos tentar realizar isso através de uma análise lógica das fases envolvidas na pesquisa sociológica, uma análise que seria, contudo, baseada nas fases que os sociólogos na realidade atravessam, na medida em que possam ser derivadas da experiência de pesquisadores na prática.<sup>30</sup> Poderíamos simultaneamente abordar aquelas dificuldades vivenciadas pelos pesquisadores como problemas práticos, tentando encontrar seu caráter genérico e seu lugar em algum esquema lógico.

Precisamos, de qualquer modo, continuar a acrescentar a este inventário de problemas, não mais ignorando aqueles que não podem ser convenientemente enfrentados de maneiras convencionalmente “rigorosas”. Não resolvemos ou nos livramos de um problema ignorando-o; fazendo-o, apenas deixamos que seus efeitos operem sem serem observados e criem dificuldades desconhecidas para o nosso empreendimento científico comum. Se fizermos frente aos nossos problemas de método e de técnica com uma combinação de análise logicamente rigorosa e de compreensão sociológica da pesquisa como um empreendimento coletivo, talvez possamos finalmente criar uma ciência viável.

---

<sup>30</sup> Ver Blumer, *op. cit.*

## CAPÍTULO 2

### Problemas de Inferência e Prova na Observação Participante\*

O observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda.<sup>1</sup> Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos que observou.

Permitam-me descrever, como um exemplo específico de técnica de observação, o que meus colegas e eu fizemos ao estudar uma Escola de Medicina. Assistimos seminários com estudantes que cursavam seus primeiros dois anos de ciência básica e frequentamos os laboratórios nos quais passavam a maior parte de seu tempo, estimulando-os e iniciando conversações casuais en-

---

\* Reimpresso graças à permissão da *American Sociological Review*, 23 (dezembro de 1958), 652-60. Copyright © 1958 *American Sociological Review*.

<sup>1</sup> Este ensaio nasceu de minha experiência na pesquisa reportada em Howard S. Becker, Blanche Geer, Everett C. Hughes e Anselm L. Strauss, *Boys in White: Student Culture in Medical School* (Chicago: University of Chicago Press, 1961). Elaborei o enfoque básico em parceria com Blanche Geer. Depois o aplicamos ao escrevermos nosso estudo sobre educação médica e na pesquisa reportada em Becker, Geer e Hughes, *Making the Grade: The Academic Side of College Life* (Nova York: John Wiley and Sons, 1968). Nossa própria experiência se deu, em grande parte, com o papel que Gold denomina de "participante como observador", mas os métodos discutidos aqui devem ser relevantes para outras situações de campo. Cf. Raymond L. Gold, "Roles in Sociological Field Observations," *Social Forces* 36 (março de 1958), 217-23.

quanto dissecavam cadáveres ou examinavam casos em patologia. Acompanhá-vamos estes estudantes em suas residências universitárias e estávamos com eles quando discutiam suas experiências na universidade. Acompanhamos estudantes em seus anos de clínica em plantões com médicos que os assistiam, observando-os quando examinavam pacientes em enfermarias e nas clínicas e quando participavam de grupos de estudo ou prestavam exames orais. Comemos e dormimos segundo sua rotina. Andamos no calção de internos e residentes em seus apertados horários de aula ou de atendimento clínico. Permanecemos em companhia de um pequeno grupo de estudantes em cada serviço por períodos que iam de uma semana a dois meses, despendendo com eles muitas jornadas de tempo integral. Nas situações de observação, havia tempo para conversas, e nós aproveitamos isso para entrevistar estudantes sobre coisas que tinham acontecido e que estavam em vias de acontecer, e também sobre suas próprias experiências anteriores e suas aspirações.

Normalmente, os sociólogos usam este método quando estão especialmente interessados em compreender uma organização específica ou um problema substantivo, em vez de demonstrar relações entre variáveis abstratamente definidas. Eles se esforçam para dar um sentido teórico a suas pesquisas, mas presumem que *a priori* não conhecem o bastante sobre a organização para identificar problemas e hipóteses relevantes, e que precisam descobri-los no decorrer de sua pesquisa. Embora a observação participante possa ser utilizada para testar hipóteses *a priori* e, por conseguinte, não precise ser tão pouco estruturada quanto no exemplo que dei acima, não é isto que em geral ocorre. Minha discussão se refere ao tipo de estudo de observação participante que busca tanto descobrir hipóteses quanto testá-las.

A pesquisa baseada em observação produz um montante imenso de descrições detalhadas; nossos arquivos contêm aproximadamente cinco mil páginas em espaço um deste tipo de material. Em face desta quantidade de dados “ricos” e variados, o pesquisador enfrenta o problema de como analisá-los sistematicamente e, então, apresentar suas conclusões de modo tal que convença outros cientistas de sua validade. A observação participante (na verdade, a análise qualitativa de modo geral) não se saiu bem com este problema e, geralmente, as evidências completas para

as conclusões e os processos através dos quais elas foram alcançadas não são apresentados, de modo que os leitores se vêem em dificuldades para fazer sua própria avaliação sobre elas e têm que confiar em sua fé no pesquisador.

A seguir, tento descortinar e descrever *as operações analíticas básicas realizadas na observação participante*, por três razões: tornar estas operações mais claras para aqueles que não estão familiarizados com o método; ao tentar uma descrição mais explícita e sistemática, ajudar aqueles que trabalham com o método a organizar suas próprias pesquisas; e, o que é mais importante, propor algumas mudanças nos procedimentos analíticos e, particularmente, no relato dos resultados, mudanças as quais tornarão mais acessíveis ao leitor os processos através dos quais as conclusões são alcançadas e fundamentadas.

A primeira coisa que observamos nas pesquisas baseadas em observação participante é que a análise é conduzida *seqüencialmente*,<sup>2</sup> partes importantes dela sendo realizadas enquanto o pesquisador está coletando seus dados. Isto tem duas conseqüências óbvias: a coleta ulterior de dados toma sua direção a partir de análises condicionais; e o montante e o tipo de análise condicional realizado são limitados pelas exigências da situação do trabalho de campo, de modo que a análise abrangente final pode não ser possível até que o trabalho de campo esteja terminado.

Podemos distinguir três estágios distintos de análise conduzidos no próprio campo, e um quarto estágio, conduzido depois do término do trabalho de campo. Estes estágios são diferenciados, primeiro, por sua seqüência lógica: cada um dos estágios sucessivos depende de alguma análise do estágio precedente. Eles são diferenciados, além disso, pelo fato de que conclusões de tipos diferentes são alcançadas em cada estágio, e de que estas conclusões são destinadas a usos diferentes na continuação da pesquisa. Finalmente, eles são diferenciados pelos diferentes crité-

---

<sup>2</sup> A este respeito, os métodos analíticos que discuto têm uma semelhança familiar com a técnica de *indução analítica*. Cf. Alfred Lindesmith, *Opiate Addiction* (Bloomington: Principia Press, 1947), especialmente pp. 5-20, e a literatura subsequente citada in Ralph H. Turner, "The Quest for Universals in Sociological Research", *American Sociological Review* 18 (dezembro de 1953) 604-11.



rios que são utilizados para avaliar as evidências e para chegar a conclusões em cada estágio. Os três estágios da análise de campo são: a seleção e definição de problemas, conceitos e índices; o controle sobre a frequência e a distribuição de fenômenos; e a incorporação de descobertas individuais num modelo da organização em estudo.<sup>3</sup> O quarto estágio de análise final envolve problemas de apresentação de evidências e provas.

#### SELEÇÃO E DEFINIÇÃO DE PROBLEMAS, CONCEITOS E ÍNDICES

Neste estágio, o observador procura por problemas e conceitos que ofereçam a perspectiva de produzir a maior compreensão da organização que ele está estudando, e por itens que possam servir como indicadores úteis de fatos que sejam mais difíceis de observar. A conclusão típica que seus dados produzem é, simplesmente, a de que um certo fenômeno existe, que um determinado acontecimento ocorreu em dada ocasião, ou de que dois fenômenos foram observados para serem relacionados em uma instância; a conclusão nada diz sobre a frequência ou distribuição do fenômeno observado.

Ao colocar uma observação tal no contexto de uma teoria sociológica, o observador seleciona conceitos e define problemas para maior investigação. Ele constrói um modelo teórico para dar conta deste caso específico, com a intenção de refiná-lo à luz de descobertas subseqüentes. Por exemplo, ele poderia deparar-se com o seguinte: “O estudante de medicina X se referiu hoje a um de seus pacientes como “pitiático”.<sup>4</sup> O observador pode então relacionar esta descoberta com uma teoria sociológica que sugira que os ocupantes de uma categoria social numa instituição dada classificam membros de outras categorias através de critérios derivados do tipo de problema que esta outra categoria coloca no relacionamento. Esta combinação de fato observado e teoria o con-

---

<sup>3</sup> Minha discussão sobre estes estágios é abstrata e simplificada, e não tenta lidar com os problemas práticos e técnicos do estudo baseado em observação participante. O leitor deve ter em mente que a prática da pesquisa envolverá todas estas operações simultaneamente, com referência a problemas específicos diferentes.

<sup>4</sup> Os exemplos que nosso observador hipotético utiliza foram retirados de *Boys in White*.

luz a procurar por problemas na interação estudante-paciente, indicados pelo termo “pitiático”. Ao descobrir especificamente o que os estudantes têm em mente ao empregar o termo, através do questionamento e da observação contínua, ele pode desenvolver hipóteses específicas sobre a natureza destes problemas interacionais.

Conclusões sobre um acontecimento único também conduzem o observador a decidir sobre itens específicos que possam ser utilizados como indicadores<sup>5</sup> de fenômenos menos facilmente observados. Um dado item é, pelo menos numa instância, relacionado estreitamente a algo menos facilmente observável; assim, o pesquisador descobre possíveis atalhos que facilmente o qualificam para observar variáveis abstratamente definidas. Por exemplo, ele pode decidir investigar a hipótese de que os calouros de Medicina sentem que têm mais trabalho do que seria possível realizar no prazo que lhes é concedido. Um estudante, ao discutir este problema, diz enfrentar tanto trabalho que, em contraste com seus dias de estudante de graduação, é forçado a estudar muitas horas durante os fins de semana e, mesmo assim, não acha que é suficiente. O observador decide, com base neste exemplo, que poderia utilizar as queixas sobre o trabalho de fim de semana como um indicador das perspectivas do estudante sobre o montante de trabalho que tem a realizar. A seleção de indicadores para variáveis mais abstratas ocorrem de duas maneiras: o observador pode, inicialmente, adquirir consciência de algum fenômeno muito específico e, depois, perceber que ele pode ser utilizado como indicador de alguma classe mais ampla de fenômenos; ou ele pode ter em mente o problema mais amplo, e buscar indicadores específicos para utilizar em seu estudo.

---

<sup>5</sup> O problema de indicadores é discutido por Paul F. Lazarsfeld e Allen Barton, “Qualitative Measurement in the Social Sciences: Classification, Typologies, and Indices”, in Daniel Lerner e Harold D. Lasswell, organizadores, *The Policy Sciences: Recent Developments in Scope and Method* (Stanford: Stanford University Press, 1951), 155-92; “Some Functions of Qualitative Analysis in Sociological Research”, *Sociologica* 1 (1955), 324-61 (este importante ensaio se equipara, em muitos aspectos, à discussão atual); e Patricia L. Kendall e Paul F. Lazarsfeld, “Problems of Survey Analysis”, in R. K. Merton e P. K. Lazarsfeld, organizadores, *Continuities in Social Research* (Glencoe: Free Press, 1950), 183-186.



Esteja ele definindo problemas ou selecionando conceitos e indicadores, o pesquisador está, neste estágio, **utilizando seus dados somente para especular sobre possibilidades**. Operações posteriores nos estágios seguintes podem forçá-lo a abandonar a maioria de suas hipóteses provisórias. Todavia, problemas de evidência se colocam mesmo neste ponto, pois o pesquisador precisa avaliar os itens individuais nos quais suas especulações estão baseadas, de modo a não desperdiçar tempo seguindo pistas falsas. Necessitaremos, finalmente, de uma definição sistemática de leis para ser aplicada aos itens individuais de evidência. Mas, na falta de tal definição, consideremos alguns testes comumente empregados. (Tipicamente, o observador aplica estes testes à medida que parecem razoáveis durante este estágio no campo e o subsequente. No estágio final, eles são utilizados, de forma mais sistemática, na avaliação global das evidências para uma dada conclusão.)

#### *A credibilidade de informantes*

Muitas evidências consistem em declarações feitas por membros do grupo em estudo sobre algum acontecimento que tenha ocorrido ou esteja em processo. Assim, estudantes de Medicina fazem declarações sobre o comportamento do corpo docente que formam parte da base para conclusões sobre as relações corpo docente/aluno. Elas não podem ser levadas em conta por seu valor literal; nem tampouco podem ser descartadas como desprovidas de valor. Em primeiro lugar, o observador pode utilizar a declaração como evidência *sobre o acontecimento*, se tiver o cuidado de avaliá-la através dos critérios que um historiador utiliza ao examinar um documento pessoal.<sup>6</sup> Teria o informante razões para mentir ou esconder uma parte do que considera como sendo a verdade? Vaidade ou conveniência o levariam a distorcer informações sobre seu próprio papel num acontecimento ou em relação a ele? Teve ele realmente a oportunidade de testemunhar a ocorrência que descreve, ou é a boataria a origem de seu conheci-

---

<sup>6</sup> Cf. Louis Gottschalk, Clyde Kluckhohn e Robert Angel, *The Use of Personal Documents in History, Anthropology, and Sociology* (Nova York: Social Science Research Council, 1945) 15-7, 38-47.

mento? Seus sentimentos sobre as questões ou pessoas em discussão o levam a alterar sua história de alguma maneira?

Em segundo lugar, mesmo quando uma declaração assim examinada se mostra seriamente defeituosa como relato minucioso de um acontecimento, ainda pode fornecer evidências úteis para um outro tipo de conclusão. Ao aceitar a proposição sociológica de que as declarações e descrições que um indivíduo faz sobre um acontecimento são produzidas a partir de uma perspectiva a qual é função de sua posição no grupo, o observador pode interpretar tais declarações e descrições como indicações da perspectiva do indivíduo sobre o ponto em questão.

### *Declarações dirigidas ou espontâneas*

Muitos itens de evidência consistem em observações feitas pelos informantes aos observadores sobre eles mesmos ou sobre outros, ou ainda sobre algo que lhes tenha acontecido; estas declarações vão desde aquelas que são parte da evolução normal de uma conversa casual do grupo até aquelas que surgem num longo e íntimo *tête-à-tête*\* entre o observador e o informante. O pesquisador avalia o valor de evidência de tais declarações de maneira muito diferenciada, dependendo do fato de terem sido feitas independentemente do observador (espontaneamente) ou terem sido dirigidas por uma pergunta sua. Um calouro de Medicina pode comentar com o observador ou com um outro estudante que tem mais material para estudar do que tempo disponível para fazê-lo; ou o observador pode perguntar, "Você acha que te deram mais trabalho do que você pode agüentar?", e receber uma resposta afirmativa.

Isto levanta uma importante questão: até que ponto a declaração do informante seria a mesma na ausência do observador, seja ela feita espontaneamente ou em resposta a uma pergunta? A declaração espontânea parece menos propensa a refletir as preocupações do observador e possíveis *biases* do que uma declaração feita em resposta a alguma ação do observador, pois a própria questão do observador pode levar o informante a dar uma resposta que poderia nunca lhe ocorrer de outra maneira. Assim,

---

\* Em francês no original (nota dos tradutores).

no exemplo acima, ficamos mais seguros de que os estudantes estão preocupados com o montante de trabalho que lhes foi conferido quando eles o mencionam por iniciativa própria, e menos quando sentimos que a idéia pode ter sido estimulada pela pergunta do observador.

#### *A equação grupo-informante-observador*

Tomemos dois extremos para estabelecer o problema. Uma pessoa pode dizer ou fazer alguma coisa quando está sozinha com o observador ou quando outros membros do grupo também estão presentes. O valor de evidência de uma observação deste comportamento depende do julgamento do observador para determinar se o comportamento pode igualmente ocorrer em ambas as situações. Por um lado, um informante pode, enquanto está sozinho com o observador, dizer ou fazer coisas que reflitam com exatidão sua perspectiva, mas que seriam inibidas pela presença do grupo. Por outro lado, a presença de outros pode estimular comportamentos que revelam mais exatamente a perspectiva da pessoa, mas que não seriam verificados exclusivamente na presença do observador. Assim, estudantes de Medicina, em seus anos de internato clínico podem expressar sentimentos profundamente “idealistas” sobre a Medicina quando a sós com o observador, mas se comportam e falam de modo muito “cínico” quando cercados por seus companheiros estudantes. Uma alternativa ao julgamento de uma destas situações como mais confiável do que a outra é ver cada dado como válido em si mesmo, mas utilizá-los de forma relativizada quanto a diferentes conclusões. No exemplo acima, podemos concluir que os estudantes têm sentimentos “idealistas”, mas que as normas do grupo podem não sancionar sua expressão.<sup>7</sup>

Na avaliação do valor de itens de evidências, também devemos levar em consideração o papel do observador no grupo, pois a maneira como os sujeitos de seu estudo definem este papel afeta o que dirão para ele e o que o deixarão ver. Se o observador realiza sua pesquisa incógnito, participando como um membro plenamente integrado ao grupo, ele privará de conhecimentos que

---

<sup>7</sup> Ver este volume, pp. 79-83.

normalmente são compartilhados por estes membros e que devem ser escondidos de alguém de fora do grupo\*. Ele poderia, pertinentemente, interpretar sua própria experiência como a de um membro hipotético "típico" do grupo. Por outro lado, se sabem que é um pesquisador, ele precisa descobrir como os membros do grupo o definem e, especificamente, se acreditam ou não que certos tipos de informação e acontecimentos deveriam ser mantidos em segredo em relação a ele. Ele pode interpretar evidências mais exatamente quando as respostas a estas questões são conhecidas.

#### CONTROLE DA FREQUÊNCIA E DA DISTRIBUIÇÃO DE FENÔMENOS

O observador, de posse de muitos problemas, conceitos e indicadores provisórios, deseja agora saber quais deles vale a pena perseguir como focos principais de seu estudo. Em parte, ele o faz descobrindo se os acontecimentos que incitaram seu desenvolvimento são típicos e disseminados, e observando como estes acontecimentos estão distribuídos entre as categorias de pessoas e subunidades organizacionais. Chega assim a conclusões que são essencialmente quantitativas, utilizando-as para descrever a organização que estuda.

Observações participantes têm sido ocasionalmente coletadas numa forma padronizada capaz de ser transformada em dados estatísticos legítimos.<sup>8</sup> Porém, as exigências do campo geralmente impedem a coleta de dados num formato que se adéque às premissas dos testes estatísticos, de tal modo que o observador lida com o que tem sido chamado de "quase-estatística"<sup>9</sup>. Suas conclusões, ainda que implicitamente numéricas, não requerem quantificação precisa. Por exemplo, ele pode concluir que os membros das associações de calouros de Medicina tipicamente se sentam juntos durante palestras, ao passo que outros estudantes se sentam em grupos menores menos estáveis. Suas observações podem indicar uma disparidade tão disseminada entre os dois grupos neste aspecto, que a inferência fica garantida sem uma ope-

---

\* *Outsider*, em inglês (nota da revisora).

<sup>8</sup> Ver Peter M. Blau, "Co-operation and Competition in a Bureaucracy", *American Journal of Sociology* 59 (maio de 1954), 530-5.

<sup>9</sup> Ver a discussão sobre quase-estatística em Lazarsfeld e Barton, "Some Functions of Qualitative Analysis...", *op. cit.*, 346-8.

ração de contagem padronizada. Ocasionalmente, a situação de campo pode lhe permitir fazer observações semelhantes ou perguntas semelhantes a muitas pessoas, buscando sistematicamente um fundamento quase-estatístico para uma conclusão sobre frequência ou distribuição.

Ao avaliar a evidência para uma tal conclusão, o observador segue o exemplo de seus colegas estatísticos. Ao invés de argumentar que uma conclusão ou é totalmente verdadeira ou totalmente falsa, ele decide, se possível, qual a *probabilidade* de que sua conclusão sobre a frequência e distribuição de um fenômeno qualquer seja uma quase-estatística precisa, exatamente da mesma maneira que um estatístico decide, com base em valores variáveis de um coeficiente de correlação ou de um valor de significância, que sua conclusão tem mais ou menos possibilidade de ser exata. O tipo de evidência pode variar consideravelmente, e o grau de confiança do observador na conclusão variará de maneira concorde. Ao chegar a esta avaliação, ele lança mão de alguns dos critérios descritos acima, assim como daqueles critérios oriundos adotados das técnicas quantitativas.

Suponha, por exemplo, que o observador conclua que os estudantes de Medicina compartilhem a perspectiva de que sua escola deveria lhes fornecer a experiência clínica e as práticas técnicas necessárias para um clínico geral. Sua confiança na conclusão variaria segundo a natureza da evidência, a qual poderia assumir cada uma das seguintes formas: (1) *Todos os membros do grupo disseram, em resposta a uma pergunta direta*, que esta era a maneira como viam a questão. (2) *Todos os membros do grupo expressaram espontaneamente* para um observador que era assim que encaravam a questão. (3) *Uma dada parcela dos membros do grupo ou respondeu uma pergunta direta ou forneceu espontaneamente a informação de que compartilhava esta perspectiva, mas não foi perguntado a nenhum dos outros ou nenhum deles exprimiu espontaneamente alguma informação sobre este assunto.* (4) *Todos os membros do grupo foram interrogados ou forneceram informações espontaneamente, mas uma dada parcela disse que encarava a questão a partir da perspectiva diferenciada de uma possível especialização.* (5) *Perguntas não foram feitas a ninguém e nem informações espontâneas foram fornecidas, porém observou-se que todos os membros adotaram comportamentos ou*

fizeram outras declarações a partir dos quais o analista *inferiu* que a perspectiva do clínico geral era utilizada por eles como uma premissa básica, embora não declarada. Por exemplo, todos os estudantes podem ter sido observados queixando-se de que o Hospital Universitário recebeu um número demasiado elevado de doenças raras, que os generalistas raramente encontram. (6) *Observou-se que uma dada parcela* do grupo utilizava a perspectiva do clínico geral como uma premissa básica em suas atividades, mas não se observou *o restante do grupo* envolvendo-se em tais atividades. (7) *Observou-se que dada parcela* do grupo se envolvia em atividades que implicavam a perspectiva do generalista, enquanto *o restante* estava envolvido em atividades que implicavam a perspectiva de uma possível especialização.

O pesquisador também leva em consideração a possibilidade de que suas observações lhe forneçam evidência de diferentes tipos sobre o ponto em questão. Do mesmo modo que fica mais convencido se tiver muitas evidências do que se tiver poucas, ele ficará mais convencido sobre a validade de uma conclusão se tiver *muitos tipos* de evidência.<sup>10</sup> Por exemplo, ele pode estar especialmente persuadido de que uma determinada norma existe e afeta o comportamento do grupo se a norma for não somente descrita pelos membros do grupo, mas também se puder observar acontecimentos nos quais a norma pode ser “vista” em operação — se, por exemplo, os estudantes lhe dizem que estão pensando em se tornar generalistas e se observa, também, suas queixas sobre a falta de casos de doenças comuns no Hospital Universitário.

O potencial de gerar conclusões que advém da convergência de muitos tipos de evidência reflete o fato de que variedades separadas de evidência podem ser reconceituadas como deduções feitas a partir de uma proposição básica, que, agora, foram verificadas no campo. No caso acima, o observador pode ter deduzido o desejo de ter experiência com casos do tipo dos que são tratados por generalistas a partir do desejo de praticar este estilo de Medicina. Ainda que a dedução seja feita depois do fato, sua confirmação reforça o argumento de que a perspectiva do clínico geral constitui uma norma de grupo.

---

<sup>10</sup> Ver Alvin W. Gouldner, *Patterns of Industrial Bureaucracy* (Glencoe, Ill.: Free Press, 1954), 247-69.

Dever-se-ia lembrar que estas operações, quando levadas a cabo no campo, podem ser obstruídas de tal forma devido a imperativos da situação de campo, que não podem ser conduzidas de forma tão sistemática quanto deveriam ser. Quando isto ocorre, a avaliação global pode ser adiada até o estágio final da análise pós-campo.

#### CONSTRUÇÃO DE MODELOS DE SISTEMAS SOCIAIS

O estágio final de análise no campo consiste na incorporação de descobertas individuais ao modelo generalizado do sistema ou da organização social em estudo ou de alguma parte desta organização.<sup>11</sup> O conceito de sistema social é um instrumento intelectual básico para a sociologia moderna. O tipo de observação participante discutido aqui está diretamente relacionado a este conceito, explicando fatos sociais específicos através de referência explícita a seu envolvimento num complexo de variáveis interconectáveis que o observador constrói como um modelo teórico da organização. Em seu estágio final, o observador concebe um modelo descritivo que melhor explica os dados que reuniu.

A conclusão típica deste estágio da pesquisa é uma afirmação sobre um conjunto de complicadas inter-relações entre muitas variáveis. Embora algum progresso venha sendo realizado na formalização desta operação, através do uso da análise fatorial e da análise de relações para dados de "survey",<sup>12</sup> os que trabalham com a observação geralmente encaram as técnicas estatísticas correntemente disponíveis como inadequadas para expressar suas concepções, e acham necessário utilizar palavras. As conclusões mais comuns neste nível abrangem:

---

<sup>11</sup> Foi Alvin W. Gouldner que me chamou a atenção para a relação entre teorias baseadas no conceito de sistema social e observação participante. Ver seu "Some Observations on Systematic Theory, 1945-55", in Hans L. Zetterberg, organizador, *Sociology in the United States of America* (Paris: UNESCO, 1956), 34-42; e "Theoretical Requirements of the Applied Social Sciences", *American Sociological Review* 22 (fevereiro de 1957), 92-102.

<sup>12</sup> Ver Alvin W. Gouldner, "Cosmopolitans and Locals: Toward an Analysis of Latent Social Roles", *Administrative Science Quarterly* 2 (dezembro de 1957), 281-306, e 3 (março de 1958), 444-80; e James Coleman, "Relational Analysis: The Study of Social Structure with Survey Methods", *Human Organization* 17, 28-36.

(1) Afirmações complexas sobre as condições necessárias e suficientes para a existência de algum fenômeno. O observador pode concluir, por exemplo, que os estudantes de Medicina estabelecem um consenso acerca dos limites do montante de trabalho que deverão realizar porque (a) enfrentam um grande volume de trabalho, (b) se envolvem em atividades que criam canais de comunicação entre todos os membros da classe e (c) enfrentam perigos imediatos sob a forma de exames definidos pela Escola.

(2) Afirmações de que algum fenômeno é um elemento “importante” ou “básico” na organização. Tais conclusões, quando elaboradas, apontam em geral para o fato de que este fenômeno exerce uma influência persistente e contínua sobre diversos acontecimentos. O observador pode concluir que a ambição de tornar-se um generalista é “importante” na Escola de Medicina em estudo, querendo com isto dizer que muitos julgamentos e escolhas específicas são feitos pelos estudantes em função desta ambição, e que muitos aspectos da organização escolar são ajustados no sentido de levá-la em consideração.

(3) Afirmações que identificam uma situação como um exemplo de algum processo ou fenômeno descrito mais abstratamente na teoria sociológica. Teorias postulam relações entre muitos fenômenos abstratamente definidos, e conclusões desse tipo implicam que relações postuladas de forma generalizada se sustentem neste exemplo específico. Por exemplo, o observador pode afirmar que expressar um desejo de tornar-se generalista é uma norma cultural dos estudantes de Medicina; ao fazê-lo, assevera, com efeito, que a teoria sociológica sobre as funções das normas e sobre os processos através dos quais são mantidas, tida como verdadeira em geral, é verdadeira neste caso específico.

Para chegar a este tipo de conclusões, o observador caracteristicamente começa construindo modelos de partes da organização à medida que entra em contato com elas, que descobre conceitos e problemas, assim como a frequência e distribuição daqueles fenômenos que chamaram sua atenção. Depois de construir um modelo que especifique as relações existentes entre os vários elementos desta parte da organização, o observador busca maior precisão através do sucessivo refinamento do modelo, de modo a levar em consideração evidências que não se encaixavam na sua



formulação anterior<sup>13</sup>, através da pesquisa de exemplos negativos (evidências que entram em contradição com as relações hipotéticas do modelo), os quais poderiam forçar uma tal revisão e através da pesquisa intensiva de interconexões *in vivo* dos vários elementos que ele conceituou a partir de seus dados. Ao mesmo tempo que o modelo condicional pode dar mostras de suas falhas através de um exemplo negativo que se desenvolva inesperadamente no curso do trabalho de campo, o observador pode inferir que tipos de evidências seriam capazes de confirmar ou refutar seu modelo, e pode pesquisar intensivamente para encontrar tal evidência.<sup>14</sup>

Depois que o observador tiver acumulado vários modelos parciais deste tipo, ele busca as conexões existentes entre eles e, deste modo, começa a construir um modelo global da organização como um todo. Um exemplo retirado de nosso estudo mostra como esta operação é efetivada durante o período do trabalho de campo. (O leitor observará, neste exemplo, a maneira como são utilizadas descobertas típicas dos estágios anteriores da análise.)

Quando, pela primeira vez, escutamos os estudantes de Medicina aplicarem o termo "pitiático" aos pacientes, fizemos um esforço para entender precisamente o que queriam dizer com isso. Descobrimos, através de entrevistas com estudantes sobre exemplos aos quais tanto eles próprios quanto o observador haviam presenciado, que o termo se referia de maneira pejorativa a pacientes com muitos sintomas subjetivos, mas com patologias físicas não discerníveis. Observações subseqüentes indicaram que este uso da palavra era uma característica sistemática do comportamento dos estudantes, e, portanto, que deveríamos incorporar este fato a nosso modelo do comportamento estudante/paciente. O caráter pejorativo do termo sugeria especificamente que investigássemos as razões pelas quais os estudantes não gostavam destes pacientes. Descobrimos que esta aversão estava relacionada ao que descobrimos ser a perspectiva dos estudantes da Escola de Medicina: a opinião de que estavam na universidade

---

<sup>13</sup> Observar novamente a semelhança com a indução analítica.

<sup>14</sup> Ver a discussão de Alfred Lindesmith sobre este princípio em "Comment on W. S. Robinson's 'The Logical Structure of Analytic Induction'," *American Sociologist Review* 17 (agosto de 1952), 492-3.

para ganhar experiência no reconhecimento e no tratamento de doenças comuns, que tinham maior probabilidade de serem encontradas na prática generalista. Os “pitiáticos”, que presumivelmente não tinham doenças, não podiam proporcionar tal experiência. Fomos assim levados a especificar as conexões existentes na relação estudante-paciente e a visão da proposta de sua educação profissional. Questões relativas à gênese desta perspectiva levaram a descobertas sobre a organização do corpo discente e sobre a comunicação entre estudantes, fenômenos que vínhamos atribuindo a outro modelo parcial. Visto que a aversão pelos “pitiáticos” advinha do fato de que não davam oportunidade aos estudantes de assumirem responsabilidades médicas, podíamos ainda ligar este aspecto do relacionamento estudante/paciente com um outro modelo especulativo do sistema de valores e da organização hierárquica da universidade, modelo no qual a responsabilidade médica desempenha um importante papel.

Deve-se destacar, ainda uma vez, que análises deste tipo são levadas a cabo no campo, à medida que o tempo permite. Visto que a construção de um modelo é a operação analítica mais intimamente relacionada com as técnicas e os interesses do observador, geralmente ele despende um grande período de tempo pensando sobre estes problemas. Porém, geralmente não é capaz de ser tão sistemático quanto desejaria até que atinja o estágio final da análise.

#### ANÁLISE FINAL E A APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A análise sistemática final, realizada depois que o trabalho de campo está completo, consiste na checagem e na reconstrução dos modelos, tão cuidadosamente e com tantas salvaguardas quanto permitirem os dados. Por exemplo, ao controlar a precisão de declarações sobre a frequência e a distribuição de acontecimentos, o pesquisador pode indexar e organizar seu material de forma tal que todos os itens de informação sejam acessíveis e considerados na avaliação da precisão de qualquer conclusão. Ele pode se beneficiar da observação de Lazarsfeld e Barton de que a “análise de ‘dados quase-estatísticos’ pode provavelmente ser feita de modo mais sistemático do que foi no passado, se se conseguir pelo menos ter em mente a estrutura lógica da pesquisa

quantitativa, que fornece ao pesquisador qualitativo direções e orientações gerais.”<sup>15</sup>

Um critério adicional para a avaliação deste tipo de evidência é o estágio de conceitualização do problema no qual o observador se encontra no momento em que o item de evidência é coletado. O observador pode ter seu problema bem trabalhado e estar procurando ativamente por evidências para testar uma hipótese, ou pode não estar ainda tão consciente do problema. O valor de evidência dos itens de suas observações de campo vai variar em função disto, sendo que a base desta avaliação será a possibilidade de descobrir exemplos negativos da proposição para cuja formulação ele, subseqüentemente, utiliza o material coletado. A melhor evidência pode ser exatamente aquela que foi coletada da maneira mais impensada, quando o observador simplesmente registrou o item, embora ele não fizesse parte do sistema de conceitos e hipóteses que estivesse trabalhando no momento, pois possivelmente contém menos *bias* produzido pelo desejo de dar substância ou repudiar uma idéia em particular. Por outro lado, uma hipótese bem formulada possibilita uma busca deliberada por exemplos negativos, particularmente quando outros conhecimentos sugerem áreas prováveis nas quais procurar tais evidências. Este tipo de busca requer uma conceitualização avançada do problema, e evidências coletadas deste modo podem ter um peso maior para certos tipos de conclusões. Ambos os procedimentos são relevantes em diferentes estágios da pesquisa.

No estágio de análise pós-trabalho de campo, o observador prossegue de forma mais sistemática na operação de construção do modelo. **Considera o caráter de suas conclusões e decide sobre o tipo de evidência que poderia causar sua rejeição, derivando testes posteriores através da dedução de conseqüências lógicas e da avaliação sobre se os dados sustentam as deduções ou não.** Ele considera hipóteses alternativas razoáveis, e avalia se a evidência as refuta ou não.<sup>16</sup> Finalmente, ele completa seu trabalho de es-

---

<sup>15</sup> “Some Functions of Qualitative Analysis...”, *op. cit.*, 348.

<sup>16</sup> Um método para fazê-lo, particularmente adaptado ao teste de hipóteses distintas sobre mudança em indivíduos ou pequenas unidades sociais (embora em princípio não limitado a esta aplicação), é “The Technique of Discerning”, descrita por Mirra Komarovsky in Paul F. Lazarsfeld e Morris Rosenberg,

tabelecimento de interconexões entre modelos parciais, de modo a ultimar uma síntese global que incorpore todas as conclusões.

Depois de completar a análise, o observador enfrenta o complicado problema de como apresentar suas conclusões e suas respectivas evidências. É comum e justificável que leitores de relatórios de pesquisa qualitativa se queixem de que pouco ou nada é dito sobre as evidências para conclusões, ou sobre as operações através das quais elas foram avaliadas. Uma apresentação mais adequada dos dados, das operações de pesquisa e das inferências do pesquisador pode ajudar a resolver este problema.

Porém, dados qualitativos e procedimentos analíticos — em contraste com os quantitativos — são difíceis de apresentar adequadamente. Dados estatísticos podem ser resumidos em tabelas e medições descritivas de vários tipos, assim como os métodos através dos quais elas foram manuseadas podem, com frequência, ser relatados de maneira precisa no espaço necessário para imprimir uma fórmula. Isto ocorre porque, em parte, os métodos foram sistematizados de tal modo que é possível se referir a eles nesta forma reduzida e, em parte, porque os dados foram coletados para um número fixo e geralmente pequeno de categorias — a apresentação dos dados não precisa ser mais do que um relatório sobre o número de exemplos a ser encontrado em cada uma das categorias.

Os dados da observação participante não se prestam a tal resumo pronto. Eles consistem freqüentemente de tipos muito diferentes de observações, as quais não podem ser simplesmente categorizadas e contadas sem perder algo de seu valor como evidência — pois, como vimos, muitos pontos devem ser levados em consideração ao se utilizar cada dado. Todavia, está claramente fora de questão publicar todas as evidências. Nem tampouco é solução, como sugeriu Kluckhohn para o problema semelhante de apresentação de material relativos a histórias de vida,<sup>17</sup> publicar uma versão reduzida e tornar acessível todo um conjunto

---

organizadores, *The Language of Social Research* (Glencoe, Ill.: Free Press), 449-57. Ver também a cuidadosa discussão sobre hipóteses alternativas e a utilização de conseqüências deduzidas como prova posterior in Lindesmith, *Opiate Addiction*, *passim*.

<sup>17</sup> Gottschalk *et al.*, *op. cit.*, 150-6.

de materiais em microfilme ou nalgum outro meio barato, pois assim se ignora o problema de como apresentar *provas*.

Ao trabalhar no material sobre o estudo da Escola de Medicina, uma possível solução para este problema, com a qual estamos fazendo uma experiência, é uma descrição da história natural de nossas conclusões, apresentando as evidências tais como chegaram à atenção do observador durante os sucessivos estágios de sua conceitualização do problema. O termo “história natural” não implica a apresentação de cada um dos dados, mas somente das formas características que os dados assumiram em cada estágio da pesquisa. Isso envolve, levando em consideração as leis discutidas acima, a forma que tomaram os dados e qualquer exceção significativa na apresentação das várias afirmações de descobertas, assim como das inferências e conclusões esboçadas a partir delas. Desse modo, a evidência é avaliada à medida que a análise substantiva é apresentada. Se este método for empregado, o leitor será capaz de acompanhar os detalhes da análise e ver como e em que bases se chegou a qualquer das conclusões. Isto daria ao leitor, como dão os métodos estatísticos de apresentação atuais, a oportunidade de fazer seu próprio julgamento quanto à adequação da prova e ao grau de confiança a ser atribuído à conclusão.

#### CONCLUSÃO

Primeiramente, tentei descrever o campo analítico característico da observação participante, de modo a trazer à tona o fato de que a técnica consiste em algo mais do que meramente mergulhar em dados e “ter insights”. A discussão pode servir igualmente para estimular aqueles que trabalham com estas e outras técnicas semelhantes a tentar uma maior formalização e sistematização das várias operações de que fazem uso, de modo que a pesquisa qualitativa possa tornar-se um esforço de tipo mais “científico” e menos “artístico”. Finalmente, propus que novos modelos para relatar os resultados fossem introduzidos, de modo que seja facultado ao leitor maior acesso aos dados e aos procedimentos nos quais foram baseadas as conclusões.

# Evidências de Trabalho de Campo

Qual é a credibilidade das conclusões derivadas de dados coletados pelo trabalho de campo? Se entrarmos, em certa medida, na vida das pessoas que estudamos, participarmos de sua rotina diária de atividades e observarmos os cenários e locais onde ocorrem; se conversarmos com elas tanto informalmente quanto em entrevistas relativamente organizadas; se investigarmos os registros da organização, os documentos oficiais, os meios de comunicação públicos, cartas, agendas e quaisquer outros registros e artefatos que possamos encontrar; se registrarmos sistematicamente todas as informações que adquirirmos por estes meios; e se, finalmente, avaliarmos as informações sistematicamente para ver que evidências elas fornecem para que conclusões — se fizermos tudo isso, as pessoas devem considerar estas conclusões como de alta credibilidade? Ou devem achar que é arriscado dar muito valor como evidência a conclusões assim obtidas?<sup>1</sup>

Os antropólogos podem achar a questão tola, porque fazem uma grande parte de seu trabalho desta maneira e porque tantos de seus clássicos dependem deste tipo de evidência; mas uma minoria dentre eles, possivelmente uma minoria em crescimento, po-

---

<sup>1</sup> Problemas da validade dos dados de trabalho de campo foram discutidos em Arthur J. Vidich, "Participant Observation and the Collection and Interpretation of Data", *American Journal of Sociology* 60 (1955), 354-60; Morris Zelditch, Jr., "Some Methodological Problems of Field Studies", *ibid.* 67 (1962), 566-76; Arthur J. Vidich e Joseph Bensman, "The Validity of Field Data", *Human Organization* 13 (1954), 20-7; e Lois R. Dean, "Interaction, Reported and Observed: The Case of One Local Union", *ibid.* 17 (1954), 36-44.

deria ver algum sentido na questão, sentindo que as técnicas de trabalho de campo antropológico são excessivamente desestruturadas para produzir conhecimento confiável. Os psicólogos, por outro lado, consideram a questão significativa e, de fato, a estão sempre levantando em relação à pesquisa sociológica. “Soa muito interessante, até mesmo plausível”, eles dizem, mas, “é verdade? Como podemos ter certeza?” Os sociólogos tremem. Todos os seus clássicos reconhecidos — *Street Corner Society*, *The Polish Peasant*, *The Urban Villagers* — se baseiam em tais métodos. Porém, nós nos prostituímos aos deuses do rigor e da precisão, e os procedimentos aparentemente indisciplinados do trabalho de campo não chegam propriamente a se adequar às exigências desta religião.

Um motivo pelo qual as pessoas se preocupam com a possibilidade de as conclusões dos estudos de campo não serem confiáveis é que os agentes de campo às vezes surgem com caracterizações bastante diferentes de instituições, organizações ou comunidades idênticas ou supostamente semelhantes. Se os métodos são confiáveis, dois estudos da mesma coisa não deveriam produzir uma descrição semelhante? Porém, o Tepoztlán de Oscar Lewis parecia muito diferente do de Robert Redfield, a Escola de Medicina que meus colegas e eu estudamos parecia muito diferente da que foi estudada por Merton et al., e estes não são os únicos casos.<sup>2</sup>

Estas disparidades podem ocorrer simplesmente porque as organizações não são de fato as mesmas. A passagem do tempo pode ter mudado Tepoztlán substancialmente; isso não seria de surpreender. A Escola de Medicina da Universidade de Kansas que estudamos difere da Escola de Medicina de Cornell que Merton et al. estudaram em localização, recrutamento de corpo docente e discente, fontes de apoio e em muitos outros sentidos que poderiam facilmente justificar as diferenças entre as nossas descrições. Nunca devemos pressupor que duas instituições são iguais simplesmente porque pertencem à mesma categoria social convencionalmente definida; algumas escolas primárias podem se

---

<sup>2</sup> Ver Robert Redfield, *Tepoztlán* (Chicago: University of Chicago Press, 1930), e Oscar Lewis, *Tepoztlán Revisited* (Urbana: University of Illinois, 1951); e Howard S. Becker, Blanche Geer, Everett C. Hughes e Anselm L. Strauss, *Boys in White* (Chicago: University of Chicago Press, 1961), e Robert K. Merton, George Reader e Patricia L. Kendall, orgs., *The Student-Physician* (Cambridge: Harvard University Press, 1957).

assemelhar a prisões, outras a clubes de campo, enquanto ainda outras de fato têm a aparência de escolas comuns. Se dois estudos revelarem estas diferenças, o resultado só será anômalo se insistirmos que as coisas que são chamadas pelo mesmo nome *são*, por decorrência, a mesma coisa.

Porém, suponhamos até mesmo que dois pesquisadores estudem uma organização idêntica e ainda assim a descrevam de modo bastante diferente. Na pesquisa de laboratório, pensamos que é muito improvável que as pessoas dêem descrições muito diferentes daquilo que ocorreu no mesmo experimento. O experimentador fez isso, os participantes fizeram aquilo; pode-se discutir a interpretação, mas raramente se contesta a descrição. Portanto, descrições distintas da mesma organização perturbam pessoas acostumadas à pesquisa modelada no paradigma experimental.

Porém, sua perturbação pode estar fundada num pressuposto desautorizado: de que os dois agentes de campo em questão se mobilizaram para estudar a mesma coisa, responder às mesmas perguntas. **As pessoas muitas vezes estudam organizações idênticas ou semelhantes usando métodos de pesquisa de campo, mas têm em mente teorias diferentes e perguntas diferentes.** Quando fazem perguntas diferentes, obtêm respostas diferentes. Os dados nos dois estudos serão de fato diferentes, **mas a diferença não indica que as informações não são dignas de confiança. Demonstra apenas que o observador está observando uma coisa diferente.**

Erroneamente pressupomos que os observadores têm que estar estudando a mesma coisa porque supomos que apenas uma estrutura social está presente numa organização ou comunidade. Isto é verdade num certo sentido mais geral. Todas as pessoas que ocupam uma área geográfica dada ou um edifício específico que abriga uma dada organização realmente constituem uma grande estrutura social. Porém, a estrutura global contém unidades menores, e a diferença entre dois estudos de campo da mesma coisa pode residir na ênfase diferenciada dada a uma ou outra destas unidades menores. Whyte e Gans descreveram bairros italianos de baixa renda essencialmente semelhantes em Boston, mas suas descrições são vastamente diferentes. Whyte descreve as atividades características de um grupo de homens jovens e não casados e explora a relação deles com a estrutura política



da comunidade e com uma instituição de serviços comunitários localizada na área. Gans descreve o que parece ser uma sociedade bastante diferente, constituída por pessoas casadas e suas famílias, que contém, além da instituição de serviços comunitários, uma variedade de outras instituições.<sup>3</sup>

Porém, ninguém discutiria seriamente que a diferença entre a descrição de Gans e a de Whyte demonstra que uma ou outra, ou mesmo as duas, são implausíveis, ou que seus dados não são confiáveis. Eles focalizaram partes diferentes da comunidade total e fizeram perguntas diferentes a seu respeito. Não há nenhuma razão para que suas descrições sejam semelhantes.

Do mesmo modo, dois observadores poderiam estudar a mesma organização ou parcela organizacional, mas com referência a problemas diferentes. Quando Renée Fox estudou os calouros da Escola de Medicina, queria saber como a estrutura social da Escola de Medicina os treinava nas qualidades que provavelmente seriam importantes para um desempenho bem-sucedido como médicos; quando Blanche Geer estudou os calouros da Escola de Medicina, ela queria saber como eles se organizavam para lidar com os problemas cotidianos de serem estudantes de Medicina. Elas estudaram a mesma coisa, mas estudaram aspectos diferentes dela, e não deveríamos esperar que suas descrições da estrutura social do ano de calouro da Escola de Medicina fosse idêntica.<sup>4</sup>

Em geral, não devemos esperar resultados idênticos quando dois observadores estudam a mesma organização a partir de diferentes pontos de vista, ou quando estudam subestruturas diferentes dentro de uma organização maior. O que temos o direito de esperar é que as duas descrições sejam *compatíveis*, que as conclusões de um estudo não contradigam implícita ou explicitamente as do outro. Desse modo, podemos ver que Whyte e Gans descreveram essencialmente o mesmo tipo de comunidade, pois a descrição de Whyte dos rapazes da esquina se integra perfeitamente à descrição feita por Gans das unidades familiares da comunidade; as famílias que Gans descreve são simplesmente as

---

<sup>3</sup> Ver William Foote Whyte, *Street Corner Society* (Chicago: University of Chicago Press, 1955), e Herbert J. Gans, *The Urban Villagers* (Nova York: Free Press, 1962).

<sup>4</sup> Ver Merton *et al.*, *op. cit.*, e Becker *et al.*, *op. cit.*

famílias das quais esperamos que os rapazes da esquina sejam provenientes e que virão a criar eles próprios quando tiverem a oportunidade.

Aproximamo-nos agora do coração do problema, o qual tem a ver com a falta de regras de procedimento rigorosas para guiar as atividades de coleta de dados de um pesquisador de campo. Suponha-se que dois observadores façam a mesma pergunta em relação à situação de campo que observam e usem também métodos de análise semelhantes. Não será possível, e até mesmo provável, que a falta de formalização das técnicas de coleta de dados dará margem a que quaisquer *biases* que o investigador tenha venham a modelar os dados que coleta? Não estará ele, com efeito, simplesmente estudando seus próprios preconceitos, os dados de tal maneira pervertidos pela sua influência (provavelmente inconsciente) que não podemos usá-los como evidência científica?

A questão relativa aos dados de trabalho de campo tem sido freqüentemente levantada, mas ganhou nova força por causa dos estudos que demonstram o efeito dos *biases* do investigador em situações muito mais controladas. Estudos feitos pela equipe do NORC\* e por outras instituições demonstraram que as características e *biases* dos entrevistadores em "surveys" exercem um efeito considerável sobre as respostas que eles recebem dos informantes.<sup>5</sup> Ainda mais chocantes, os estudos de Rosenthal sobre os *biases* do experimentador demonstraram que o conhecimento do experimentador em relação à hipótese que está testando e à conclusão a que ele espera chegar afeta as respostas dos sujeitos-objeto de experimentos sócio-psicológicos. Rosenthal relata até mesmo que o *bias* do experimentador afeta o resultado de experimentos em animais.<sup>6</sup> Se os *biases* do pesquisador podem afetar

---

\* National Opinion Research Center (nota da revisora).

<sup>5</sup> Ver Herbert H. Hyman *et al.*, *Interviewing in Social Research* (Chicago: University of Chicago Press, 1954); e Mark Benney, David Riesman e Shirley A. Star, "Age and Sex in the Interview", *American Journal of Sociology* 62 (1956), 143-52.

<sup>6</sup> Robert Rosenthal, *Experimenter Effects in Behavioral Research* (Nova York: Appleton-Century-Crofts, 1966). Alguma controvérsia tem surgido em relação à generalidade das conclusões de Rosenthal, mas não acho que os argumentos contra ele sejam convincentes. Ver T. X. Barber e M. J. Silver,

os dados coletados nestes estilos mais controlados de pesquisa, não terão eles muito mais probabilidade de fazê-lo em técnicas não-formalizadas de trabalho de campo, onde o observador tem um número infinitamente maior de oportunidades de fornecer pistas que afetam aqueles que estuda e de escolher, em meio a tudo o que está acontecendo, apenas as evidências que lhe são convenientes?

Há boas razões para acreditar que o contrário é verdade. A observação de campo tem menos probabilidade, em relação aos métodos mais controlados de laboratório e entrevistas de “surveys”, de permitir que o pesquisador influencie com seus *biases* os resultados que obtém nas direções sugeridas por suas próprias expectativas, crenças e desejos. Quase todo pesquisador de campo acredita nesta proposição, geralmente porque ele já teve muitas vezes que sacrificar idéias e hipóteses que lhe eram caras diante dos fatos recalcitrantes nas suas notas de campo. Antes de discutir as características da coleta de dados no campo que produzem estes fatos recalcitrantes, quero introduzir a experiência pessoal que me convenceu a este respeito.

Minha dissertação lidava com os padrões de carreira dos professores de escola pública de Chicago.<sup>7</sup> Sabia, antes de começar a entrevistar professores, que a maioria deles iniciava suas carreiras nas escolas negras e dos guetos e fazia esforços hercúleos e geralmente bem-sucedidos para fugir para as escolas de classe média. Um dos meus maiores problemas era saber por que eles faziam isso. Meu orientador, Everett C. Hughes, tinha uma teoria a este respeito. Esperava que eu concluísse aquilo que ele e seus alunos haviam concluído em relação a outras profissões: que o prestígio profissional mais alto pertencia aos que tinham clientes de *status* social mais alto. Os professores prefeririam escolas de classe média porque as encaravam como os lugares de maior prestígio em que um professor poderia trabalhar. Eu acreditava firmemente que a teoria do professor Hughes era correta; mesmo

---

“Fact, Fiction and the Experimenter Bias Effect”, *Psychological Bulletin Monograph Supplement* 70 (1968), 1-29; Robert Rosenthal, “Experimenter Expectancy and the Reassuring Nature of the Null Hypothesis Decision Procedure”, *ibid.*, 30-47; e Barber e Silver, “Pitfalls in Data Analysis and Interpretation: A Reply to Rosenthal”, *ibid.*, 48-62.

<sup>7</sup> Os resultados desta pesquisa são relatados nos capítulos 9-11 de *Sociological Work: Method and Substance*.

que não pensasse assim, a sabedoria artilosa dos alunos de pós-graduação ditava que eu fingisse que acreditava e fizesse todos os esforços para comprová-la. Quando entrevistei os professores, contudo, eles se recusaram a dar sustentação à minha expectativa. Deram muitas boas razões para não gostarem de escolas negras e do gueto, em resposta às minhas perguntas mais ou menos não direcionadas, mas nenhuma delas tinha alguma coisa a ver com prestígio profissional. Mesmo quando, no final da entrevista (quando isto não podia mais prejudicá-la), eu pressionava os professores com perguntas diretas e condutoras, eles simplesmente negavam que o prestígio tivesse alguma coisa a ver com suas atitudes. Minha expectativa, firmemente baseada na teoria, na crença e naquilo que eu considerava como sendo meu interesse próprio, não teve efeito sobre os dados. (Quando, com alguma inquietação, relatei meus resultados ao professor Hughes, ele se mostrou muito mais pronto a abraçar os novos resultados e revisar sua teoria do que a minha cultura de aluno de pós-graduação me havia levado a crer: grande ilustração da sabedoria artilosa dos alunos de pós-graduação. O fato de que a minha visão de meu próprio interesse estivesse incorreta, todavia, não moderou em absoluto sua influência sobre o que eu esperava encontrar ou a incapacidade de minhas expectativas para influenciar a realidade.)

Porém, as convicções mais firmes dos pesquisadores de campo, baseadas exatamente em episódios desse tipo, não convencem os descrentes nem explicam analiticamente os motivos pelos quais deveríamos levar a sério como evidência os dados de trabalho de campo. Estes motivos se enquadram em duas categorias, as quais me proponho a examinar agora. Primeiro, as pessoas que o pesquisador de campo observa sentem-se, em geral, constrangidas a agir como o fariam na ausência do pesquisador, pelas próprias restrições sociais cujos efeitos interessam a ele; conseqüentemente, ele tem pouca chance, em comparação com os que utilizam outros métodos, de influenciar o que os observados fazem, pois há forças mais poderosas em operação. Segundo, o pesquisador de campo, inevitavelmente, devido à sua presença contínua, coleta muito mais dados e, num certo sentido a ser explicado, faz e tem condição de fazer mais testes de suas hipóteses do que os pesquisadores que usam métodos mais formais.

## RESTRIÇÕES

Rosenthal, Friedman, Orne, Rosenberg e outros demonstraram, na minha opinião de modo bastante conclusivo, que os sujeitos de experimentos psicológicos cuidadosamente controlados reagem não apenas aos estímulos especificados na concepção do experimento, mas também a uma variedade de outros estímulos encontrados em sua relação com o experimentador. Por acreditarem na ciência e quererem ajudar o cientista, os sujeitos reagem às “características de demanda” do experimento e fazem coisas que de outro modo não fariam — como dar choques elétricos aparentemente letais nos prepostos do experimentador — porque isso parece ser o que “se espera” que eles façam.<sup>8</sup> Por acreditarem que os psicólogos podem descobrir coisas a respeito de uma pessoa a partir de fragmentos de comportamento aparentemente inocentes e não quererem parecer “doentes”, “pouco inteligentes” ou qualquer outra coisa ruim que um psicólogo pudesse ter condição de discernir, respondem de maneiras que, na sua opinião, farão com que o psicólogo tenha uma boa impressão deles.<sup>9</sup> Por motivos ainda não muito claros, eles alteram seu comportamento de modo a confirmar a hipótese que o experimentador espera que seja confirmada.<sup>10</sup>

Uma vez que os experimentadores tentam influenciar os sujeitos apenas dos modos especificados nas suas concepções, os resultados desta pesquisa assinalam que os sujeitos reagem a pistas

---

<sup>8</sup> Ver M. T. Orne, “On the Social Psychology of the Psychological Experiment: With Particular Reference to Demand Characteristics and Their Implications”, *American Psychologist* 17 (1962), 776-83; M. T. Orne e K. E. Scheibe, “The Contribution of Nonprivation factors in the Production of Sensory Deprivation Effects: The Psychology of the ‘Panic Button’”, *Journal of Abnormal and Social Psychology* 68 (1964), 3-12; e Stanley Milgram, “Group Pressure and Action Against a Person”, *ibid.* 69 (1964), 137-43.

<sup>9</sup> Ver Milton J. Rosenberg, “When Dissonance Fails: On Eliminating Evaluation Apprehension from Attitude Measurement”, *Journal of Personality and Social Psychology* 1 (1965), 28-42, e “The Conditions and Consequences of Evaluation Apprehension”, in R. Rosenthal e R. Rosnow, orgs., *Sources of Artifact in Social Research* (Nova York: Academic Press, 1970).

<sup>10</sup> Ver Rosenthal, *Experimenter Effects in Behavioral Research*, *op. cit.*, Neil Friedman, *The Social Nature of Psychological Research* (Nova York: Basic Books, 1967), e Susan Roth Shermer, “Demand Characteristics in an Experiment on Attitude Change”. *Sociometry* 30 (1967), 246-61.

muito leves, que não apenas não têm a intenção de provocar efeito algum, mas que nunca se imaginou que pudessem vir a fazê-lo. Variações menores no enunciado das instruções, mudanças no nome das organizações patrocinadoras diretas da pesquisa ou no nome dos testes administrados, diferenças no número de vezes que o experimentador sorriu — trivialidades como estas confundiram os resultados de pesquisas experimentais.

De modo semelhante, os pesquisadores que fazem “surveys” descobriram que os atributos sociais, assim como as atitudes e crenças dos entrevistadores de “surveys”, afetam as respostas que seus informantes dão. As pessoas respondem a perguntas sobre raça de maneira diferente quando os entrevistadores são de uma cor ou de outra, e, da mesma forma, respondem de forma diferente a perguntas sobre sexo e doença mental em função da idade e do sexo do entrevistador. Os entrevistadores obtêm as respostas que esperam obter, do mesmo modo que os experimentadores obtêm as reações que esperavam obter.<sup>11</sup>

Não está muito claro se as influências sobre as respostas de “surveys” vêm de estímulos triviais que influenciam os experimentos. Por um lado, os entrevistadores trabalham em uma situação menos supervisionada; não podemos observá-los enquanto fazem a tarefa atribuída a eles e geralmente confiamos em seus próprios relatórios do que se passou. Por isso, eles estão mais livres do que os experimentadores para se desviarem de suas instruções e podem fazê-lo de maneiras bem grosseiras. Parte da variação pode advir da má-fé do entrevistador. Ainda assim, as ações dos entrevistadores são restringidas pelas suas instruções e pelas perguntas, cujo enunciado e ordem são fixos nas programações que administram, de modo que seu efeito sobre as respostas deve resultar de variações relativamente pequenas de comportamento.

Os pesquisadores de campo têm muito mais liberdade do que os experimentadores ou os entrevistadores de “surveys”. Eles podem perguntar a qualquer pessoa qualquer coisa que quiserem perguntar, podem usar as perguntas mais descaradamente condutoras e os enunciados mais marcados por *biases*; podem ter vários tipos de atitude, que vão da pequena variação no número de sorrisos que afeta os resultados do experimentador até as in-

---

<sup>11</sup> Ver os itens citados na nota 5, *supra*.

tervenções muito mais acintosas no funcionamento de uma organização; podem indicar não apenas uma avaliação indireta e silenciosa das ações de outrem, mas também o tipo mais direto de avaliação positiva, como quando eles se juntam em alguma atividade controvertida do grupo. Eles podem, em suma, produzir estímulos que geram *bias* de forma bastante grosseira, muito mais grosseira do que os que se demonstrou terem efeitos sérios em estilos mais controlados de pesquisa. Como podemos levar a sério conclusões baseadas em dados assim produzidos?

Até agora, focalizei a liberdade do pesquisador, em várias técnicas, de adotar formas de comportamento potencialmente geradoras de *bias vis-à-vis* as pessoas que estuda. Mas supor que os sujeitos da pesquisa de campo sejam afetados pelo *bias* do observador, e modelem suas atitudes e palavras segundo aquilo que pensam que ele quer, é supor não apenas que eles estejam dispostos a se comportar assim, mas que eles têm liberdade para isso. É supor assim que eles não estejam sob nenhuma outra restrição e que, portanto, podem seguir a sua disposição para serem prestativos, se tal disposição tiverem. Mas esta liberdade é encontrada de modo característico sobretudo no experimento de laboratório, onde o ideal de controle é precisamente remover todas as influências que não aquelas com as quais o experimentador quer operar. Os experimentadores neutralizam as restrições externas, isolando os sujeitos de seus experimentos de seu ambiente habitual, experimentando sobre tópicos não vinculados a nenhuma crença que o sujeito professe, e assegurando ao sujeito que seu comportamento no experimento, a despeito de seu desempenho, não terá nenhuma influência sobre a sua vida fora do laboratório experimental. Precisamente no grau em que estas metas forem concretizadas, os sujeitos ficam livres para dar forma a suas palavras e fatos de acordo com as indicações inadvertidamente fornecidas por um experimentador marcado por *bias*es.

Em certa medida, a mesma liberdade está disponível para o respondente em uma entrevista de "survey". Ele é abordado por alguém que nunca viu antes e nunca espera ver de novo, o qual lhe faz uma série de perguntas sobre suas atitudes em relação a uma variedade de tópicos, sobre os quais ele não exerce nenhum controle ou tem alguma responsabilidade. Suas respostas não terão o menor efeito (e é isso que lhe assegura o entrevistador bem

treinado) sobre coisa alguma em sua vida real. Uma vez que ele não é constrangido por nada além das pressões que surgem na situação imediata da entrevista face a face, estas pressões têm grande probabilidade de exercer um efeito de geração de *biases* sobre o que ele diz. Daí vêm os resultados dos estudos sobre os *biases* do entrevistador. Os brancos ficam envergonhados de admitir sentimentos preconceituosos para um entrevistador negro? As mulheres hesitam em discutir sexo com um entrevistador homem e jovem? Eles estão livres para se entregar a estas vergonhas e hesitações, pois lhes foi assegurado que a franqueza de suas respostas (ou, por conseguinte, a falta de franqueza) não terá nenhuma consequência que ultrapasse a situação imediata. Por que não evitar a vergonha, já que o que se diz não faz nenhuma diferença?

Considere, em contraste, as pessoas que um pesquisador de campo estuda. Elas estão enredadas em relações sociais que são importantes para elas, no trabalho, na vida da comunidade e em qualquer outro lugar. Os eventos de que participam importam para elas. As opiniões e ações das pessoas com quem interagem têm que ser levadas em consideração, porque elas afetam estes eventos. Todas as restrições que as afetam em suas vidas comuns continuam a operar enquanto o observador observa.

Quer a pessoa que está sendo observada saiba o que o observador espera dela ou não, ela não se atreve a responder a esta expectativa. As coisas em que está envolvida no momento da observação são, via de regra, muito mais importantes para ela do que o observador. Se eu observar um estudante universitário respondendo a um professor numa sala de aula, observo uma pessoa para quem as minhas reações são muito menos importantes do que as do professor — que é quem pode lhe dar uma nota baixa — e mesmo que as dos demais estudantes, cuja opinião sobre ela tem consequências por muito tempo depois de ele ter-me visto pela última vez. Ela pode não se importar com o fato de eu considerá-la estúpida, ingênua ou ardilosa; mas é melhor que eu pense assim do que aqueles cujas opiniões são muito mais relevantes do que a minha.<sup>12</sup> Da mesma maneira, quando Skolnick observou

---

<sup>12</sup> Ver Howard S. Becker, Blanche Geer e Everett C. Hughes, *Making the Grade* (Nova York: John Wiley, 1968), 63-79.



policiais, eles estavam ocupados fazendo coisas para ganhar promoções (ou pelo menos evitar as repreensões) de seus superiores, coisas para manter sua posição no departamento e *vis-à-vis* os infratores da lei, tais como prostitutas, com quem eles tinham contato constante. Talvez gostassem de fazer com que Skolnick tivesse uma boa opinião sobre eles, mas queriam muito mais fazer com que seus superiores tivessem uma boa opinião deles, fazer com que as meretrizes os respeitassem o bastante para fazerem o que lhes era ordenado e assim por diante.<sup>13</sup>

Em suma, a presença na situação observacional das mesmas restrições sociais que o sociólogo normalmente estuda torna difícil para as pessoas que ele observa fabricarem seu comportamento segundo o que acham que o observador poderia querer ou esperar. Por mais que queiram, as conseqüências reais de se desviar daquilo que, em outro contexto, poderiam se desviar são tão grandes — perda de uma promoção ou de reputação aos olhos de membros estáveis da sua comunidade — que eles não podem fazê-lo.

Dois outros comentários são pertinentes. Primeiro, a análise acima não se aplica, é claro, quando as pessoas observadas encaram o observador, na realidade, como importante a ponto de se constituir numa ameaça, e, portanto, agir como uma restrição da vida real sobre o que fazem. Quando acreditam nisso, encenarão um *show* para ele bastante semelhante ao que poderiam, por razões diferentes, encenar para um experimentador ou entrevistador de “surveys”. Os gerentes de indústrias, por exemplo, podem desconfiar que os achados de um sociólogo, quando apresentados e interpretados por seus superiores, revelarão questões que prefeririam manter em segredo, e, portanto, terão conseqüências para suas situações imediatas e carreiras futuras. Dalton sugere que um bom número de pesquisadores já foi conduzido ao endereço errado por gerentes desconfiados.<sup>14</sup> Os professores de escolas e seus alunos muitas vezes colaboram para encenar demonstrações de eficiência, diligência e harmonia para um visi-

---

<sup>13</sup> Jerome H. Skolnick, *Justice Without Trial* (Nova York: John Wiley, 1966).

<sup>14</sup> Ver Melville Dalton, *Men Who Manage* (Nova York: John Wiley, 1959), e “Preconceptions and Methods in *Men Who Manage*”, in Philip Hammond, org., *Sociologists at Work* (Nova York: Basic Books, 1964), 50-95.

tante, porque temem que ele possa fazer um relatório ruim para o diretor, fazendo com que eles todos sofram. Qualquer situação em que os participantes possam colocar o observador no papel de inspetor-geral contém esta dificuldade.

Uma cura para a doença consiste em convencer as pessoas que você não é importante, que aqueles que controlam o destino delas não conhece você ou, se conhece, não se importa muito com o que você diz. Miller conta uma ocorrência divertida, na qual os médicos internos que ele estava estudando perderam o medo de ele ser um espião a serviço dos administradores do hospital quando um dos administradores o acusou indiretamente de ser o interno que supostamente estava roubando comida das bandejas dos pacientes. Miller foi alvo da acusação por ser de um tamanho que tornava esta acusação plausível, e o incidente convenceu os internos de que nenhum de seus superiores o conhecia, e que ele era, portanto, inofensivo.<sup>15</sup> Mais adiante considerarei um segundo tipo de cura.

Quando um pesquisador de campo é bem-sucedido em convencer as pessoas que estuda de que o que ele vê não terá maiores conseqüências, isso paradoxalmente tem o efeito contrário ao que sucesso semelhante tem numa situação de pesquisa, mais controlada. Nesta, quanto mais as pessoas acreditam que não faz diferença o que o observador os vê fazer ou dizer, mais abertos ficam a serem influenciados por ele; **no trabalho de campo, quanto mais as pessoas acreditam que o pesquisador é pouco importante, mais livres se sentem para reagir às outras restrições que os cercam e pressionam.**

O princípio geral, então, é que, na situação de pesquisa, os sujeitos reagem mais às coisas que parecem ser mais importantes para eles. Se você, o pesquisador, for muito importante — seja porque cuidadosamente se preveniu para garantir que nada mais importante interferisse, ou porque eles temem que seus achados se tornarão conhecidos pelas pessoas que podem afetar seus destinos —, seus dados refletirão esta importância, no sentido de

---

<sup>15</sup> Stephan J. Miller, *Prescription for Leadership* (Chicago: Aldine Publishing Co., 1970). Morris Zeldtich, Jr., chamou minha atenção para o fato de que este é um caso especial de uma situação mais geral, na qual diferentes grupos ou participantes mantêm as coisas em segredo um do outro, de modo que os segredos são ocultados do pesquisador não porque ele possa informar o mundo exterior, mas porque ele pode informar outras facções ou segmentos.

que os sujeitos polidamente conformam suas respostas às pistas que você lhes dá do que precisa ser dito ou mostrado. Se você for menos ou nada importante do ponto de vista deles, eles farão o que fariam se você não estivesse lá. Os dados de trabalho de campo tendem a se aproximar deste último extremo, os dados experimentais e de levantamento do extremo anterior; mas estas ligações, embora não acidentais, não são uniformes, de modo que os pesquisadores de campo precisam ser cautelosos, enquanto os usuários de métodos mais estruturados podem aproveitar a comparação para criar salvaguardas apropriadas.

Meu segundo comentário diz respeito às diferenças entre os dados obtidos das pessoas no campo quando elas estão na companhia de outros e quando estão a sós com o pesquisador de campo. Os observadores relatam que as pessoas dizem uma coisa e fazem outra, ou dizem uma coisa em um ambiente e outra coisa em outro. Mais especificamente, podem emitir uma opinião "pública" em público, quer eles a pratiquem ou não, e outra opinião bem diferente quando falam em caráter privado com o pesquisador e indicam uma descrença na cultura comum. Gorden, por exemplo, demonstrou que as atitudes dos membros de uma unidade cooperativa habitacional universitária em relação à Rússia variavam, dependendo de se elas eram expressas em discussões de grupo com outros membros, em entrevistas privadas ou num questionário supostamente anônimo; quanto mais pública a situação, mais a pessoa se conformava à "norma" da casa.<sup>16</sup>

Nós erraríamos se interpretássemos uma ou outra dessas expressões como a "real", pondo de lado a outra como mera dissimulação. Tomo a liberdade de reproduzir aqui uma discussão anterior sobre este ponto, que surgiu a partir de minha experiência estudando alunos de Medicina. Ela indica quando e como o observador pode notar ou até mesmo provocar estas variações, e como elas podem ser interpretadas.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Raymond L. Gorden, "Interaction Between Attitude and the Definition of the Situation in the Expression of Opinion", *American Sociological Review* 17 (1952), 50-8.

<sup>17</sup> O material seguinte apareceu pela primeira vez, sob forma ligeiramente diferente, como Howard S. Becker, "Interviewing Medical Students", *American Journal of Sociology* 62 (1956), 199-201. O estudo dos alunos de Medicina citado acabou sendo relatado em Becker et al., *Boys in White*, *op. cit.*

Os valores de qualquer grupo social são um ideal do qual o comportamento real pode às vezes se aproximar, mas raramente incorpora integralmente. Para lidar conceitualmente com a tensão entre o ideal e a realidade, há duas atitudes polares possíveis em relação aos valores. Os indivíduos podem ser *idealistas*, aceitar os valores ardentemente e de todo o coração, sentindo que todos podem e devem segui-los e que são não só “certos” como “práticos”. Ou ser *cínicos*, concebendo os valores como absolutamente não-práticos e impossíveis de serem seguidos; podem achar que qualquer um que aceite estes valores de coração está enganando a si mesmo, e que é preciso fazer concessões para atender as exigências da vida cotidiana.

Provavelmente o caso mais comum é que as pessoas se sentem das duas maneiras ao mesmo tempo em relação aos valores de seu grupo; ou de uma maneira em algumas situações e de outra maneira em outras. Em qual destas disposições de espírito elas respondem ao entrevistador que está em busca de informações sociológicas? Ou, para voltar a atenção para o próprio entrevistador: qual destas está ele procurando nas pessoas com quem fala? Qual resposta quer trazer à tona?

Os sociólogos têm tido pendor para a revelação desde os tempos das denúncias comprometedoras. O entrevistador tipicamente sai para obter a “verdadeira história” que concebe estar escondida por trás dos lugares-comuns de qualquer grupo e dá forte desconto a quaisquer expressões da ideologia “oficial”. A busca pela organização informal de um grupo reflete isto, e a máxima de Merton de que a contribuição mais característica da sociologia reside na descoberta e análise de funções latentes e não-manifestas é uma afirmação teórica desta posição.<sup>18</sup>

O entrevistador tem que se lembrar sempre que o cinismo pode estar subjacente a um idealismo fútil. Em muitas situações, os entrevistados o percebem como pessoa potencialmente perigosa e, temendo que descubra segredos que seria melhor esconder do mundo exterior, lançam mão da “linha oficial” para manter seu esforço inquisitivo delicadamente à distância. O entrevistador pode contornar estas táticas fingindo-se também

---

<sup>18</sup> Robert K. Merton, *Social Theory and Social Structure* (Glencoe: Free Press, 1949), 68.

de cínico, de modo que o entrevistado seja levado a acreditar que o primeiro aceita sua própria visão publicamente reproável das coisas, ou confrontando-o com a evidência de suas próprias palavras ou de eventos relatados que não se coadunam com as visões que apresentou. Pode haver talvez outras maneiras, pois esta área ainda não foi bem explorada.

Convencido de que a conversa idealista provavelmente não é sincera, mas meramente uma dissimulação de um cinismo menos respeitável, o entrevistador se esforça para olhar por trás do que é dito e chegar ao “real”. Se estiver usando um roteiro, pode ser instruído ou achar necessário usar uma “sonda”. Uma entrevista é freqüentemente qualificada de bem-sucedida precisamente pelo grau em que consegue trazer à tona atitudes cínicas e não idealistas. Uma pessoa entrevistando casais com a intenção de avaliar sua adaptação provavelmente daria menos crédito a uma entrevista em que ambos os cônjuges insistissem que o casamento deles era perfeito do que a uma em que lhe dissessem que “a lua-de-mel já terminou”.

Por mais que a preocupação do entrevistador com o problema seja importante e justificada, ela cria a possibilidade de que ele interprete erroneamente o idealismo sinceramente apresentado a ele, ou, por seu modo de fazer perguntas, fabrique um papel para ele próprio na entrevista que incentive o cinismo e desencoraje o idealismo, pois os modos e o papel do entrevistador podem afetar tão fortemente o que as pessoas decidem lhe dizer, quanto a situação em que a entrevista é realizada.

Conversando com alunos de Medicina, não tive dificuldade em trazer à tona atitudes cínicas; tais declarações têm grande probabilidade de ocorrer sem muita ajuda da parte do entrevistador. O verdadeiro problema é bastante diferente — o de se certificar que não se impeça a expressão de atitudes mais idealistas, mas que se ajude o entrevistado a dizer tais coisas se é o que ele tem a dizer. Usando o enfoque semicínico que eu havia verificado ser útil para quebrar o idealismo institucional dos professores de escola,<sup>19</sup> ao entrevistar os alunos informal e casualmente no meio dos grupos de alunos que estava

---

<sup>19</sup> Descrevo este procedimento mais adiante.

observando, não fui bem-sucedido em dar-lhes a oportunidade de expressar seu idealismo pessoal oculto.

Ao ser simpático e permissivo, ao expressar as próprias noções idealistas e incentivar sutilmente sua expressão por parte do aluno, poder-se-ia muito bem coletar um conjunto de dados que traçariam o perfil do aluno como alguém que quer “ajudar a humanidade”, sem interesse por recompensas financeiras da prática da Medicina, intrigado com os mistérios da ciência, atormentado por dúvidas quanto à sua capacidade de fazer avaliações seguras em questões de vida ou morte — conjunto de dados, em suma, que exploraria intensamente esta parte do repertório de emoções conflitantes do aluno. Se os alunos fossem vistos a sós e não ao longo de sua trajetória de rotina diária, a probabilidade de ter esta impressão seria ainda maior. O aluno não pode expressar bem tais pensamentos para os colegas ou diante deles, pois são quase que ritualmente cínicos e, talvez ainda mais importante, sua atenção está focalizada nos problemas imediatos da vida de estudante, e não nos problemas dos quais forçosamente terão que tomar consciência imediata apenas quando, jovens médicos, assumirem responsabilidade médica integral. Ao desempenhar este papel adequadamente, o entrevistador pode ajudar os alunos a expressarem esta parte submersa da pessoa do médico e tornar-se caixa de ressonância para sua metade mais bem reprimida.

Ao começar meu trabalho de campo, entrei numa relação com os alunos que teria inibido a expressão de sentimentos idealistas para mim, mesmo que eu estivesse operando com uma estruturação de referência “idealista” ao invés da “realista” que na verdade usei. Estava com eles a maior parte do tempo, assistindo aula com eles, acompanhando-os nas situações de aprendizado, observando enquanto assistiam a operações ou a partos, almoçando com eles, jogando cartas e sinuca com eles, e assim por diante. Isto queria dizer que eu estava com eles principalmente em grupos maiores, onde o cinismo era a linguagem dominante, e o idealismo poderia ser ridicularizado; este fato emprestava suas cores às situações mais privadas e íntimas. Mais sutilmente, ao estar com eles tanto, dia após dia, eu provavelmente veria as concessões e violações inevitáveis dos ideais elevados decorrentes do papel de estu-

dante. Um aluno poderia esperar que eu acreditasse numa afirmação de que o bem-estar do paciente deve ser uma consideração primordial para ele (para dar um exemplo hipotético) quando ele sabia que eu o havia visto dar menos do que tempo integral a seus pacientes por causa de um exame iminente?

Meus dados oferecem um quadro bastante diferente do que o traçado pelo nosso hipotético pesquisador “idealista”. Finalmente, tomei consciência de que havia subestimado sistematicamente o idealismo dos homens que estava estudando, ao encontrar evidências dele nas minhas próprias notas de campo. Alguns homens faziam referência implícita quase que contínua, nos seus comentários sobre médicos praticantes que haviam visto trabalhar, a um padrão extremamente alto e “imprático” da prática médica, mais bem representado pelos seus professores clínicos. Outros faziam grande esforço para adquirir conhecimento sobre tópicos específicos que não eram exigidos nem pelos seus interesses imediatos práticos como estudantes, nem pelos interesses materiais de mais longo prazo relacionados a seu futuro na Medicina. Pacientes específicos vistos em enfermarias de hospitais tipificavam certos dilemas difíceis do idealismo médico, e, ante um exemplo concreto, alguns alunos revelavam suas próprias preocupações fortemente idealistas sobre que poderiam fazer se estivessem diante de dilema semelhante quando se tornassem médicos.

Vendo isto, comecei a incentivar deliberadamente a expressão de tais pensamentos. Passei mais tempo com os alunos engajados em atividades realizadas a sós, levantando questões de modo simpático muito diferente do que utilizava nos grupos. Brincava menos com eles, fazia perguntas de maneira interessada sobre tópicos nos quais tinham interesse “imprático”, e assim por diante. Nem todos os alunos exibiram “idealismo” forte; uns poucos, na realidade, não responderam de modo idealista em absoluto, a despeito do quanto eu buscasse ou de que situações tentasse investigar. Mas agora eu havia procurado; se não o encontrei onde estava de fato presente, não foi porque minhas próprias ações suprimiram sua expressão.

A longo prazo, obtive ambos os tipos de dados dos alunos. Tinha contato com eles há tempo suficiente para obter por outro

meio o idealismo que perdi no início e assim acabei conseguindo um quadro deles que incluía ambos os aspectos de seu “eu”\*. A moral técnica a ser extraída do episódio é talvez que se deve pressupor que as pessoas possuem ambas as variedades de sentimentos acerca dos valores subjacentes às relações sociais em estudo, e que se deve estar consciente de manipular conscientemente estes elementos do papel e da situação que prometem trazer à tona um sentimento ou outro.

A moral técnica força uma moral teórica também. Podemos pressupor rápido demais que pessoas que estudamos serão facilmente classificadas quanto a “tipos de atitude”, e mais ou menos coerentes na visão que têm de coisas relevantes para nosso estudo. Afinal, é este pressuposto teórico que explica a revelação, com sua ênfase na descoberta de atitudes “reais”, assim como a atitude “Pollyanna” oposta, com crença inquestionável de que pessoas são tão boas quanto dizem que são. Pode ser mais útil começar com a hipótese de que as pessoas podem apresentar cada uma das atitudes, em um momento ou outro, e deixar que esta noção oriente um estilo de entrevista mais flexível.

#### DADOS RICOS

Muitas vezes dizemos que os dados de trabalho de campo são “ricos”, pretendendo com isso descobrir um certo dom de salvação na nossa incapacidade de coletá-los sistematicamente ou de usar medições precisas. Pensamos em dados ricos como aqueles que contêm grande especificidade e detalhamento a respeito dos eventos estudados, tanto quanto um historiador poderia querer se estivesse interessado nos mesmos eventos. O adjetivo também sugere que, como um molho, pode ser algo em excesso, mais do que alguém precisa ou de que possa fazer bom uso.

Porém, os dados ricos e detalhados produzidos pelo trabalho de campo têm um uso importante. Eles combatem os perigos gêmeos da duplicidade do respondente e do *bias* do observador, por tornarem difícil para os respondentes a produção de dados que fundamentem de modo uniforme uma conclusão equivocada, da mesma forma que tornam difícil para o observador restringir suas

---

\* No original “of their selves” (nota da revisora).



observações de maneira a ver apenas o que sustenta seus preconceitos e expectativas. Já sugeri que normalmente observamos pessoas sujeitas a todas as restrições estruturais da vida cotidiana, de modo que elas não podem moldar suas ações para nos agradar. Mas suponha-se agora que surja uma ocasião no campo, como às vezes acontece, em que as pessoas fiquem momentaneamente livres destas restrições. E suponha-se que, justamente num momento tal, o observador apareça, faça suas observações e parta antes que as coisas voltem ao normal. O *bias* do observador poderia então influenciar o que o observador vê, pois os sujeitos de seu estudo estariam livres para reagir a suas pistas. Se o observador observasse apenas nestas ocasiões, ou em umas poucas ocasiões que por acaso fossem deste tipo, estaria na posição do experimentador que faz uma série limitada de observações quando seus sujeitos estão livres de restrições externas.

Porém, o pesquisador de campo tipicamente coleta seus dados por um período prolongado de tempo, em uma variedade de situações, usando diversas maneiras de chegar à questão em que está interessado; todos estes aspectos que reduzem o perigo do *bias*. Por observar durante um período longo de tempo, ele terá dificuldade de ignorar a massa de informações que sustenta uma hipótese apropriada que ele pode nem ter esperado ou desejado, do mesmo modo que as pessoas que estuda teriam dificuldade, se quisessem enganá-lo, de manipular tal massa de impressões a ponto de afetar sua avaliação da situação. Devido ao fato de que não restringe a si mesmo com regras de procedimento detalhadas e inflexíveis, ele pode usar uma variedade de expedientes para trazer à tona declarações e ações de seus sujeitos.

Em suma, o número muito grande de observações e tipos de dados que um observador pode coletar, como também a possibilidade resultante de experimentar com uma variedade de procedimentos para coletá-los, significa que suas conclusões finais podem ser testadas mais frequentemente e em mais sentidos do que é comum em outras formas de pesquisa. Conseqüentemente, agimos corretamente quando depositamos grande confiabilidade nas evidências de trabalho de campo.

*Observações numerosas.* Os pesquisadores de campo normalmente passam muito tempo coletando seus dados. Os estudiosos de uma comunidade geralmente computam seu tempo em termos

de anos: Whyte passou quatro anos em Cornerville, Gans passou dois anos em Levittown, Suttles três anos no Near West Side de Chicago, todos eles morando na área, de modo que suas observações prosseguiram vinte e quatro horas por dia.<sup>20</sup> Os estudiosos de organizações gastam um pouco menos de tempo, a diminuição muitas vezes sendo resultado do simples fato de que as pessoas não moram numa fábrica ou escola, assim como do uso de vários observadores ou de ambos os fatores. Ainda assim, Dalton<sup>21</sup> passou vários anos coletando material sobre a organização industrial; meus colegas e eu passamos mais de três anos-homem estudando uma escola de Medicina e mais de sete anos-homem estudando uma faculdade.<sup>22</sup> Os relatórios de trabalho de campo às vezes tentam transmitir a massa de dados coletados anunciando o número de páginas de notas de campo que foram submetidas à análise; em estudos de grande porte, o número pode chegar bem na casa dos milhares.

Todos estes números servem simplesmente para indicar que há suficiência de dados coletados por período de tempo substancial. Qualquer conclusão baseada nestes dados foi conseqüentemente submetida a centenas e milhares de testes. Não apenas o observador viu muitas ações e ouviu muitos depoimentos que sustentam sua conclusão, como também ouviu e viu muitíssimas mais ações e depoimentos que servem como evidências para negar hipóteses alternativas prováveis. Portanto, nós não só ouvimos os estudantes universitários falarem sobre a importância das notas e os vimos fazendo coisas que refletiam esta importância, mas também vimos e ouvimos coisas que indicavam que eles não utilizavam outras perspectivas alternativas prováveis, como uma perspectiva vocacional ou de humanidades. Talvez mais importante, não conseguimos ver e não conseguimos ouvir aquelas coisas que teriam sinalizado a existência e importância de perspectivas alternativas — toda a variedade de idéias e ações interligadas que poderiam ter constituído uma perspectiva humanista, por exemplo — e esta im-

---

<sup>20</sup> Ver Whyte, *op. cit.*; Herbert J. Gans, *The Levittowners* (Nova York: Pantheon Books, 1967); e Gerald D. Suttles, *The Social Order of the Slum* (Chicago: University of Chicago Press, 1968).

<sup>21</sup> Melville Dalton, *Men Who Manage* (Nova York: John Wiley, 1959).

<sup>22</sup> Becker *et al.*, *Boys in White*, *op. cit.*; e *Making the Grade*, *op. cit.*

possibilidade ocorreu repetidamente, dia após dia, durante toda a nossa permanência no campo. (A impossibilidade encontra uso como evidência na consideração pelo pesquisador de campo do número e explicação de evidências negativas.)<sup>23</sup>

Na medida em que muitas evidências dos dados sustentam a mesma conclusão, pode-se deixar de lado algumas objeções importantes aos resultados da pesquisa. Por exemplo, um estudante universitário poderia dizer, num momento de ressentimento, que não se importava com o que acontecia em nenhum de seus cursos ou com quais seriam suas notas. Se tivermos apenas uma expressão de sua perspectiva, a expressa durante aquele momento, poderíamos apropriadamente nos preocupar com até que ponto isto representava com precisão a perspectiva que ele utilizava cotidianamente durante o ano escolar. Se tivermos trinta expressões de tipos variados — conversa, ações, coisas feitas ou ditas em particular, coisas feitas e ditas na companhia de outros — que revelem a mesma perspectiva, preocupamo-nos menos com esta ameaça à validade de nossa conclusão. **Em geral, as observações múltiplas nos convencem de que nossa conclusão não está baseada em alguma expressão momentânea e passageira das pessoas que estudamos, sujeita a circunstâncias efêmeras e inco-**

**muns.**

De modo semelhante, as circunstâncias que cercam as ações das pessoas às vezes mudam de acordo com uma programação temporal regular: os estudantes universitários fazem exames no final do trimestre ou semestre, as indústrias têm épocas de atividade e épocas de marasmo, e assim por diante. As pessoas podem não ter consciência da temporalidade de seu comportamento, mas o pesquisador tem que ter, pois os dados coletados em épocas diferentes refletem realidades diferentes. As estudantes de enfermagem que Davis e Olesen<sup>24</sup> estudaram tinham uma noção nova em relação à escola, à profissão e a suas carreiras depois de retornarem de suas primeiras férias, que lhes revelou exatamente o quanto estavam agora isoladas do mundo dos homens e

---

<sup>23</sup> O exemplo é baseado em *Making the Grade*, *op. cit.*, especialmente páginas 76-9 e 121-8.

<sup>24</sup> Fred Davis e Virginia L. Olesen, "Initiation into a Woman's Profession", *Sociometry* 26 (1963), 89-101.

do casamento. Se se utilizasse apenas os dados coletados antes das férias, se pressuporia implicitamente que as perspectivas das estudantes não variavam significativamente com o passar do tempo; ter dados de ambos os períodos permite que se evite o erro e se desenvolva uma análise mais sofisticada da vivência das estudantes. Em geral, quando observamos durante um período longo de tempo, acreditamos que não confundimos um fenômeno restrito a um período de tempo com um fenômeno que não muda, e que tivemos a oportunidade de observar processos de mudança que podem estar ocorrendo.<sup>25</sup>

O mais importante é que um traço característico da organização social se combina a um traço comum de civilidade cotidiana para tornar improvável tanto que as pessoas que o pesquisador estuda sejam bem-sucedidas, em dissimular o comportamento quanto que o pesquisador tenha condições de ignorar evidências contraditórias. A característica organizacional é a interligação da vida organizacional. O princípio da civilidade cotidiana é a falta de disposição das pessoas para mentir ou dissimular quando há perigo de serem descobertas. Devido ao fato de que os vários aspectos da atividade em uma organização social são interligados, torna-se difícil para as pessoas contar uma mentira coerente e ainda mais difícil agir de acordo com ela. Uma vez que não estão dispostos a serem apanhados numa mentira ou em incoerência, elas acabam por revelar suas crenças verdadeiras, como o fariam se o observador não estivesse presente.

A vida numa organização ou comunidade é um corpo único. O que se faz numa área de ação depende e tem conseqüências para outras áreas. Os estudantes universitários se preocupam com suas notas nos cursos não apenas porque querem saber se aprenderam o que deveriam supostamente aprender, mas também porque suas notas afetam sua posição de membro de fraternidades, suas carreiras políticas no *campus*, seu sucesso na pós-graduação e suas vidas sociais. As organizações de *campus*, devido às regras de elegibilidade e outros fatores, igualmente levam em conside-

---

<sup>25</sup> Para ver uma discussão da utilidade de observações ao longo de certo período de tempo, ver Zachary Gussow, "The Observer-Observed Relationship as Information About Structure in Small-Group Research", *Psychiatry* 27 (agosto de 1964), 230-47.

ração as notas dos alunos ao tomar decisões sobre suas próprias atividades. Cada aspecto da ação coletiva que compõe a vida de um *campus* universitário tem ligações com as outras partes, e a ênfase nas notas geralmente forma uma das principais ligações.

Suponha-se que, por qualquer motivo, alguns alunos desejem fazer com que um pesquisador de campo acredite que eles não dão muita importância às notas, embora eles na realidade dêem. Eles lhe dizem que não se importam com as notas e podem mesmo passar a noite em que poderiam estar estudando bebendo cerveja com o pesquisador, como se não tivessem mais nada para fazer. Se o observador conversar com os estudantes casualmente durante várias horas, eles acabarão precisando mentir sobre muitas outras coisas: como eles recrutam os membros das fraternidades, como usam seu tempo, o quanto têm sido ativos na política do *campus* e todas as outras questões que servem de base a sua atividade cotidiana relativa à premissa que agora desejam negar, isto é, que as notas são na realidade importantes para eles. Eles podem mentir a respeito de todas estas coisas, mas é um trabalho difícil, que exige uma mente rápida e concentração intensa; é preciso ver as possíveis ramificações de cada comentário e adaptar o que se diz para levá-las em consideração.

Se os alunos souberem que o observador não veio apenas por esta noite, mas se propõe a passar o ano seguinte observando a eles e seus semelhantes, poderão facilmente ver que ele em breve descobrirá que estavam mentindo para ele. Digam o que quiserem, ele acabará vindo uma noite para beber cerveja e saberá que eles têm que estudar para uma prova; se ele perguntar por que, eles terão que dizer que precisam de notas melhores para permanecer na escola (ou porque querem entrar na política do *campus* ou na Escola de Direito ou por qualquer outro motivo). Além disso, outras pessoas provavelmente descreverão para ele um sistema no qual a posição dos estudantes parecerá bizarra e incomum, de modo que ele retornará com mais perguntas. Acabará por descobrir as mentiras deles, nas demais palavras que disserem, nas suas atitudes e nas palavras e atitudes de outros.

As pessoas podem, é claro, construir aldeias de Potemkin\* para

---

\* Grigori Potemkin, que, supostamente, construiu simulacros de aldeias ao longo do itinerário pelo qual passaria Catarina, a Grande. A expressão é

a investigação por forasteiros, como os sociólogos, na qual todos estes problemas foram analisados e a vida social foi organizada de tal maneira que dela emane exatamente a impressão desejada e nada além disso. Mas a aldeia de Potemkin tem que ter como sua principal atividade enganar forasteiros, pois tudo que possa negar a impressão pretendida tem que ser suprimido, sob pena de se frustrar o objetivo de todo o empreendimento. As comunidades, escolas e fábricas que estudamos, contudo, sempre têm alguma outra atividade primordial. São lugares para morar, lugares onde as pessoas tentam ensinar a outras pessoas alguma coisa, lugares onde se supõe que sejam produzidos bens. Esta outra atividade cria as restrições externas — a necessidade de se ajustar aos outros membros da comunidade ou organização e a outros que sejam importantes em outros lugares — que tornam impossível que nossos sujeitos encenem um *show* contínuo para nós. Embora enganar a nós possa, em certas ocasiões, se tornar bastante importante, nunca é esta a primeira ou a única ordem de atividades.

Se, então, fizermos observações numerosas e prolongadas por um período longo de tempo, veremos, se não tudo, pelo menos a maioria das coisas e teremos condições de fazer algumas conjecturas bastante boas sobre o resto. Mormente, na medida em que nossa intenção de fazer isso torna-se conhecida, as pessoas verão que não podem ocultar as coisas de nós para sempre sem pagar um certo preço muito alto em eficiência pessoal e organizacional. Prevêm que acabarão por ser descobertas e em seguida expostas como tendo sido suficientemente incivis para mentir e dissimular. Algumas pessoas não se importarão de ser consideradas incivis, mas muitas pessoas se importam. Podemos dizer, de modo geral, que (dada uma interligação de atividades do tipo descrito e uma sensibilidade para noções de civilidade) numerosas observações representam uma boa razão para supormos que pouco foi ocultado do observador; e, portanto, que suas conclusões são garantidas.

Em grande parte pelas mesmas razões, observações numerosas feitas durante um período de tempo substancial ajudam o obser-

---

utilizada para significar fachadas ou exibições impressionantes para ocultar uma situação indesejável (nota dos tradutores).

vador a se proteger contra seus *bias* conscientes ou inconscientes, contra “ver apenas o que ele quer ver”. Pois é igualmente difícil mentir para si mesmo. As evidências contraditórias aparecem, e não aparecem sob formas sutis, mas de maneiras bastante gritantes. Quanto mais observações se faz e mais tipos diferentes de observação se faz, mais difícil se torna ignorar ou criar explicações que anulem evidências que venham de encontro à expectativa ou tendência de alguém. O observador tem assim, para criar um quadro coerente do que vê, o mesmo problema que a pessoa estudada tem quando está diante do observador.

Muitas vezes concebemos o *bias* do observador como um processo sutil, envolvendo uma incapacidade de prestar atenção em pistas sutis, um ato inconsciente de ignorar eventos e comentários pouco enfatizados, uma distorção involuntária de estímulos ambíguos ou equívocos. Mas os traços principais de uma organização social, como também suas ramificações e interconexões, não têm este caráter sutil e equívoco. Os estudantes universitários que observamos não comentaram casual e ambigualmente sobre seu interesse nas notas; eles falaram sobre isso por boa parte do tempo, colocaram grande ênfase na questão, explicaram boa parte do que faziam em função do sistema de avaliação e, de uma maneira geral, mantinham esta questão diante de nós constantemente. Se tivéssemos observado e conversado com eles só poucas vezes, poderia ter sido possível ignorarmos a questão. Mas não seria possível ignorar ou deixar de registrar uma questão que os estudantes expunham tão incessante e até obsessivamente sem agir conscientemente de má-fé. (A má-fé, contudo, é um problema que afeta a validade dos dados coletados por todos os métodos de pesquisa, e eu não vou considerá-la aqui.)

Além disso, o caráter, já mencionado, de interligação das partes de uma organização significa que nossa tentativa de compreender qualquer aspecto específico do que vemos provavelmente exige que nós tenhamos algum entendimento de seus outros aspectos principais. As observações que registramos exigem que nós prestemos atenção a outros aspectos observáveis, por mais que sejam inesperados ou desagradáveis para nós, para que façam algum sentido.

De modo geral, então, ao fazermos numerosas observações, nós nos vemos diante dos principais traços da atividade coletiva que

estudamos de modo repetido e gritantemente explícito, de tal forma que é pouco provável que inconscientemente evitemos registrar algumas questões importantes. Por este motivo, depositamos corretamente confiança nas evidências dos pesquisadores de campo.

*Procedimentos flexíveis.* O pesquisador de campo, devido ao fato de que tem um contato contínuo com aqueles que estuda, pode coletar dados deles através de variados procedimentos, em diversos ambientes e em diferentes estados de espírito. Esta variedade permite que ele faça cruzamento de suas conclusões para verificação e volte a testá-las repetidamente, de modo a poder ter certeza de que seus dados não são um produto de um procedimento específico ou de alguma situação ou relação particular. Ele não se limita ao que pode ser coletado em uma entrevista (mesmo que dure oito horas!),<sup>26</sup> nem está limitado, no que pergunta, pelo seu conhecimento e compreensão no momento; uma vez que pode entrevistar repetidamente, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões. Ele pode mudar sua relação com as pessoas, lidando de maneira diferente com elas à medida que forem se conhecendo melhor. Ele pode correr riscos com palavras e ações que aborrecem ou irritam as pessoas, porque sabe que provavelmente terá a oportunidade de reparar os danos.

Quero comentar três das possibilidades criadas por esta flexibilidade de procedimentos na coleta de evidências, para testar conclusões de pesquisa: (1) utilizar medidas não-convencionais sugeridas pela experiência na situação; (2) fazer uso da própria experiência como evidência; e (3) usar estilos agressivos e ardilosos para provocar as pessoas a ponto de fazer com que elas digam coisas que de outro modo guardariam para si mesmas. A existência de tais procedimentos nos dá novas razões para confiar nas conclusões baseadas em trabalho de campo.

(1) Os sociólogos tratam itens de dados concretos como se fossem instâncias de classes teóricas gerais, como uma corporificação de alguma variável abstratamente concebida e mais convenientemente medida daquela maneira. Quando usamos itens padro-

---

<sup>26</sup> Ver Neal Gross e Ward Mason, "Some Methodological Problems of Eight-Hour Interviews", *American Journal of Sociology* 59 (novembro de 1953), 197-204.



nizados de dados para medir estas variáveis abstratas, pressupomos que o dado concreto específico que medimos servirá como uma corporificação adequada que perpassa uma variedade de momentos, lugares e pessoas. Se perguntamos pela ocupação do pai, na intenção de que o dado indique alguma coisa a respeito da classe social dos pais, pressupomos que isso tem, aproximadamente, a mesma relação com classe social tanto em um determinado momento e lugar quanto em outro, e que as pessoas a quem perguntamos todas entenderão aproximadamente a mesma coisa com esta pergunta. Naturalmente que estas pressuposições às vezes falham, mas ainda assim temos fé nelas como forma de obtermos conveniência e comparabilidade. Nossa fé explica o uso persistente da variedade de escalas e itens que formam os instrumentos-padrão de pesquisa.<sup>27</sup>

Podemos, contudo, usar outro enfoque para o problema de encontrar corporificações de nossas variáveis teoricamente definidas. Podemos procurar as variantes locais específicas, a maneira pela qual aquela variável encontra expressão sob todas as características locais e peculiares da situação imediata. Este procedimento torna a comparabilidade de certa forma mais complicada, mas maximiza o encaixe do conceito com o dado. Roth, por exemplo, queria estudar como as pessoas aquiescem às regras institucionais. Ao invés de usar alguma medida geral de aquiescência, ou alguma medida específica para os ambientes médicos em que estava particularmente interessado, ele notou que, no hospital de tuberculose que estava observando, as pessoas às vezes obedeciam e às vezes violavam regras rigorosamente formuladas para o uso de roupas e máscaras protetoras. Ele contou as ocasiões nas quais várias categorias de funcionários do hospital usaram ou não usaram uniformes protetores, e, desse modo, encontrou evidências de que a aquiescência é inversamente proporcional à posição: os médicos se conformavam menos, os ajudantes mais.<sup>28</sup>

A literatura de trabalho de campo contém muitos exemplos de tais medidas localmente restritas de variáveis abstratas. Assim,

---

<sup>27</sup> Ver o ataque a este tipo de "medição por *fiat*" em Aaron V. Cicourel, *Method and Measurement in Sociology* (Nova York: Free Press, 1964).

<sup>28</sup> Julius A. Roth, "Ritual and Magic in the Control of Contagion", *American Sociological Review* 22 (1957), 310-4.

Blau mediu padrões de influência e deferência através da observação da frequência pela qual os funcionários pediam conselhos uns aos outros.<sup>29</sup> Whyte usou padrões de local de assento como uma medida da estrutura de panelinhas.<sup>30</sup> Meus colegas e eu usamos uma variedade de itens para demonstrar a existência, entre estudantes universitários, de uma perspectiva de “média de pontos das notas” em relação a seu trabalho acadêmico: os tipos de perguntas que os estudantes faziam durante as aulas, seus métodos de estudo (tanto individuais quanto coletivos), padrões de prestígio dos grupos residenciais e assim por diante.<sup>31</sup>

Cada uma das novas medidas propostas tem que ser explicada e justificada, um aborrecimento se comparado à facilidade de usar medidas padronizadas bem conhecidas. Porém, um pesquisador de campo engenhoso é capaz geralmente de inventar diversas medidas úteis e, desse modo, tornar mais fácil a adoção de triangulação multimétodo como um modo de verificar suas conclusões, um ganho substancial que bem vale o aborrecimento.<sup>32</sup>

(2) O pesquisador de campo pode às vezes se aproveitar de sua presença na situação para produzir evidências baseadas na sua própria experiência. De modo muito óbvio, podemos transformar em dado a maneira como as pessoas que estudamos reagem a nós como observadores. Gussow relata ter usado a forma variável como foi recebido em diversas escolas como uma maneira de compreender sua estrutura. Os professores em uma escola tradicional, por exemplo, tinham menos consciência de que criança ele estava observando do que os professores de uma escola moderna (a diferença refletia a indiferença relativa à individualidade das crianças), e mais interessados em usar o pesquisador como uma

---

<sup>29</sup> Peter Blau, *The Dynamics of Bureaucracy* (Chicago: University of Chicago Press, 1955).

<sup>30</sup> Whyte, *op. cit.* Ver também Becker *et al.*, *Boys in White*, *op. cit.*

<sup>31</sup> Becker *et al.*, *Making the Grade*, *op. cit.*

<sup>32</sup> Ver a descrição em D. T. Campbell e D. W. Fiske, “Convergent and Discriminant Validation by the Multitrait-Multimethod Matrix”, *Psychological Bulletin* 56 (1959), 81-105, e a aplicação direta a problemas sociológicos em Norman Denzin, *The Research Act* (Chicago: Aldine Publishing Company, 1970). Ver também Paul Diesing, *Studies in the Methods of the Social Sciences* (Chicago: Aldine Publishing Co., 1970), capítulo 12.

ajuda de autoridade (a diferença refletia de sua maior preocupação com a hierarquia e o controle).<sup>33</sup>

Podemos também, se de fato nos engajarmos nas mesmas atividades das pessoas que estudamos, fazer uso de suas reações aos eventos, tarefas e problemas daquele estilo de vida. Numa tabela notável, Roy usou seus próprios registros de produção numa oficina de máquinas para demonstrar quanto os trabalhadores restringiam a produção e, neste processo, o grau em que reduziam seus próprios ganhos.<sup>34</sup>

(3) Os entrevistadores freqüentemente se inibem, adotando um estilo de conversação brando e delicado, concebido para criar uma relação com seus respondentes e para evitar "conduzi-los". Um procedimento mais flexível muitas vezes gera dados muito mais completos, na medida em que o próprio entrevistador toma posições sobre algumas questões e usa táticas de conversação mais agressivas. Esta flexibilidade pode também caracterizar a entrevista única, mas provavelmente é verdade que o pesquisador se sente mais à vontade quando a utiliza com pessoas com quem já vem trabalhando há algum tempo e pode fazer uso do fato de eles saberem que ele sabe muito sobre o que está se passando. (Por outro lado, os pesquisadores de campo às vezes se preocupam mais com a possibilidade de azedar uma relação que terá que perdurar do que os entrevistadores que não voltarão a ver seu informante.)

Mais uma vez tomo a liberdade de reproduzir, como um exemplo expandido deste ponto, uma discussão anterior baseada no meu próprio estudo de professores primários.<sup>35</sup>

Arnold Rose propôs uma vez que os entrevistadores para pesquisas sociológicos fossem mais experimentais ao lidar com seus informantes. Assinalou que o uso do questionário ou de um roteiro é apropriado apenas em certas situações de pes-

---

<sup>33</sup> Gussow, *op. cit.*

<sup>34</sup> Donald Roy, "Quota Restriction and Goldbricking in a Machine Shop", *American Journal of Sociology* 57 (março de 1957), 427-42.

<sup>35</sup> O material seguinte apareceu pela primeira vez, numa forma ligeiramente diferente, como Howard S. Becker, "A Note on Interviewing Tactics", *Human Organization* 12 (inverno de 1954), 31-2.

quisa, particularmente quando se deseja informações sobre a prevalência de uma dada atitude numa população definida. Todavia, quando se deseja informações quanto à natureza de uma dada atitude, “quando a atitude do sujeito tem que ser integralmente conhecida...”, o entrevistador tem que assumir um papel ativo.<sup>36</sup> O entrevistador tem que experimentar, usando aquelas táticas que parecem ter maior probabilidade de trazer à tona o tipo de informação desejada. Esta nota apresenta táticas que se provaram efetivas em um estudo concebido para obter informações sobre os problemas relativos ao desempenho de papéis entre professores de escola pública de Chicago.<sup>37</sup>

Os professores de escola pública de Chicago, como os funcionários de muitas instituições, acham que têm muito a esconder de um público intrometido, mal informado e potencialmente perigoso. Eles têm certos problemas cuja existência, se admitida, provocaria comentários públicos desfavoráveis. Além disso, têm medo de fazer declarações sobre seus superiores e colegas que possam causar-lhes problemas e provocar retaliações por parte destas pessoas. Isto torna difícil o processo de entrevistas a respeito das relações básicas do papel de um professor. O medo os impede de serem francos e de proporcionarem um quadro sem distorções da realidade como a conhecem. Para superar isso, desenvolvi certas técnicas no curso da pesquisa que me permitiram obter declarações mais francas do que normalmente viriam à tona. Estas informações podem ser mais bem descritas no contexto dos problemas específicos em relação aos quais foram utilizadas.

A entrevista geralmente começava com perguntas de nível de generalidade alto: “Quais são os problemas de ser um professor escolar? Que tipos de coisas podem tornar seu trabalho difícil ou desagradável?” A maioria dos professores eram capazes de falar sobre estas relações neste nível abstrato de discussão; podiam dizer que um diretor poderia tornar o trabalho deles difícil interferindo e agindo excessivamente como um “pa-

---

<sup>36</sup> Arnold M. Rose, “A Research Note on Interviewing”, *American Journal of Sociology* 51 (setembro de 1945), 143-4.

<sup>37</sup> Esta pesquisa é relatada nos capítulos 9-11 de *Sociological Work: Method and Substance*.

trão”, que os pais podiam ultrapassar os limites de seus papéis de várias maneiras, coisas que relutariam em dizer logo de início sobre pessoas específicas. Quando já havia sido feito um certo número de tais declarações, e já estávamos bastante entranhados na nossa conversa, eu assumia um ar cético e perguntava à professora se ela poderia me dar alguma evidência que sustentasse estas declarações, sob a forma de exemplos de sua própria experiência. (Obviamente, não se pode construir uma descrição de uma estrutura social apenas a partir de tais declarações genéricas; é necessário um material de natureza mais específica para verificar a maneira pela qual estas atitudes genéricas são expressas no comportamento.) Isto de certa forma colocava o entrevistado na posição de ter que ceder ou calar, dar substância ao que disse ou admitir que eram apenas boatos. Na maioria dos casos, estas declarações abstratas eram generalizações de experiências que a professora havia vivido, e, diante de um questionamento direto, ela normalmente apresentava descrições de situações específicas nas quais estas generalidades se corporificavam.

Uma vez que a área da entrevista tivesse sido deslocada deste modo para a experiência pessoal, eu usava uma outra estratégia para trazer à tona mais informações que estavam sendo retidas. Fiz papel de burro e fingi não compreender certas relações e atitudes que estavam implícitas na descrição que a professora dava, mas que preferia não declarar abertamente. Ao fazê-lo, forcei-a a declarar estas coisas, a fim de apresentar uma descrição coerente. Por exemplo, estes professores normalmente diferenciavam os alunos, entre eles mesmos e para eles mesmos, segundo critérios raciais e de classe social, com base nas diferenças observadas no modo pelo qual as crianças de cada tipo agiam na escola. Eles preferem não dizer isso publicamente, particularmente para uma pessoa vinda da Universidade de Chicago, como eu,<sup>38</sup> por medo de serem acusados de atitudes discriminatórias e atividades e pensamento antidemocráticas. Eu estava

---

<sup>38</sup> Esta pesquisa constituiu-se na minha dissertação na Universidade de Chicago, e identifiquei-me para os professores como aluno de pós-graduação da universidade e empregado de seu Comitê de Relações Raciais.

extremamente interessado em obter atitudes exatamente em torno desta questão. Para tomar uma instância específica, ao descrever uma dada experiência com um diretor, a noção de tais diferenças estava implícita naquilo que estava sendo dito, e era parte da etiqueta não-declarada da situação que eu deveria aceitar esta implicação sem explicitá-la. Recusava-me a fazer isso e fazia papel de sonso. Se, por exemplo, ela me dissesse que havia dado aula numa escola “de cor”, onde o diretor não era suficientemente duro com as crianças, isto significava que eu deveria entender que estas crianças precisavam ser tratadas com maior firmeza do que outras. Mas eu me recusava a compreender isso e dizia: “Por que ele tinha que ser duro? O que você quer dizer?” Para tornar seu julgamento das ações do diretor plausível e razoável, a professora então tinha que me explicar que infelizmente era verdade que as crianças de cor pareciam comportar-se mal mais freqüentemente que as outras. A mesma tática foi usada numa variedade de contextos.

Deslocando continuamente a área de discussão para o nível da experiência pessoal concreta, e fazendo-me de sonso quanto às descrições implícitas de relações envolvidas no relato de tais experiências, coagi muitos entrevistados a serem consideravelmente mais francos do que haviam originalmente planejado. Fui bastante agressivo, muitas vezes expressando abertamente descrença diante de declarações que pareciam evasivas, implausíveis ou inconsistentes com o que já havia sido dito ou com meu conhecimento geral do tópico específico, assim como demonstrei uma clara curiosidade em relação às coisas que eram omitidas. É certo que tal tática, usada exatamente desta maneira, não funcionava com todo tipo de pessoa. Parte do sucesso atingido com professores escolares tem que ser atribuída a cortesia e delicadeza profissionais que eles se sentiam obrigados a estender até a minha pessoa. Uma vez que a entrevista tivesse entrado num ritmo, e a professora tivesse se comprometido a aceitar a mim e às minhas perguntas, ficava difícil para ela ser tão ofensiva a ponto de se recusar abruptamente a discutir certas questões ou a fazer declarações que ela sabia que pareceriam implausíveis ou inconsistentes para mim. Quando à incapacidade de dizer a verdade sobre seus

sentimentos tornava suas declarações obviamente falsas ou evasivas, ela se sentia na necessidade, dentro da lógica da situação em curso, de dizer a verdade, a fim de evitar ser desagradável comigo.<sup>39</sup>

**Estas táticas não serão eficazes em todas as situações, nem se pretende que alguém as utilize indiscriminadamente.** Quando, por exemplo, sua pesquisa o coloca em contato constante com aqueles a quem está estudando, como num estudo de comunidade de longo prazo, pode ser mais sábio evitar a possibilidade de antagonizar os informantes que é inerente a este estratagema, sobretudo porque as informações que poderiam ser trazidas à tona assim também poderiam, sem dúvida, ser coletadas com mais tato no curso de uma série expandida de entrevistas e observações. Além disso, nem todas as relações entrevistador/informante abrangem tal compromisso de cortesia pronto para uso como o aqui descrito, e muitos informantes sem dúvida simplesmente ignorariam a pressão situacional no sentido de serem plausíveis e consistentes. Acredito, contudo, que pressões semelhantes, às quais informantes de diversos tipos são sensíveis, podem ser intensificadas se o entrevistador estiver disposto a experimentar. Finalmente, a situação pode ser complicada, e muitas vezes o é, pelo fato de o informante estar numa classe social mais alta do que a do entrevistador. A etiqueta não declarada de tal relacionamento deixa o informante à vontade para ser rude, através de evasivas ou implausibilidade, à vontade para ignorar as exigências de um interrogador que está extrapolando os limites de seu papel de deferência.<sup>40</sup>

Os agentes de campo que experimentarem com este mecanismo podem encontrar formas de adaptá-lo para uso em situações mais difíceis, formas de criar um vínculo entre o entrevistador e o informante de tal natureza que o informante possa ser coagido a declarar coisas que de outro modo teriam ficado sem ser ditas.

---

<sup>39</sup> Baseei-me aqui no princípio da civilidade cotidiana descrito anteriormente, de acordo com o qual é incivil ser abertamente implausível ou evasivo.

<sup>40</sup> Erving Goffman assinalou esta possibilidade para mim.

## CONCLUSÃO

Não devemos decidir que apenas o trabalho de campo pode fornecer evidências confiáveis para conclusões sociológicas. Muitas pessoas argumentaram de modo convincente que deveríamos usar métodos apropriados à forma de nosso problema e ao caráter do mundo que estamos estudando.<sup>41</sup> Onde o trabalho de campo for o método apropriado, contudo, o peso de minha argumentação tem sido que podemos usar as evidências assim produzidas sem preocupações indevidas. Por nos dar informações sobre pessoas que atuam com base nas mesmas restrições sociais em cuja operação estamos interessados, e devido aos numerosos itens de informação e procedimentos flexíveis que nos permitem testar nossas conclusões repetidamente e de várias maneiras, não precisamos temer que seu caráter assistemático distorça nossas descobertas de modo que nós, nossos leitores ou as pessoas que estudamos consideremos convenientes, compatíveis ou esperados.

---

<sup>41</sup> Ver especialmente Morris Zelditch, Jr., "Some Methodological Problems of Field Studies", *American Journal of Sociology* 67 (1962), 566-76.





## A História de Vida e o Mosaico Científico

**T**homas e Znaniecki publicaram o primeiro documento sociológico sobre história de vida que chamou amplamente a atenção em *The Polish Peasant*<sup>1</sup>. Clifford Shaw e seus associados publicaram vários outros nos anos subseqüentes: *The Jack-Roller*, *The Natural History of a Delinquent Career* e *Brothers in Crime*. Durante o mesmo período, Edwin Sutherland publicou o ainda popular *Professional Thief*. Documentos semelhantes foram publicados ocasionalmente desde então e, mais recentemente, *The Fantastic Lodge* e *Hustler!*<sup>2</sup> Quando *The Jack-Roller* foi republicado há poucos anos atrás, fui convidado a escrever uma introdução e fiz disso uma oportunidade para algumas reflexões sobre o lugar da história de vida na sociologia contemporânea.

A história de vida não é um “dado” para a ciência social convencional, embora tenha algumas de suas características por se constituir numa tentativa de reunir material útil para a formulação de teoria sociológica geral. Tampouco é ela uma autobiografia convencional, ainda que compartilhe com a autobiografia

---

<sup>1</sup> W. I. Thomas e Florian Znaniecki, *The Polish Peasant in Europe and America* (2.<sup>a</sup> ed., Nova York, 1927), II, 1931-2244.

<sup>2</sup> Clifford R. Shaw, *The Jack-Roller* (Chicago, 1930), *The Natural History of a Delinquent Career* (Chicago, 1931) e *Brothers in Crime* (Chicago, 1936); Chic Conwell e Edwin H. Sutherland, *The Professional Thief* (Chicago, 1937); Helen MacGill Hughes (org.), *The Fantastic Lodge* (Boston, 1961); Henry Williamson, *Hustler!*, organizado por R. Lincoln Keiser (Garden City, N. Y., 1965).

sua forma narrativa, seu ponto de vista na primeira pessoa e sua postura abertamente subjetiva. Certamente não é ficção, embora os documentos de história de vida mais interessantes tenham uma sensibilidade, um ritmo e uma urgência dramática que qualquer romancista adoraria conseguir.

As diferenças entre estas formas residem tanto na perspectiva a partir da qual o trabalho é realizado quanto nos métodos utilizados. O escritor de ficção, é claro, não se preocupa em absoluto com fatos, mas, antes, com o impacto emocional e dramático, com forma e fantasia, com a criação de um mundo simbólica e artisticamente unificado. A fidelidade para com o mundo como ele existe é somente um dos muitos problemas para ele, e para muitos autores este é um aspecto de importância menor.

O autor autobiográfico se propõe a explicar sua vida para nós, se comprometendo, assim, com a manutenção de uma estreita conexão entre a história que conta e aquilo que uma investigação objetiva poderia descobrir. Entretanto, quando lemos uma autobiografia, estamos sempre conscientes de que o autor só nos está contando uma parte da história, que selecionou seu material de modo a apresentá-lo com o retrato de si que preferiria que tivéssemos e que pode ter ignorado o que poderia ser trivial ou desagradável para ele, embora de grande interesse para nós.

Comparada a estas formas mais imaginativas e humanísticas, a história de vida se aproxima mais do terra-a-terra, se dedica mais às nossas propostas do que às do autor, e se interessa menos por valores artísticos do que por um relato fiel da experiência e interpretação por parte do sujeito do mundo no qual vive. O sociólogo que coleta uma história de vida cumpre etapas para garantir que ela abranja tudo o que quer conhecer, que nenhum fato ou acontecimento importante seja desconsiderado, que o que parece real se ajuste a outras evidências disponíveis e que a interpretação do sujeito seja apresentada honestamente. O sociólogo mantém o sujeito orientado para os temas nos quais a sociologia está interessada, questiona-o sobre acontecimentos que exigem aprofundamento, tenta fazer com que a história contada acompanhe os assuntos dos registros oficiais e os materiais fornecidos por outras pessoas familiarizadas com os indivíduos, acontecimentos ou lugares descritos. Ele garante para nós o cumprimento das regras do jogo.

Assim procedendo, ele dá seqüência ao trabalho a partir de sua própria perspectiva, a qual enfatiza o valor da "história própria" da pessoa. Esta perspectiva difere daquela de alguns outros cientistas sociais por atribuir uma importância maior às interpretações que as pessoas fazem de sua própria experiência como explicação para o comportamento. Para entender porque alguém tem o comportamento que tem, é preciso compreender como lhe parecia tal comportamento, com o que pensava que tinha que confrontar, que alternativas via se abrirem para si; é possível entender os efeitos das estruturas de oportunidade, das subculturas delinqüentes e das normas sociais, assim como de outras explicações comumente evocadas para explicar o comportamento, apenas encarando-as a partir do ponto de vista dos atores.

O departamento de sociologia da Universidade de Chicago promoveu vigorosamente esta perspectiva durante a década de vinte. Quase todos os estudos fizeram uso de documentos pessoais. Baseada teoricamente na psicologia social de Mead, tendo sua practicalidade sido atestada em pesquisa por *The Polish Peasant* e sendo sua utilização persuasivamente defendida por Ernest W. Burgess, a história de vida gozou de grande popularidade. Era um dos muitos instrumentos de pesquisa que tinham espaço no esquema de pesquisa do departamento.

O esquema de pesquisa não amadureceu a partir de uma teoria axiomática bem desenvolvida, mas, em vez disso, de uma visão da característica de cidades e de vida urbana que permeava muitas das pesquisas realizadas em Chicago no excitante período depois da chegada de Robert E. Park, em 1916. *The Ghetto, The Gold Coast and the Slum, The Gang*<sup>3</sup> — eram todos parte deste esquema de pesquisa. E também o eram os estudos ecológicos sobre a sucessão de grupos étnicos em Chicago e sobre a distribuição da delinqüência juvenil, doença mental e outras formas de patologia. Park enunciou o esquema geral, à medida que se desenvolvia, em ensaios ocasionais sobre a natureza da cidade e o papel da comunicação na vida social, assim como em introduções para livros que seus estudantes produziram. Tudo era material

---

<sup>3</sup> Louis Wirth, *The Ghetto* (Chicago, 1928); Harvey W. Zorbaugh, *The Gold Coast and the Slum: A Sociological Study of Chicago's Near North Side* (Chicago, 1929); Frederic M. Thrasher, *The Gang: A Study of 1,313 Gangs in Chicago* (Chicago, 1928).

para a teoria em desenvolvimento. E estudos de todos os tipos, realizados através de uma variedade de métodos, contribuíram para seu desenvolvimento.<sup>4</sup> Assim, a contribuição de qualquer estudo podia ser avaliada no contexto de um empreendimento geral, e não como se existisse em isolamento.

Quando fui para São Francisco pela primeira vez, há vários anos atrás, e comecei a pensar em fazer pesquisa por lá, automaticamente comecei procurando o Local Community Fact Book, os estudos demográficos, a análise de bairros e instituições, e todos os outros tipos de material básico com os quais sempre contei quando trabalhei em Chicago. Mas eles não existiam; ninguém havia feito este trabalho. Talvez isso acontecesse porque nenhum grupo de pesquisadores tão bem organizado tenha jamais existido lá como o grupo que teve seu início com Park, nos anos vinte. Este grupo viu conexões entre os vários problemas sobre os quais estava trabalhando. Acima de tudo, eles viram que as várias coisas que estavam estudando tinham relações estreitas e íntimas com a cidade considerada em abstrato, e com a própria Chicago, a cidade específica na qual trabalhavam. Para o grupo de Chicago, qualquer que fosse o tema específico em estudo, o pesquisador presumia que seu caráter advinha em parte da forma e do caráter únicos da cidade no qual ocorria. O grupo confiava, implícita e explicitamente, no conhecimento que já havia sido reunido, pois tinha contribuído com seu próprio pequeno fragmento para o mosaico da teoria da cidade e para o conhecimento de Chicago que Park estava construindo.

A imagem do mosaico é útil para pensarmos sobre este tipo de empreendimento científico. Cada peça acrescentada num mosaico contribui um pouco para nossa compreensão do quadro como um todo. Quando muitas peças já foram colocadas, podemos ver, mais ou menos claramente, os objetos e as pessoas que estão no quadro, e sua relação uns com os outros. Diferentes fragmentos contribuem diferentemente para nossa compreensão: alguns são úteis por sua cor, outros porque realçam os contornos de um objeto. Nenhuma das peças tem uma função maior a cumprir; se

---

<sup>4</sup> Ver relato de Everett C. Hughes deste "grande movimento de investigação social" em "Robert Park", *New Society* (dezembro, 31, 1964), 18-9; e Robert E. Park, *Human Communities* (Glencoe, Ill., 1952).

não tivermos sua contribuição, há ainda outras maneiras para chegarmos a uma compreensão do todo.

Estudos individuais podem ser como peças de um mosaico, e o eram nos dias de Park. Visto que o tema do mosaico era Chicago, a pesquisa tinha um sabor etnográfico de "história de caso", mesmo que a própria Chicago fosse, em parte, vista como representativa de todas as cidades. Fossem seus dados números de censo ou entrevistas, produtos de questionários ou histórias de vida, a pesquisa levava em consideração as peculiaridades locais, explorando aquelas coisas que eram distintamente verdadeiras na Chicago dos anos vinte. Assim procedendo, eles completaram parcialmente um mosaico de grande complexidade e detalhe, com a própria cidade como tema, um "caso" que poderia ser empregado para testar uma grande variedade de teorias, e no qual as interconexões de um sem-número de fenômenos não relacionados podiam ser avaliadas, ainda que de modo imperfeito.

Hoje, nossa atenção se desviou da etnografia local, do acúmulo de conhecimento sobre um único local, suas partes e conexões. Enfatizamos, mais do que fazíamos então, a construção teórica abstrata. O "survey" nacional é freqüentemente empregado como uma forma básica de coleta de dados. Acima de tudo, os pesquisadores são cada vez mais móveis, deslocando-se de cidade em cidade e de universidade em universidade em períodos de poucos anos, sem construir uma reserva de conhecimentos especializados a nível local e sem transmitir estes conhecimentos para seus estudantes. A tendência atual se distancia do estudo comunitário — não existirão mais programas elaborados de estudo coordenado como os que produziram as *Yankee City Series*<sup>5</sup> ou o *Black Metropolis*.<sup>6</sup> Isso será uma grande perda.

De qualquer modo, a contribuição científica de uma história de vida tal como *The Jack-Roller* só pode ser apropriadamente avaliada em relação a todos os estudos realizados sob a direção de Park, pois se beneficiou e dependeu de todos eles, exatamente como a totalidade dos estudos posteriores desta Idade de Ouro da sociologia de Chicago dele dependeu um pouco. Boa parte do histórico que qualquer estudo isolado teria que fornecer ele pró-

---

<sup>5</sup> Publicado em vários volumes por W. Lloyd Warner e seus colaboradores.

<sup>6</sup> St. Clair Drake e Horace Cayton, *Black Metropolis* (Nova York, 1945).

prio ou, pior, sobre o qual teria que fazer afirmações não verificadas, estava já ao alcance da mão para o leitor de *The Jack-Roller*. Quando Stanley, seu protagonista, fala sobre os jogos infantis de roubar aos quais ele e seus companheiros se dedicavam, sabemos que podemos encontrar uma extensa e penetrante descrição deste fenômeno em *The Gang* de Thrasher. Quando fala do tempo que passou na West Madison Street, sabemos que podemos nos voltar para *The Hobo*<sup>7</sup> de Nels Anderson para obter uma compreensão do meio em que Stanley se encontrava então. Se nos interessarmos pela representatividade do caso de Stanley, basta simplesmente voltarmos para os estudos ecológicos desenvolvidos por Shaw e MacKay<sup>8</sup> para vermos a mesma história contada em termos de estatísticas de massa. De modo semelhante, se quisermos entender os mapas e correlações contidos nos estudos ecológicos da delinqüência, basta consultar *The Jack-Roller* e outros documentos similares para obter essa compreensão.

Não tenho certeza dos critérios através dos quais se pode julgar a contribuição de um trabalho científico considerado em seu contexto total, mas sei que não são os critérios correntemente em voga como os implícitos no modelo do experimento controlado. Não temos a expectativa, num programa de pesquisa amplo e diferenciado, de que qualquer trabalho nos dê todas as respostas ou mesmo tudo de qualquer uma das respostas. O que precisa ser julgado é o empreendimento de pesquisa como um todo, em todas as suas partes. (Podemos, é claro, avaliar histórias de vida por critérios tais como os propostos por Kluckhohn, Angell e Dollard.)<sup>9</sup> Ainda estão por ser estabelecidos os critérios para determinar o quanto um fragmento de um mosaico contribui para as conclusões asseguradas pela consideração do todo, mas estes constituem exatamente o tipo de critério de que se tem necessidade. Em seu lugar, podemos temporariamente introduzir uma apre-

---

<sup>7</sup> Nels Anderson, *The Hobo* (Chicago, 1923).

<sup>8</sup> Clifford R. Shaw e Henry D. MacKay, *Juvenile Delinquency and Urban Areas* (Chicago, 1942).

<sup>9</sup> Clyde Kluckhohn, "The Personal Document in Anthropological Science", in Louis Gettschalk et al., *The Use of Personal Documents in History, Anthropology, and Sociology* (N. York, 1945), 79-173; Robert Angell, "A Critical Review of the Development of Personal Document Method in Sociology 1920-1940", *ibid.*, 177-232; John Dollard, *Criteria for the Life History* (N. Haven, 1932).

ciação simpática de algumas das funções desempenhadas pelos documentos de história de vida, tomando *The Jack-Roller* como um caso representativo.

Quais são estas funções? Em primeiro lugar, *The Jack-Roller* pode servir como pedra de toque para a avaliação de teorias que pretendem lidar com fenômenos como a carreira de delinqüência de Stanley. Seja como teoria das origens psicológicas do comportamento delinqüente, como teoria das raízes da delinqüência em gangues juvenis ou como uma tentativa de explicar a distribuição da delinqüência por toda a cidade, qualquer teoria da delinqüência, se quiser ser considerada válida, tem que explicar ou ao menos ser consistente com os fatos do caso Stanley, conforme relatados. Assim, mesmo que a história de vida não propicie por si só a prova definitiva de uma proposição, ela pode ser um exemplo negativo que nos force a decidir que a teoria proposta é inadequada.

Dizer isso significa assumir um enfoque sobre a generalização científica que merece alguns comentários. Podemos decidir aceitar uma teoria se ela explica, digamos, 95 por cento dos casos abrangidos sob sua jurisdição. Muitos cientistas de reputação o fazem. Em contraste, é possível argumentar que uma teoria que não explica todos os casos é incompleta, que há outros fatores em operação, além daqueles que a teoria específica, que produzem o resultado que pretendemos explicar. Trata-se fundamentalmente de uma questão de estratégia. Se presumimos que exceções a uma regra qualquer são ocorrências normais, talvez não procuraremos com o mesmo afincio outros fatores explicativos. Mas se encaramos as exceções como potenciais negações de nossa teoria, somos estimulados a procurar por estes fatores.<sup>10</sup>

Mais importante ainda, o exemplo negativo responderá às análises cuidadosas, sugerindo a direção que a pesquisa deve tomar.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Ver, por exemplo, George H. Mead, "Scientific Method and Individual Thinker", in John Dewey *et al.*, *Creative Intelligence* (Nova York, 1917), 176-227, e Alfred Lindesmith, *Opiate Addiction* (Bloomington, 1947), 5-20. Lindesmith transforma a estratégia num método sistemático de investigação mencionado geralmente como indução analítica.

<sup>11</sup> Ver, para uma opinião semelhante que advém da tradição da pesquisa de levantamento, Patricia L. Kendall e Katharine M. Wolf, "The Analysis of Deviant Cases in Communications Research", in Paul F. Lazarsfeld e Frank Stanton (orgs.), *Communications Research 1948-1949* (Nova York, 1949), 152-79.



A investigação de suas características revelará atributos que se diferenciam dos existentes naqueles exemplos que poderiam ser vistos como semelhantes, ou de processos em curso cujas etapas não foram completamente compreendidas. Se conhecermos o caso em algum detalhe, como um documento de história de vida nos permite conhecer, um nossa pesquisa terá mais chances de ser bem-sucedida; é neste sentido que a história de vida é útil como pedra de toque teórica.

A história de vida também nos auxilia em áreas de pesquisa apenas tangencialmente a ela relacionada. Qualquer trabalho de pesquisa atravessa fronteiras em direção a novos terrenos que não explora minuciosamente, áreas importantes para seu interesse principal nas quais procede mais por pressuposição do que por investigação.<sup>12</sup> O estudo de uma universidade, por exemplo, pode levantar suposições (sem dúvida, tem que fazê-las) sobre o caráter da cidade, estado e região onde está situada, sobre a bagagem e a experiência de classe social de seus estudantes, e sobre um grande número de outros assuntos passíveis de influenciar o funcionamento da escola e a maneira como este afeta os estudantes. Um estudo sobre um hospital mental ou uma prisão fará suposições igualmente não verificadas sobre o caráter das famílias cujos membros terminam na instituição. Uma história de vida — ainda que não seja o único tipo de informação que possa fazê-lo — propicia uma base sobre a qual estas pressuposições podem ser feitas de modo realista, como uma aproximação grosso modo da direção na qual se encontra a verdade.

Além destas questões de, por assim dizer, fatos vizinhos, a história de vida pode ser particularmente útil para nos fornecer uma visão do lado subjetivo de processos institucionais muito estudados, sobre os quais pressupostos não verificados também são feitos com frequência. Os sociólogos têm-se preocupado ultimamente com processos de socialização de adultos e, para tomar um exemplo para o qual o caso de Stanley é diretamente relevante, com os processos de degradação e “desvestimento” associados à socialização em instituições de reabilitação tais como prisões e hospi-

---

<sup>12</sup> Ver Max Gluckman (org.), *Closed Systems and Open Minds* (Chicago, 1964).

tais mentais.<sup>13</sup> Embora as próprias teorias se interessem mais pela ação das instituições do que pela experiência individual, elas ou presumem alguma coisa sobre a maneira como as pessoas experimentam estes processos, ou, pelo menos, levantam questões sobre a natureza desta experiência. Ainda que a experiência de prisão de Stanley não forneça, é claro, um conhecimento completamente seguro sobre estas questões, ela nos dá alguma base para fazer um julgamento.

A história de vida, novamente em virtude de sua riqueza de detalhes, pode ser importante naqueles momentos em que uma área de estudo se tornou estagnada, quando a pesquisa tem-se dedicado à investigação de umas poucas variáveis com precisão sempre crescente, mas tem recebido em retorno incrementos minúsculos de conhecimento. Quando isso ocorre, os investigadores podem prosseguir coletando documentos pessoais que sugiram novas variáveis, novas questões e novos processos, empregando os dados ricos, embora não sistemáticos, para propiciar a necessária reorientação do campo.

Sob estas contribuições que a história de vida é capaz de dar, oculta-se uma que é mais fundamental. A história de vida, mais do que qualquer outra técnica, exceto, talvez, a observação participante, pode dar um sentido à superexplorada noção de *processo*. Sociólogos gostam de falar de "processos em curso" e coisas parecidas, mas seus métodos geralmente os impedem de ver os processos sobre os quais falam tão desembaraçadamente.

George Herbert Mead, se o levarmos a sério, nos diz que a realidade da vida social é uma conversação de símbolos significantes, no curso da qual as pessoas fazem movimentos tentativos e depois ajustam e reorientam sua atividade à luz das reações (reais ou imaginadas) que os outros têm a estes movimentos. A formação do ato individual é um processo no qual a conduta é continuamente reformulada de modo a levar em consideração a expectativa de outros, como esta se exprime na situação imediata e como o ator supõe que possa vir a se exprimir. A atividade coletiva, do tipo a que se alude por conceitos como "organização" ou

---

<sup>13</sup> Harold Garfinkel, "Conditions of Successful Degradation Ceremonies", *American Journal of Sociology* 61 (1956), 420-24; e Erving Goffman, *Asylums* (Garden City, N.Y., 1961), 127-69.

“estrutura social”, provém de um processo contínuo de ajuste mútuo das ações de todos os atores envolvidos. O processo social, portanto, não é uma interação imaginada de forças invisíveis ou um vetor estabelecido pela interação de múltiplos fatores sociais, mas um processo observável de interação simbolicamente mediada.<sup>14</sup>

Observável, sim; mas não facilmente observável, pelo menos não para propósitos científicos. Para observar o processo social como Mead o descreveu, leva-se muito tempo. Esta observação coloca problemas intrincados de comparabilidade e objetividade na coleta de dados e exige um grande entendimento da vida de outras pessoas. Assim, os cientistas sociais têm, na maioria das vezes, optado por técnicas menos exigentes, tais como a entrevista e o questionário.

Estas técnicas, penso, podem nos dizer muito, mas somente na medida em que formos capazes de relacioná-las com a visão nos termos de Mead do processo social subjacente que conheceríamos se tivéssemos dados mais adequados. Por exemplo, podemos entregar um questionário a pessoas em dois períodos de suas vidas e inferir um processo subjacente de mudança a partir das diferenças em suas respostas. Mas nossa interpretação só terá significância se nossa imagem do processo subjacente for precisa. Esta precisão da imagem — esta congruência de processos teoricamente postulados com o que podemos observar, se tivermos gastado o tempo e tomado o cuidado necessários — pode ser em parte efetivada pela utilização de documentos de história de vida. Pois a história de vida, se bem-feita, nos fornecerá os detalhes deste processo cujo caráter, de outro modo, só seríamos capazes de especular, do processo ao qual nossos dados devem se referir em última análise, se quisermos que tenham valor teórico e não somente operacional e de vaticínio. Ela descreverá aqueles episódios interativos cruciais nos quais novas fronteiras de atividade individual e coletiva são forjadas, nos quais novos aspectos do eu são trazidos à existência. Assim, é por conferir uma base realista

---

<sup>14</sup> Ver George Herbert Mead, *Mind, Self, and Society* (Chicago, 1934); Herbert Blumer, “Society as Symbolic Interaction”, in Arnold Rose (org.), *Human Behavior and Social Processes* (Boston, 1962), 179-92; e Anselm L. Strauss et al., *Psychiatric Ideologies and Institutions* (Nova York, 1964), 292-315.

à nossa imagem do processo subjacente que a história de vida serve aos propósitos de verificar pressuposições, lançar luz sobre organizações e reorientar campos estagnados.

Talvez, entretanto, o mais importante serviço que um documento como *The Jack-Roller* prestou à sociologia tenha sido um que também foi prestado àqueles que não são sociólogos. David Riesman descreveu a ciência social como sendo, em parte, uma "conversação entre as classes."<sup>15</sup> Seu livro descreve para as pessoas o modo de vida de segmentos de sua sociedade com o qual elas, de outro modo, não entrariam em contato. A história de vida, por causa da "própria história" de seus atores, é uma mensagem viva e vibrante que vem de "lá", que nos conta o que significa ser um tipo de pessoa que nunca encontramos face a face. Os Estados Unidos têm sorte de ter menos barreiras, na forma de círculos sociais fechados e regras contrárias à interação fora deles, do que a maioria das sociedades. Todavia, a distância entre classes sociais, entre grupos étnicos e entre grupos de idade são tais que é difícil para a maioria dos sociólogos (sem falar em outros cujo trabalho não os impele na direção deste conhecimento) compreender o que significa viver a vida de um *junkie* negro ou de um delinqüente polonês.

Johan Galtung sugere a função deste tipo de conhecimento no processo científico em sua discussão sobre as causas do caráter excessivamente abstrato e a formalidade da sociologia latino-americana. Ela argumenta que a sociedade latino-americana é mais rigidamente estratificada, tanto horizontal quanto verticalmente, que as sociedades da Europa setentrional e da América do Norte. Isto significa que o latino-americano, ao entrar em contato com a sociologia, não terá nunca o mesmo nível de interação informal com membros de outras classes e segmentos sociais que os jovens adquirem em outras sociedades através de viagens, empregos de verão e outras atividades semelhantes. Disto resulta, diz Galtung, que idéias preconcebidas sobre o caráter de outros membros da sociedade nunca passam pelo teste do confronto direto com a realidade social:

Aqueles sociólogos que jamais aceitariam a idéia de que a

---

<sup>15</sup> David Riesman, *Abundance for What?* (Garden City, 1965), 493-4.

única coisa que os motivou foi o desejo de ganhar dinheiro, não têm dificuldade para perceber o capitalista como alguém interessado somente no máximo de dinheiro pelo mínimo de trabalho, ou o trabalhador como motivado de maneira semelhante. Um conhecimento mais íntimo sobre eles revelaria invariavelmente matizes, maior identificação, maior variedade de motivações, mas a parcimônia de interação protege o sociólogo deste conhecimento. Advém daí o grande interesse pela alienação das classes mais baixas: sem negar sua realidade, um fator que mantém a imagem de alienação da classe trabalhadora é a alienação do próprio intelectual em relação à sua sociedade em geral e, certamente, em relação à classe trabalhadora.<sup>16</sup>

Ao proporcionar este tipo de expressão a partir de uma cultura e de uma situação que não são normalmente conhecidas pelos intelectuais em geral e, em particular, por sociólogos, *The Jack-Roller* nos dá condições de desenvolver nossas teorias ao nível mais profundo: por nos colocar na pele de Stanley, podemos sentir e tomar consciência dos *biases* profundos sobre estas pessoas, que em geral permeiam nossos pensamentos e dão forma aos tipos de problemas que investigamos. Por entrarmos verdadeiramente na vida de Stanley, podemos começar a perceber o que pressupomos como verdadeiro (e não deveríamos) na concepção de nossa pesquisa — que tipos de pressuposições sobre delinqüentes, favelas e polacos estão incrustados na maneira como colocamos as questões que estudamos. A história de Stanley nos permite, se quisermos aproveitá-la, começar a fazer perguntas sobre a delinquência do ponto de vista do delinqüente. Se levarmos Stanley a sério, e sua história deve nos impelir a fazê-lo, podemos levantar com facilidade uma série de questões que foram relativamente pouco estudadas — questões sobre as pessoas que lidam com delinqüentes, sobre as táticas que empregam, suas suposições sobre o mundo e as restrições e pressões a que estão sujeitos. Tais estudos somente agora começaram a ser feitos. Um estudo apurado

---

<sup>16</sup> Johan Galtung, "Los factores socioculturales y el desarrollo en la sociología en América Latina". *Revista Latinoamericana de Sociología* 1 (março, 1965), 87.

de *The Jack-Roller* e outros documentos semelhantes poderia nos fornecer uma ampla gama de questões a serem colocadas quando observamos os tratamentos dispensados por policiais, juízes e carcereiros aos delinqüentes.

Dada a variedade de usos científicos que pode ter a história de vida, é de surpreender o relativo esquecimento em que caiu. Os sociólogos, é verdade, nunca desistiram dela totalmente. Mas tampouco fizeram dela um dos seus instrumentos padronizados de pesquisa. Eles lêem os documentos disponíveis e os indicam para que seus alunos os leiam. Mas em geral não pensam em coletar eles mesmos documentos de histórias de vida, ou em tornar a técnica parte de seu enfoque de pesquisa.

Um conjunto de mudanças simultâneas provavelmente contribuiu para o desuso crescente do método da história de vida. Os sociólogos passaram a se interessar mais pelo desenvolvimento da teoria abstrata e, correspondentemente, menos pelos relatos plenos e detalhados sobre organizações e comunidades específicas. Passaram a preferir os dados formulados nas categorias abstratas de suas próprias teorias aos formulados a partir das categorias que pareciam mais relevantes para as pessoas que estudavam. A história de vida se adequava bem a esta última tarefa, mas era de pouco uso imediatamente aparente para a primeira.

Ao mesmo tempo, os sociólogos começaram a separar o campo da psicologia social do da sociologia propriamente dita, criando duas especialidades em substituição a duas ênfases dentro de um mesmo campo, e se concentraram mais sobre variáveis "estruturais" e análises funcionais sincrônicas do que sobre aqueles fatores que se manifestavam na experiência de vida da pessoa. Novamente, a história de vida deu uma contribuição clara para esta última tarefa, mas parecia não relacionada com os estudos que enfatizavam os atributos de grupo e suas interconexões.

Mas talvez a razão principal para o emprego relativamente raro da técnica seja que ela não produz o tipo de "descobertas" que os sociólogos agora esperam que a pesquisa produza. À medida que a sociologia se torna cada vez mais rígida e "profissionalizada", passou a ser dada cada vez mais ênfase àquilo que, em nome da simplicidade, poderíamos chamar de *estudo isolado*. Utilizo o termo para me referir aos projetos de pesquisa que são pensados como sendo auto-suficientes e autojustificados, os quais

forneem todas as evidências necessárias para aceitar ou rejeitar as conclusões que apresenta, e cujas descobertas devem ser usadas como mais um tijolo na muralha em construção da ciência — uma metáfora totalmente diferente daquela do mosaico. O estudo específico se integra no corpo principal de conhecimento da seguinte maneira: ele deriva suas hipóteses de uma inspeção daquilo que já é conhecido; então, depois que a pesquisa é completada, se essas hipóteses foram demonstradas, são acrescentadas à muralha daquilo que já é cientificamente conhecido e empregado como base para estudos posteriores. A questão importante é que a hipótese do pesquisador seja provada ou refutada com base naquilo que descobriu ao realizar este trabalho de pesquisa.

Os costumes, tradições e práticas organizacionais da sociologia contemporânea conspiram para nos fazer assumir esta visão de pesquisa. O artigo de revistas especializadas de tamanho padrão, o mais comum dos meios de comunicação científica, é escrito sob encomenda para a apresentação das descobertas que confirmam ou refutam hipóteses. A tese de Ph.D. exige virtualmente que seu autor disponha de um conjunto de descobertas, garantidas por suas próprias operações, que permitam conclusões que ele possa defender diante de uma banca da universidade. A proposta para a obtenção de bolsa de pesquisa, outra forma literária sociológica ubíqua, obriga seu autor a afirmar o que seu projeto terá provado depois que o dinheiro for gasto.

Se tomarmos o estudo isolado como modelo de trabalho científico, utilizaremos, então, quando julgarmos uma pesquisa ou tomarmos decisões sobre como organizar nossa pesquisa, critérios concebidos para nos assegurar que as descobertas de nosso estudo isolado fornecerão, certamente, uma base sólida para aceitar ou rejeitar hipóteses. As leis de inferência e prova agora em voga refletem esta ênfase. Metodólogos como Stouffer, e outros que o seguiram, desenvolveram técnicas de avaliação de hipóteses baseadas no modelo do experimento controlado.<sup>17</sup> Compare dois grupos, aqueles que foram expostos aos efeitos de uma variável e

---

<sup>17</sup> Ver o ensaio muito influente de Samuel A. Stouffer, "Some Observations on Study Design", *American Journal of Sociology* 55 (janeiro de 1950), 355-61, e qualquer um dentre o grande número de livros e artigos sobre método que assumem essencialmente a mesma posição.

aqueles que não o foram, antes e depois da exposição. As múltiplas comparações que se tornam possíveis através desta técnica nos permitem testar não somente a hipótese original, mas também algumas das explicações alternativas prováveis dos mesmos resultados, desde que sejam o que previmos. Este é o modelo aprovado. Se não conseguirmos realizá-lo, nosso estudo é falho, a menos que possamos criar substitutos viáveis. Se conseguirmos fazê-lo, podemos dizer com segurança que produzimos descobertas científicas fortes o bastante para sustentar o peso de estudos posteriores.

Os critérios advindos do modelo experimental e utilizados para avaliar os estudos isolados em separado, não obstante quão úteis possam ser em variados contextos, deram origem a um subproduto ruim. Eles levaram as pessoas a ignorar as outras funções da pesquisa e, especialmente, a ignorar a contribuição que é dada por um estudo para um empreendimento global de pesquisa, mesmo quando o estudo, considerado isoladamente, não produziu por si mesmo resultados definitivos. Visto que, por estes critérios, a história de vida não produziu resultados definitivos, as pessoas têm sido incapazes de fazer alguma coisa com ela e, de modo geral, têm-se recusado a investir o tempo e o esforço necessários para obter documentos de história de vida.

Podemos talvez esperar que uma compreensão mais completa da complexidade do empreendimento científico restaure o senso de versatilidade dos sociólogos e o valor da história de vida. Uma nova série de documentos pessoais, como os que foram produzidos pela Chicago School há mais de uma geração atrás, podem nos ajudar de todas as maneiras que sugeri anteriormente e, também, de maneiras que não antecipamos agora.





## CAPÍTULO 5

### Observação Social e Estudos de Caso Sociais\*

O termo “estudo de caso” vem de uma tradição de pesquisa médica e psicológica, onde se refere a uma análise detalhada de um caso individual que explica a dinâmica e a patologia de uma doença dada; o método supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno adequadamente a partir da exploração intensa de um único caso. Adaptado da tradição médica, o estudo de caso tornou-se uma das principais modalidades de análise das ciências sociais.

O caso estudado em ciências sociais é tipicamente não o de um indivíduo, mas sim de uma organização ou comunidade. Já foram realizados estudos de caso de fenômenos tão amplamente variados quanto cidades industriais<sup>1</sup>, bairros urbanos<sup>2</sup>, fábricas<sup>3</sup>, hospitais mentais<sup>4</sup>, e as interligações entre bairros pobres, política e contravenção.<sup>5</sup> Os estudos de caso individuais também são, é claro, realizados por cientistas sociais, sobretudo na forma de

---

\* Reimpresso com a permissão do editor da *International Encyclopedia of Social Sciences*, David L. Sills, org., volume 14, páginas 232-8. Copyright © 1968 by Crowell Collier and Macmillan, Inc.

<sup>1</sup> Everett C. Hughes, *French Canada in Transition* (Chicago: University of Chicago Press, 1943).

<sup>2</sup> Herbert J. Gans, *The Urban Villagers* (Nova York: Free Press, 1962).

<sup>3</sup> Melville Dalton, *Men Who Manage* (Nova York: John Wiley and Sons, 1959).

<sup>4</sup> Erving Goffman, *Asylums* (Chicago: Aldine Publishing Co., 1961).

<sup>5</sup> William F. Whyte, *Street Corner Society* (Chicago: University of Chicago Press, 1943).

história de vida; mas tais estudos, embora muitas vezes realizados por uma geração anterior de sociólogos e psicólogos<sup>6</sup>, são hoje em dia relativamente raros.<sup>7</sup>

O cientista social que realiza um estudo de caso de uma comunidade ou organização tipicamente faz uso do método de observação participante em uma de suas muitas variações, muitas vezes em ligação com outros métodos mais estruturados, tais como entrevistas. A observação dá acesso a uma ampla gama de dados, inclusive os tipos de dados cuja existência o investigador pode não ter previsto no momento em que começou a estudar, e portanto é um método bem adequado aos propósitos do estudo de caso.

#### OBJETIVOS DO ESTUDO DE CASO

O estudo de caso geralmente tem um propósito duplo. Por um lado, tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo: quem são seus membros? Quais são suas modalidades de atividade e interação recorrentes e estáveis? Como elas se relacionam umas com as outras e como o grupo está relacionado com o resto do mundo? Ao mesmo tempo, o estudo de caso também tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estrutura sociais.

Por objetivar compreender todo o comportamento do grupo, o estudo de caso não pode ser concebido segundo uma mentalidade única para testar proposições gerais. Em contraste com o experimento de laboratório, o qual é concebido para testar uma ou poucas proposições intimamente relacionadas tão rigorosa e precisamente quanto possível, o estudo de caso tem que ser preparado para lidar com uma grande variedade de problemas teóricos e descritivos. Os vários fenômenos revelados pelas observações

---

<sup>6</sup> Ver William I. Thomas e Florian Znaniecki, *The Polish Peasant in Europe and America*, 2.<sup>a</sup> ed. (Nova York: Alfred A. Knopf, 1927), 1931-2244; Clifford R. Shaw, ed., *The Jack-Roller* (Chicago: University of Chicago Press, 1930); e Chic Conwell, *The Professional Thief* (Chicago: University of Chicago Press, 1937).

<sup>7</sup> Porém, ver Helen M. Hughes, org., *The Fantastic Lodge* (Boston: Houghton Mifflin Co., 1961); e Henry Williamson, *Hustler!* (Garden City, N.Y.: Doubleday and Co., 1965).

do investigador têm que ser todos incorporados ao seu relato do grupo e em seguida receber atribuição de relevância teórica.

Assim postos, os objetivos do estudo de caso mal podem ser conscientizados; é utópico supor que se pode ver, descrever e descobrir a relevância teórica de *tudo*. Os investigadores tipicamente terminam se concentrando nuns poucos problemas que parecem ser de maior importância no grupo estudado — problemas que se ligam a muitos aspectos da vida e da estrutura do grupo. Desse modo, um estudo de comunidade<sup>8</sup> pode vir a se concentrar nos problemas de industrialização e contato cultural, ou um estudo de um bairro urbano pode se concentrar na relação entre etnicidade e classe social.<sup>9</sup>

A meta abrangente do estudo de caso, contudo, mesmo que não seja alcançada, tem conseqüências importantes e úteis. Prepara o investigador para lidar com descobertas inesperadas e, de fato, exige que ele reorienta seu estudo à luz de tais desenvolvimentos. Força-o a considerar, por mais que de modo rudimentar, as múltiplas inter-relações dos fenômenos específicos que observa. E evita que ele faça pressuposições que podem se revelar incorretas sobre questões que são relevantes, ainda que tangenciais, para seus interesses principais. Isto acontece porque um estudo de caso quase sempre fornece alguns fatos para guiar estas pressuposições, enquanto os estudos com procedimentos de coleta de dados mais limitados são obrigados a pressupor o que o observador que faz o estudo de caso pode verificar.

Os objetivos do estudo de caso e os tipos de problema que geralmente coloca sugerem técnicas específicas de coleta e análise de dados. Depois de descrevê-las, consideraremos os usos, tanto científicos quanto de outra ordem, que podem ser feitos dos estudos de caso observacionais.

#### TÉCNICAS DE OBSERVAÇÃO

No processo de coleta de dados, o observador-participante se engaja em várias atividades diferentes. Pode-se distinguir diversas modalidades de procedimento, dependendo do grau no qual

---

<sup>8</sup> Hughes, *op. cit.*

<sup>9</sup> Gans, *op. cit.*

se é participante assim como observador.<sup>10</sup> Num dos extremos, o observador pode não participar em absoluto, como quando ele se esconde atrás de uma tela que permite que ele veja os participantes, mas não permite que eles o vejam; no outro, ele pode ser um participante em caráter integral, morando na comunidade em estudo ou tendo um emprego de tempo integral na organização que estuda, e assim estando sujeito às mesmas chances de vida que qualquer outro membro do grupo. As técnicas específicas que usa são modeladas pelas exigências de desempenhar estes papéis diferentes; um observador oculto não pode entrevistar abertamente outros participantes, enquanto um observador conhecido pode descobrir que certos segredos do grupo são sistematicamente ocultados dele.

O observador se coloca na vida da comunidade de modo a poder ver, ao longo de um certo período de tempo, o que as pessoas normalmente fazem enquanto realizam seu conjunto diário de atividades. Ele registra suas observações o mais breve possível depois de fazê-las. Ele repara nos tipos de pessoas que interagem umas com as outras, o conteúdo e as conseqüências da interação, e como ela é discutida e avaliada pelos participantes e outros depois do evento. Ele tenta registrar este material tão completamente quanto possível por meio de relatos detalhados de ações, mapas de localização de pessoas enquanto atuam<sup>11</sup> e, é claro, transcrições literais das conversações.

### *O problema do bias*

O observador tem o problema de tentar evitar ver apenas as coisas que estão de acordo com suas hipóteses implícitas ou explícitas.<sup>12</sup> Este tipo de *bias* pode ocorrer de várias maneiras. O observador, interagindo com aqueles que estuda em bases de longo prazo, acaba por conhecê-los como companheiros seres humanos além de como objeto de pesquisa; portanto, é difícil para ele

---

<sup>10</sup> Raymond L. Gold, "Roles in Sociological Field Observations", *Social Forces* 36 (março de 1958), 217-23.

<sup>11</sup> Ver Whyte, *op. cit.*

<sup>12</sup> Ver a discussão sobre tendências em Morris Zelditch, Jr., "Some Methodological Problems of Field Studies", *American Journal of Sociology* 67 (março de 1962), 566-76.

evitar sentimentos de amizade, lealdade e obrigação, os quais o fazem querer proteger alguns membros do grupo, e assim não ver aqueles eventos que os tornariam passíveis de crítica. Algumas pessoas ou facções podem ver esta pesquisa como perigosa e tentar evitar que ele registre certos aspectos da atividade do grupo.<sup>13</sup> Finalmente, ele pode achar que certos acontecimentos são tão desagradáveis ou pessoalmente perigosos (por exemplo, as atividades das redes homossexuais ou de conflito violento de gangues), que ele não está disposto ou teme permanecer suficientemente próximo dos participantes para ver o que realmente acontece.

O *bias* pode ser evitado reproduzindo cuidadosamente um relato completo de *todos* os eventos observados; buscando cobrir todas as *variedades* de eventos através de algum tipo de mecanismo de amostragem primitiva (fazer observações em momentos diferentes do dia ou do ano, procurar deliberadamente membros de grupos diferentes da comunidade ou da organização, e assim por diante); e formulando *hipóteses tentativas* à medida que o trabalho de campo prossegue e depois procurando deliberadamente casos negativos.<sup>14</sup> Estes tópicos são abordados mais integralmente adiante.

### *Tipos de dados*

O observador está particularmente alerta para incidentes de qualquer tipo que sejam definidos como conflito ou "problema" pela comunidade ou organização sendo estudada. Tais incidentes permitem que ele, com o máximo de rapidez, descubra as expectativas que guiam a interação; quando as expectativas são violadas, advém o problema. Vendo que tipos de ação produzem conflito, o observador pode inferir a existência de expectativas implícitas, as quais se tornam então parte de seu modelo analítico do grupo em estudo.

---

<sup>13</sup> Ver Dalton, *op. cit.*

<sup>14</sup> Esta é uma descrição generalizada do método de descrição analítica corporificado em Lindesmith, *op. cit.*, e discutido em Ralph H. Turner, "The Quest for Universals in Sociological Research", *American Sociological Review* 18 (dezembro de 1953), 604-11.

Ele está alerta também para as nuances de linguagem, tais como sentidos especiais dados a palavras comuns, pois isto sinaliza a existência de situações, eventos e pessoas que os membros do grupo consideram suficientemente distintos para merecerem ser lingüisticamente caracterizados de modo específico, e desse modo dão uma indicação quanto aos problemas e reações característicos do grupo. Ao investigar o sentido e uso de um termo incomum, ao examinar instâncias de seu uso e ver quando ele se aplica e quando não se aplica, o observador enriquece seu modelo analítico.<sup>15</sup>

O observador não se limita à observação apenas. Ele pode também entrevistar membros do grupo, seja isoladamente ou em grupos. No primeiro caso, ele pode examinar as origens sociais e as experiências anteriores de um participante, assim como suas opiniões particulares sobre questões correntes. No último, ele está com efeito “penetrando” nos tipos habituais de comunicações correntes num grupo, vendo o que os membros dirão quando na companhia de outros membros. A diferença entre opinião particular e comunicação pública pode fornecer indicações importantes das normas do grupo.<sup>16</sup>

O observador também verificará que é útil coletar documentos e estatísticas (minutas de reuniões, relatórios anuais, recortes de jornal) gerados pela comunidade ou organização. Eles podem propiciar um histórico útil, documentação necessária das condições de ação para um grupo (como num conjunto de regras codificadas) ou um registro conveniente de eventos e análises (como, por exemplo, quando um jornal de universidade registra os casamentos de estudantes, especificando sua posição na estrutura social do *campus*). Em todos os casos, o observador tem que examinar cuidadosamente como os documentos com que ele trabalha foram criados; por quem, seguindo que procedimentos, e para que propósi-

---

<sup>15</sup> Ver Howard S. Becker e Blanche Geer, “Participant Observation and Interviewing: A Comparison”, *Human Organization* 16 (outono de 1957), 28-32.

<sup>16</sup> Um uso instrutivo de tais dados está contido em Raymond L. Gorden, “Interaction Between Attitude and the Definition of the Situation in the Expression of Opinion”, *American Sociological Review* 17 (fevereiro de 1952), 50-8.

tos? Pois é claro que os documentos não podem ser aceitos pelo seu valor de face, mas têm que ser interpretados à luz de tais considerações.<sup>17</sup>

O observador pode também criar suas próprias estatísticas para a solução de problemas específicos. Portanto, pode-se observar o número de vezes que as pessoas de um escritório pedem conselhos uns aos outros,<sup>18</sup> ou pode-se fazer registros precisos da própria produção em etapas numa oficina de máquinas, a fim de usá-los como uma indicação do que é possível para o membro médio do grupo.<sup>19</sup>

#### TÉCNICAS DE ANÁLISE

É um truísmo dizer que os procedimentos de análise e teste tomam sua forma a partir do problema que se está tentando resolver. É mais importante indicar a variedade de problemas tipicamente encontrados na análise de material oriundo da observação e os meios pelos quais eles podem ser resolvidos.

Os materiais de observação, uma vez que são geralmente reunidos durante um longo período de tempo, podem ser analisados seqüencialmente. Isto é, a análise não precisa esperar pelo término da coleta de dados, mas pode se realizar paralelamente a ela; resultados de análises anteriores podem ser usados para dirigir outras operações de coleta de dados. Problemas diferentes surgem nos diferentes estágios da pesquisa.

#### *Escolha do problema*

No início, o pesquisador pode não ter certeza de que problema é o que mais merece estudo na comunidade ou organização na qual está trabalhando; ele dedica seus primeiros esforços analíticos à descoberta de problemas dignos de atenção e de hipóteses

---

<sup>17</sup> Para maiores discussões, ver John I. Kitsuse e Aaron V. Cicourel, "A Note on the Uses of Official Statistics", *Social Problems* 11 (outono de 1963), 131-9.

<sup>18</sup> Como fez Peter Blau em *The Dynamics of Bureaucracy* (Chicago: University of Chicago Press, 1955), 99-130.

<sup>19</sup> Como fez Donald Roy em "Quota Restriction and Goldbricking in a Machine Shop", *American Journal of Sociology* 57 (março de 1952), 427-42.



que se mostrarão mais úteis para abordá-los.<sup>20</sup> Os pesquisadores freqüentemente descobrem que o problema que eles se dispuseram a estudar não é tão importante quanto algum outro problema, ou só pode ser estudado no contexto de um outro problema que não haviam previsto estudar. Desse modo, Vidich e Bensman descobriram que o problema dos relacionamentos entre as comunidades rurais e os vários órgãos e instituições da sociedade de massas americana que afetam a vida rural só poderia ser compreendido se se investigasse também como a comunidade e seus membros eram capazes de funcionar a despeito do fato de que seu ambiente social imediato negava abertamente suas crenças básicas.<sup>21</sup>

Ao selecionar problemas, hipóteses e conceitos, o investigador trabalha a partir de resultados concretos obtidos anteriormente na pesquisa. Tipicamente, ele descobre que um dado evento ocorreu, talvez apenas um, e pergunta qual o significado que tal evento poderia ter. Pode ser um incidente de conflito ou do tipo de nuança lingüística já mencionados anteriormente. O que quer que seja, o investigador tem que primeiro se certificar de que o evento realmente é o que parece ser, e depois delinear suas possíveis implicações teóricas. O primeiro problema exige que ele avalie se as pessoas o podem estar enganando consciente ou inconscientemente; isto pode ser verificado através de uma avaliação do evento que desperta sua curiosidade para determinar se foi fabricado para seu proveito, ou se teria ocorrido do mesmo modo, mesmo que ele não estivesse lá. Por exemplo, uma declaração espontânea de um informante que não sabe o que o observador está procurando pode receber mais peso do que uma que foi influenciada pelas perguntas condutoras do observador. Da mesma forma, um evento que ocorre num contexto institucional comum, sujeito a todas as restrições daquele contexto, pode receber mais peso do que um que ocorra sem ser observado por outros membros do grupo.

O observador então delinea as possíveis implicações teóricas

---

<sup>20</sup> Uma exploração detalhada deste processo está contida em Blanche Geer, "First Days in the Field", in Phillip E. Hammond, org., *Sociologists at Work* (Nova York: Basic Books, 1964), 322-34.

<sup>21</sup> Arthur J. Vidich e Joseph Bensman, *Small Town in Mass Society* (Princeton: Princeton University Press, 1958).

de seus achados, considerando de que classe de eventos poderiam ser representativos, e fazendo uso desta teoria, na medida em que é criada sobre aquela classe de eventos, para deduzir outras proposições. Por exemplo, se se ouve um empregado numa profissão de serviços categorizar os membros de sua clientela, pode-se aplicar a proposição de que tal categorização será baseada nos problemas que os clientes de vários tipos colocam para o empregado que tenta realizar suas metas ocupacionais. (Os professores, por exemplo, distinguem os alunos de acordo com a dificuldade existente para ensiná-los e discipliná-los; os médicos distinguem os pacientes segundo a facilidade de curá-los, a pontualidade de seus pagamentos, e assim por diante.) Trabalhando a partir disso, o observador começa a procurar os problemas básicos implícitos no conjunto de categorias e a maneira pela qual eles afetam os trabalhadores em diferentes estágios da carreira. Obviamente que um grande número de teorias pode ser aplicado para discriminar as observações, a fim de extrair suas implicações e usá-las para dirigir observações posteriores.

#### *Método quase-estatístico*

Numa fase posterior, o observador, tendo decidido, pelo menos provisoriamente, o que ele estudará na situação em questão, e que aparato teórico usará, está interessado em saber se seus resultados iniciais são válidos para toda a comunidade ou organização. Seus dados normalmente não serão, a não ser que tenham sido coletados especificamente para este propósito, suficientemente sistemáticos para permitirem a manipulação estatística. Porém, ele pode gerar o que tem sido chamado de "quase-estatística"<sup>22</sup>, isto é, números que resultam da amostragem e enumeração imprecisas contidas em seus dados. Estes dados são geralmente bastante adequados para os pontos que quer demonstrar.

Particularmente, a quase-estatística pode permitir que o investigador abandone certas hipóteses nulas problemáticas. Uma

---

<sup>22</sup> Ver Allen H. Barton e Paul F. Lazarsfeld, "Some Functions of Qualitative Analysis in Social Research", in S. M. Lipset e Neil J. Smelser, orgs., *Sociology: The Progress of a Decade* (Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1961), 95-122.

simples contagem de frequência do número de vezes que um dado fenômeno aparece pode tornar insustentável a hipótese nula de que o fenômeno é infrequente. Uma comparação entre o número de tais ocorrências e o número de casos negativos — instâncias nas quais algum fenômeno alternativo que não estava previsto por sua teoria aparece — pode tornar possível uma conclusão mais forte, sobretudo se a teoria foi suficientemente desenvolvida no início do período observacional para permitir uma busca sistemática de casos negativos. Do mesmo modo, uma investigação da variedade de situações coberta pelos dados do investigador pode permitir que ele negue a hipótese de que sua conclusão se restringe apenas a umas poucas situações, períodos de tempo ou tipos de pessoas da organização ou comunidade.

O problema técnico de criar quase-estatísticas reside em se certificar de que de fato se inspecionou todos os casos relevantes. Vários pesquisadores fabricaram esquemas para fazer isso.<sup>23</sup> O traço comum destes esquemas é a redução do corpo de dados, através da elaboração de um *abstract* das notas de campo que foram acumuladas, subdividindo-as em unidades pequenas e classificando cada unidade sob todas as categorias analíticas para as quais poderia ser relevante. Quando o investigador deseja analisar todo o material sobre uma determinada questão, seleciona suas unidades (as quais podem ser reproduzidas em *key-sort cards*\* para maior conveniência), retira os itens que forem irrelevantes e estrutura uma conclusão que leva em consideração todas as evidências relevantes remanescentes.

Uma das maiores falhas da maioria dos estudos de caso observacionais tem sido sua incapacidade de tornar explícita a base quase-estatística de suas conclusões. Mesmo que o investigador use procedimentos de enumeração e amostragem errôneos, suas evidências podem, não obstante, ser suficientes para garantir as conclusões a que chega, se ele afirma explicitamente qual é a

---

\* Cartões perfurados como os utilizados nos primeiros tempos da computação em máquinas de grande porte (nota da revisora).

<sup>23</sup> Um esquema representativo é descrito em Howard S. Becker e Blanche Geer, "Participant Observation: The Analysis of Qualitative Field Data", in Richard N. Adams e Jack J. Preiss, orgs., *Human Organization Research: Field Relations and Techniques* (Homewood, Ill.: Dorsey Press, 1960), 267-89.

evidência e demonstra que suas conclusões estão relacionadas a ela. Particularmente, as conclusões podem parecer extremamente plausíveis<sup>24</sup> se forem sustentadas por diversos tipos de evidência ao mesmo tempo. Portanto, a conclusão de que os estudantes de Medicina utilizam de uma perspectiva baseada nos valores da experiência clínica e responsabilidade médica ganha maior plausibilidade quando se demonstra não apenas que o uso desta perspectiva é freqüente e aparece em uma ampla variedade de situações, mas também que as caracterizações dos pacientes feitas pelos estudantes dependem fortemente dos mesmos critérios.<sup>25</sup>

### *Construção de modelos*

Em conseqüência das fases iniciais da análise, o pesquisador adquire vários modelos limitados de partes da organização ou comunidade, proposições que descrevem um tipo de interação entre dois *status* em um tipo de situação. A fase final de um estudo de caso consiste no refinamento progressivo destes modelos de partes (realizada pela verificação contínua em relação a evidências já disponíveis nas notas de campo ou recentemente coletadas no campo) e sua integração em um *modelo* da organização ou comunidade como um todo. O modelo fornece respostas para as questões teóricas do estudo e demonstra a contribuição de cada parte da estrutura analisada para a explicação do fenômeno em questão.

Os modelos da comunidade ou organização que resultam dos estudos de caso não devem ser confundidos com modelos matemáticos. Ao contrário, eles têm a mesma relação com o grupo estudado que a *história natural* de um processo (tal como o ciclo de relações raciais ou processo de se tornar um viciado em drogas) tem com qualquer conjunto específico de eventos que se diz cor-

---

<sup>24</sup> Ver a análise de plausibilidade em George Polya, *Mathematics and Plausible Reasoning*, vol. 2, "Patterns of Plausible Inference" (Princeton: Princeton University Press, 1954).

<sup>25</sup> O exemplo vem de Howard S. Becker *et al.*, *Boys in White: Student Culture in Medical School* (Chicago: University of Chicago Press, 1961), 338-40.

porificá-lo. Numa análise da história natural do processo, nós eliminamos a característica histórica única de várias instâncias do mesmo fenômeno, deixando como nosso resultado apenas as etapas genéricas do processo — aquelas etapas que sempre ocorreriam se o mesmo resultado fosse encontrado. Do mesmo modo, em um estudo de caso da estrutura social, nós eliminamos o que é historicamente único e nos concentramos nas propriedades genéricas do grupo, visto como um exemplo de um tipo específico de estrutura. As relações entre as características essenciais desse tipo de estrutura são expressas por generalizações verbais. Por exemplo, poder-se-ia estudar uma prisão ou escola buscando descobrir quais são os *status* e formas características de interação numa instituição na qual uma classe de participantes está presente involuntariamente. O resultado seria um modelo que poderia também ser aplicado a outras instituições com as mesmas características, tais como hospitais mentais.

### *O problema da confiabilidade*

A confiabilidade de tal análise é às vezes questionada de um modo equivocado, que joga com o sentido de “confiabilidade”. A questão é colocada do seguinte modo: se repetisse o estudo, um outro observador produziria, com a mesma análise, o mesmo modelo total? A resposta é obviamente que sim — mas apenas se ele usasse a mesma estruturação teórica e estivesse interessado nos mesmos problemas gerais, pois nem a estruturação teórica nem o problema principal escolhido para estudo são inerentes ao grupo estudado. Não obstante, dada a mesma estruturação básica — por exemplo, uma sociologia baseada em concepções de estrutura social, cultura e interação simbólica —, as mesmas partes fundamentais do grupo estudado seriam encontradas em um segundo estudo, mesmo que os problemas principais escolhidos para estudo sejam muito diferentes. Por exemplo, poder-se-ia estudar uma Escola de Medicina para descobrir como os estudantes mudam segundo sua experiência nela; isto seria um problema na teoria da socialização de adultos. Ou poder-se-ia, com igual justiça, escolher usar a Escola de Medicina como a arena para um estudo de como os especialistas cooperam uns com os outros numa tarefa comum, um problema da “política” de organizações com-

plexas. Em ambos os casos, um estudo completo descreveria necessariamente as mesmas relações básicas entre alunos, entre professores, entre alunos e professores, entre ambos e os pacientes, e assim por diante. Segundo se admite, o uso teórico para o qual a análise fosse posta modelaria o tipo de modelo estrutural construído, e um modelo construído para um determinado propósito poderia dar pouca importância ou ignorar elementos importantes do outro; mas os dois poderiam ser combinados, de modo que nenhum deles conteria qualquer elemento que fosse negado no outro.

#### O USO DE ESTUDOS BASEADOS EM OBSERVAÇÃO

Todo estudo de caso permite que nós façamos generalizações a respeito das relações entre os vários fenômenos estudados. Porém, como tem sido freqüentemente assinalado, um caso é, no fim das contas, apenas um caso. Suponha-se que alguns dos fatores mais importantes envolvidos na compreensão dos problemas teóricos específicos colocados por ele são tão invariáveis, que não temos consciência de sua importância. Como se pode descobrir sua importância?

O problema pode ser tratado (ou pode em princípio ser tratado) através da coleta de um grande número de casos e do “parcelamento” dos efeitos das várias influências. Em todo caso, este não é verdadeiramente um problema se assumirmos uma visão de longo prazo do desenvolvimento da teoria. Cada estudo pode revelar o papel de um diferente conjunto de condições ou variáveis, à medida que se descobre que elas variam em cada ambiente em estudo. No decorrer de uma série de estudos, a comparação de variações nas condições e conseqüências pode fornecer uma teoria altamente diferencial do fenômeno em estudo. Como exemplo simples, um estudo de comunidade poderia localizar seis classes sociais numa comunidade. Um estudo posterior, numa comunidade em certa medida diferente, revela apenas cinco, uma vez que a classe superior não chega a se dividir entre riqueza “velha” e “nova”; a comparação dos dois pode demonstrar variações nas histórias ou posições ecológicas das comunidades que poderiam explicar a diferença, e a hipótese pode ainda ser testada em um terceiro estudo.

*Análise comparativa: um exemplo*

Para tomar um outro exemplo, alguns estudos de prisões<sup>26</sup> revelaram organizações elaboradas de internos em torno de questões relativas a privações; sempre que os internos eram privados de alguma coisa — posses materiais, sexo, autonomia —, desenvolviam práticas e unidades sociais concebidas para lidar com a privação da melhor maneira que pudessem nas condições da prisão. Como estes estudos iniciais foram todos realizados em prisões masculinas, não poderiam descobrir o que um estudo posterior de uma prisão feminina revelou: que a organização informal da prisão variava segundo o tipo de pessoa recrutada, porque as privações diferem de acordo com o que a pessoa valoriza e, portanto, de que sente falta quando privada. As mulheres aparentemente dão muito menos importância à autonomia do que os homens, não sentem falta disso e não desenvolvem um governo *sub rosa*; elas são, todavia, muito dependentes de laços afetivos íntimos, sentem uma falta intensa de suas famílias e desenvolvem ligações homossexuais como forma de organização informal.<sup>27</sup> Outros estudos poderiam demonstrar a influência da idade, região e outros fatores sobre a organização da vida na prisão. Uma série de comparações, baseadas nas variações do fenômeno, mostram a influência de cada fator; cada estudo subsequente pode ser construído a partir das contribuições dos seus predecessores.

Desenvolver teoria através de análise comparativa é necessariamente um processo demorado. Os resultados comparativos levam anos para serem estabelecidos, pois cada estudo, por si mesmo, pode levar vários anos, e, para obter o máximo de efeito, os estudos devem ser construídos um a partir do outro, ao invés de serem feitos simultaneamente. O resultado pode ser uma compreensão detalhada da operação de um grande número de fatores e condições à medida que interagem para produzir resultados diferentes.

---

<sup>26</sup> Ver Gresham M. Sykes, *The Society of Captives* (Princeton: Princeton University Press, 1958) e Donald R. Cressey, org., *The Prison* (Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1961).

<sup>27</sup> Ver David A. Ward e Gene G. Kassebaum, *Women's Prison: Sex and Social Structure* (Chicago: Aldine Publishing Co., 1965) e Rose Giallombardo, *Society of Women* (Nova York: John Wiley and Sons, 1966).

Uma estratégia útil é formular as descobertas de cada estudo como proposições universais, mesmo que seja óbvio que são provisórias. Ao fazê-lo, o investigador torna possível identificar exceções às suas proposições e prosseguir da maneira mais eficiente possível com comparações frutíferas.<sup>28</sup>

#### *Uso prático de resultados de pesquisa*

O estudo observacional de uma instituição ou comunidade pode ser (e freqüentemente é) usado por várias pessoas de várias maneiras, dependendo da sua posição no grupo ou em relação a ele e de seu interesse no funcionamento deste grupo. Nisto, ele não difere de outros tipos de pesquisa, mas difere sim, tipicamente, no número e diversidade de variáveis consideradas e na distância que a pesquisa alcança sob a superfície dos acontecimentos. Os estudos são freqüentemente empreendidos com o propósito secundário — quando não primário — de fornecer orientação para administradores e outros que possam desejar intervir na organização ou comunidade, a fim de mudar alguma condição considerada como ineficiente, desagradável ou prejudicial ao bem-estar do grupo. O estudo observacional é útil na identificação e especificação de tais problemas e na descoberta de suas origens e conseqüências em vários níveis e em várias partes do grupo.

*Indicações para a Intervenção.* O estudo observacional também torna possível ir além do problema conforme originalmente concebido por aqueles membros do grupo que queriam ajuda e descobrir outros problemas que, a partir de um ponto de vista diferente do deles, requerem ou justificam intervenção. Por exemplo, os funcionários de um sindicato autocraticamente dirigido podem não pensar que a ausência de uma democracia organizacional seja um problema, mas alguns dos membros ou um observador de fora podem ter uma visão diferente. Quanto mais o estudo se aprofunda e sai da superfície, maior probabilidade terá de descobrir problemas que não foram rotulados como tais pelos líderes do grupo.

Quaisquer que sejam os problemas identificados, a ampla va-

---

<sup>28</sup> Ver Lindesmith, *op. cit.*, e Turner, *op. cit.*



riedade abarcada pelo estudo de caso torna provável que ele contenha dicas ou sugestões quanto aos pontos cruciais da possível intervenção. Muitos estudos diagnosticam as “causas” de um problema e ainda assim não têm utilidade para a ação social, porque as causas descobertas não são acessíveis à manipulação pelas pessoas envolvidas. Portanto, mesmo que possa ser verdadeira a generalização de que a causa do vandalismo dos adolescentes reside nas experiências da primeira infância, saber isto tem pouco valor. É mais útil saber, através da observação minuciosa, que (como talvez seja o caso) o vandalismo ocorre com mais freqüência em lugares onde não há iluminação nem vigilância ou se torna mais freqüente à medida que a certeza da detenção declina, pois estas questões estão mais sujeitas à ação corretiva da polícia e de outros agentes de controle social.

#### PROBLEMAS ÉTICOS DO PESQUISADOR

O relatório publicado de um estudo observacional pode ser usado, seja por membros do grupo ou por pessoas de fora, para envergonhar ou mesmo pôr em perigo a organização ou comunidade estudada, ou pelo menos seus líderes. Todo grupo preserva ficções sobre si mesmo — elas podem talvez ser necessárias para a continuação da existência do grupo —, que o apresentam como melhor em alguns sentidos do que a pesquisa sem preconceitos revelará que é. Uma cidade pode achar que seu governo é mais amplamente representativo do que é; um hospital pode pensar que seu tratamento de pacientes tem mais êxito do que de fato tem. Um estudo de caso está fadado a revelar a discrepância entre a realidade operacional e a imagem em que seus membros acreditam, e que apresentam para o resto do mundo. Quando os resultados do estudo são publicados, a discrepância fica publicamente atestada de uma maneira que os membros do grupo não podem ignorar. Seus inimigos podem fazer uso da oportunidade para envergonhá-los ou atacá-los. Os membros podem pedir que os resultados sejam retidos ou podem tentar coagir o pesquisador a suprimi-los.

O investigador conseqüentemente enfrenta um dilema ético. A ciência exige relatos francos e irrestritos, e as questões das quais os membros do grupo se queixam podem ser aspectos importantes

do funcionamento do grupo, cuja supressão enfraqueceria o relato e o privaria de importância científica. Por outro lado, o investigador certamente tem alguma obrigação de não causar danos àqueles que permitiram que ele os estudasse; ele pode, de fato, ter prometido a eles que não seriam prejudicados. Ao fazer a promessa, ele pode ter querido dizer meramente que não exporia nenhum *indivíduo* ao ridículo ou à retaliação — a maioria dos sociólogos provavelmente encara isso como um princípio ético fixo —, mas agora descobre que dele se está exigindo respeitar os mesmos escrúpulos no caso de um grupo.

A solução para o dilema depende em parte dos próprios compromissos éticos do investigador. Todavia, ele pode evitar algumas das dificuldades inerentes ao relacionamento de pesquisa, fazendo um acordo claro com aqueles que estuda antes de começar o trabalho, tomando o cuidado de alertá-los quanto a toda gama de possibilidades desagradáveis a que podem estar se expondo. Ele pode tentar também educar aqueles com maior probabilidade de se ofenderem com o relatório final, explicando a eles, à medida que o estudo prossegue, quais provavelmente serão as suas consequências e ajudando-os a encontrar uma forma viável de conviver com o estudo publicado.<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> Ver Howard S. Becker, "Problems in the Publication of Field Studies" e "Whose Side Are We On?", em *Sociological Work: Method and Substance*.



## Falando Sobre a Sociedade\*

*P*assei muitos verões em São Francisco, na encosta mais baixa de Russian Hill ou na região de North Beach; o modo como os descrevo depende de quem estou tentando impressionar. Moro perto do Fisherman's Wharf, no caminho que muitas pessoas tomam ao sair desta atração turística para se dirigirem a seus hotéis no centro ou na série de hotéis de Lombard Street. De minha janela, vejo sempre pequenos grupos de turistas olhando alternadamente para seus mapas e para as amplas colinas que estão entre eles e o lugar onde queriam estar. Está claro o que aconteceu! As linhas retilíneas do mapa pareciam indicar um passeio agradável através de uma área residencial, o tipo de passeio que poderia mostrar-lhes como vivem os nativos. Porém, nas palavras de um jovem britânico que me ofereci para ajudar: "Tenho que ir pro meu hotel e não vou subir esta droga de colina".

Por que os mapas que estas pessoas consultam não lhes informa que há colinas ali? Os cartógrafos sabem como indicar colinas, se isso for necessário, de modo que não é uma restrição do meio que cria inconveniências para os pedestres. Suponho, embora não tenha certeza, que os mapas sejam feitos para motoristas, financiados por companhias de petróleo e associações automobilísticas, e distribuídos através dos postos de gasolina — e os motoristas se preocupam menos com as colinas que os pedestres.

Estes mapas, e as redes de pessoas e organizações que o fazem

---

\* Este ensaio relata o trabalho realizado com a ajuda de uma bolsa da System Development Foundation, de Palo Alto, Califórnia.

e utilizam, exemplificam o problema tratado neste ensaio. Um mapa comum das ruas de São Francisco é uma reprodução convencionalizada desta sociedade urbana: uma descrição visual de suas ruas e pontos de referência, e sua distribuição no espaço. Cientistas sociais e cidadãos comuns utilizam rotineiramente não somente mapas, mas uma grande variedade de outras representações da realidade social — alguns poucos exemplos aleatórios são filmes documentários, tabelas estatísticas ou as histórias que as pessoas contam umas às outras para explicar quem são e o que estão fazendo. Todos eles, assim como os mapas, fornecem um retrato parcial que é, todavia, adequado a alguma proposta. Todos eles surgem em ambientes organizacionais, que restringem o que pode ser feito e definem os objetivos a serem alcançados pelo trabalho. Esta perspectiva sugere vários problemas interessantes: **Como as necessidades e práticas das organizações moldam as nossas descrições e análises (vamos chamá-las de representações) da realidade social? Como as pessoas que utilizam estas representações chegam a defini-las como adequadas?** Estas questões têm uma ligação com as questões tradicionais sobre conhecimento e divulgação em ciência, mas vão além disso, como veremos, para incluir problemas mais tradicionalmente associados às artes e à análise da vida cotidiana.

Este ensaio relata algumas explorações feitas por mim e por vários colegas<sup>1</sup> sobre estes problemas.

#### **REPRESENTAÇÕES DE SOCIEDADE COMO FATOS SOCIAIS**

Pessoas numa variedade de disciplinas intelectuais e campos artísticos pensam saber algo sobre a sociedade que vale a pena contar para outros, e elas usam uma variedade de formas, mídias e meios para comunicar suas idéias e descobertas. Estudos comparativos destas maneiras de representar conhecimento sobre a

---

<sup>1</sup> Os membros do grupo de pesquisa na Northwestern University eram Andrew Gordon, Bernard Beck, Robert K. LeBailly, Marjorie Devault, Samuel Gilmore, Lawrence McGill, Lori Morris e Robin Leidner. Um certo número de pessoas de outras instituições colaborou conosco: James Bennett, da University of Illinois-Chicago, Michal McCal, do Macalester College, Rachel Volberg, do New York State Office of Mental Health e Elihu Gerson e Susan Leigh Star, do Tremont Research Institute.

sociedade mostram os problemas comuns que todas estas representações envolvem e as diferentes soluções que as pessoas desenvolvem para situações diferentes.

Tentamos ser abrangentes em nossa comparação, incluindo (ao menos em princípio) todos os meios e gêneros que as pessoas usam ou usaram em alguma oportunidade. Embora isto não seja possível, tentamos evitar os *biases* mais convencionais, e incluímos não somente os formatos científicos respeitáveis e aqueles inventados por profissionais, mas também, igualmente, os que foram criados por artistas e por leigos. Uma lista sugerirá a gama de coisas que observamos: das ciências sociais, formas de representação tais como modelos matemáticos, tabelas estatísticas e gráficos, mapas, prosa etnográfica e narrativa histórica; das artes, romances, filmes, fotografias de cena e drama; da vasta área indefinida entre os dois, histórias de vida e outros materiais biográficos ou autobiográficos, reportagem (inclusive os gêneros mistos de docudrama, filme documentário e fatos ficcionalizados), e o contar de histórias, a feitura de mapas e outras atividades representacionais de leigos (ou de pessoas agindo na condição de leigos, como fazem até mesmo os profissionais a maior parte do tempo).

Modos de representação fazem mais sentido quando vistos num contexto organizacional, como maneiras que as pessoas usam para contar o que pensam que sabem, para outras pessoas que querem sabê-lo, como atividades organizadas moldadas pelo esforço conjunto de todas as pessoas envolvidas. Nós compreendemos rapidamente que nos concentrarmos em objetos — como se os assuntos de nossa investigação fossem tabelas, gráficos, etnografias ou filmes — seria um erro que provocaria confusão. Faz mais sentido olhar para estes artefatos como remanescentes congelados da ação coletiva, trazidos à vida sempre que alguém os utiliza, como pessoas que fazem ou lêem mapas ou prosa, fazem ou vêem filmes. Falar sobre *um filme* é uma redução para “fazer um filme” ou “ver um filme”.

Esta não é uma distinção qualquer. Concentrar-se sobre os objetos conduz erroneamente a atenção para aquilo que um meio é capaz de realizar formal e tecnicamente, para quantos “bits” de informação um monitor de televisão com um nível específico de resolução pode transmitir, ou para saber se um meio pura-

mente visual pode veicular noções lógicas tais como causalidade. Concentrar-se sobre a atividade organizada, por outro lado, mostra que aquilo que um meio pode fazer é sempre uma função da maneira como as restrições organizacionais afetam seu uso. O que as fotografias podem veicular é, em parte, moldado pelo orçamento, que indica quantas fotografias podem ser usadas e como podem ser exibidas, e quanto será gasto para fazê-las (quanto de filme e de tempo de fotógrafo serão pagos); e pelo volume e tipo de atenção que serão investidos por aqueles que as contemplarem para interpretá-las.

Ver organizacionalmente representações de conhecimento sobre a sociedade significa incorporar à análise todos os aspectos das organizações nas quais elas são feitas: estruturas burocráticas, orçamentos, códigos profissionais, características e aptidões do público são todos aspectos que marcam o falar sobre a sociedade. Os trabalhadores decidem como proceder para fazer representações, observando o que é possível, lógico, exequível e desejável, dadas as condições sob as quais as estão fazendo e as pessoas para quem as estão fazendo.

Faz sentido, numa analogia aproximada com a idéia de um mundo das artes (Becker, 1982), falar sobre produtores e usuários de representações: os mundos do filme documentário ou dos gráficos estatísticos, da criação de modelos matemáticos e das monografias antropológicas. Estes mundos diferem no conhecimento e poder relativos de produtores e usuários. Em mundos altamente profissionalizados, os profissionais fazem principalmente artefatos para serem utilizados por outros profissionais: pesquisadores científicos fazem seus relatórios e registros (ver Latour e Woolgar, 1979 e Latour, 1983, 1984 e 1985) para colegas que sabem tanto (ou quase tanto) quanto eles sobre o trabalho. No caso extremo, produtores e usuários são as mesmas pessoas, uma situação quase concretizada em mundos de tal esoterismo como os da criação de modelos matemáticos.

Membros dos mundos mais diferenciados compartilham de algum conhecimento básico, apesar das diferenças existentes em seu trabalho real. É por isso que alguns estudantes de sociologia que nunca desenvolverão um trabalho estatístico aprendem as versões mais recentes da análise multivariada. Outros profissionais fazem seu trabalho para pessoas leigas: cartógrafos fazem

mapas para motoristas que só sabem, sobre cartografia, o suficiente para chegar na próxima cidade, e produtores de cinema fazem filmes para pessoas que nunca ouviram falar em um *jump cut*. (É claro que estes profissionais em geral se preocupam igualmente com o que seus companheiros de profissão pensam sobre seus trabalhos.) Pessoas leigas, é claro, contam histórias, fazem mapas e anotam números umas para as outras. O que é feito, comunicado e compreendido varia entre estes ambientes típicos.

Isto torna inútil falar sobre mídia ou formas em abstrato, embora eu já tenha feito isso e vá continuar a fazê-lo neste ensaio. Termos abstratos como “filme”, “tabela estatística” são somente versões reduzidas para expressões como “tabelas-feitas-para-o-Censo” ou “grande-orçamento-para-filmes-tipo-Hollywood”. As restrições organizacionais do Censo e de Hollywood são mais bem compreendidas como parte do artefato produzido nestes locais. Portanto, nosso foco se diferencia do convencional, que trata o artefato como a coisa mais importante e as atividades através das quais ele é produzido e consumido como secundárias.

A forma e o conteúdo de representações variam porque a organização social molda não somente o que é feito, mas também o que as pessoas querem que as representações façam, que tarefa precisam que seja realizada (como, por exemplo, encontrar o caminho ou saber quais são as últimas descobertas em seu campo), e que padrões usarão para julgá-las. Uma vez que os usuários de serviços exigem que as representações dependam tão pesadamente de definições organizacionais, nós não nos preocupamos com o que muitas pessoas pensam ser um (sem dúvida o) problema metodológico principal: dada uma determinada tarefa representacional a ser realizada, qual é a melhor maneira de realizá-la? Fosse esta a questão, estabelecer-se-ia a tarefa — por exemplo, comunicar uma ordenação de números — e, então, ver-se-ia que maneira de organizar uma tabela comunicaria esta informação de forma mais honesta, adequada e eficiente (assim como pessoas comparam computadores observando quanto rapidamente podem encontrar números primos). Temos evitado deliberadamente julgamentos sobre a adequação de qualquer modo de representação, não pensando em nenhum deles como a medida segundo a qual todos os outros métodos teriam que ser julgados. Tampouco adotamos a posição ligeiramente mais relativista de



que, como as tarefas a realizar podem diferir, há uma maneira melhor para realizar cada uma delas. Esta postura tampouco representa um ceticismo relativista de nossa parte. Parece ser mais útil, mais provável de nos levar a uma nova compreensão, pensar sobre todas as maneiras de representar a realidade social como *perfeitas* — para alguma coisa. A questão é saber *para que* cada uma daquelas maneiras é boa. A resposta para isto é organizacional.

Apesar da diferença superficial entre gêneros e mídia, os mesmos problemas fundamentais ocorrem em todos os meios. A influência de orçamentos, o papel da profissionalização, que conhecimento o público precisa ter para que uma representação seja efetiva, o que é eticamente permissível ao se fazer uma representação — todos estes aspectos são comuns a todas as formas de produção de representações. Como são solucionados e tratados varia em função dos recursos e propostas organizacionais.

Tais problemas são debatidos em todos os campos nos quais são feitas representações. Romancistas se preocupam com os mesmos dilemas éticos que sociólogos e antropólogos, produtores de cinema compartilham de nossas preocupações com orçamentos. A literatura destes debates, assim como observações informais e entrevistas nestes campos, nos forneceram a maior parte de nossos dados. Achamos também que a literatura relativamente recente que se interessa pelos problemas de representação e retórica em sociologia da ciência foi de grande ajuda (ver, por exemplo, Gusfield, 1981, especialmente páginas 83-108; Latour e Bastide, 1983; Bazerman, 1981; Clifford, 1983; Geertz, 1983; Bennett, não publicado).

#### FAZENDO REPRESENTAÇÕES

Qualquer representação da realidade social — um filme documental, um estudo demográfico, um romance realista — é necessariamente parcial, menor do aquilo que se poderia vivenciar e achar disponível no ambiente real. É por isso que as pessoas fazem representações: para relatar somente aquilo que é necessário para fazermos o que nos propusemos a fazer. Uma representação eficiente diz tudo que se precisa saber para um objetivo determinado, sem desperdiçar tempo com o que não é necessário. Produtores e usuários de representações, portanto, devem reali-

zar várias operações sobre a realidade para chegar desta realidade à compreensão final da realidade social que querem comunicar.

**Seleção.** Todos os meios, em qualquer de seus usos convencionais, deixam de lado muito, de fato *a maior parte*, da realidade. Mesmo os meios que parecem mais abrangentes que as palavras e os números obviamente abstratos que empregamos omitem praticamente tudo: película (foto de cena ou filme) e vídeo deixam de lado a terceira dimensão, os odores etc. Representações escritas em geral deixam de lado todos os elementos visuais. Todos os meios omitem o que quer que aconteça depois que terminamos nossas atividades representacionais. Algumas vertentes de sociólogos gostam de salientar que as representações numéricas omitem o elemento humano, ou as emoções, ou significados simbolicamente mediados — eles utilizam o critério de completude para criticar o trabalho de que não gostam. Mas ninguém, nem usuários nem produtores, de fato chega algum dia a encarar a incompletude em si mesma como um crime. Em vez disso, reconhecem-na como a maneira de fazer este tipo de coisa. Mapas rodoviários, reproduções tremendamente abstratas e incompletas da realidade que representam, são perfeitamente adequados, mesmo para o mais duro dos críticos das representações incompletas. Eles contêm somente o que os motoristas necessitam para se deslocar de um lugar para outro (mesmo que orientem mal os pedestres).

Visto que qualquer representação deixa de lado elementos da realidade, as questões interessantes e pesquisáveis são as seguintes: Quais dentre os elementos possíveis são incluídos? Quem acha esta seleção razoável e aceitável? Quem se queixa delas? Que critérios as pessoas aplicam para estes julgamentos? Alguns critérios, para sugerir possibilidades, são relacionados ao gênero (“se não incluir isto [ou incluir aquilo] já não é realmente um romance [ou fotografia, ou etnografia, ou tabela ou...]”), ou ao profissionalismo (“é assim que estatísticos *de verdade* [ou produtores de filmes, ou historiadores ou...] sempre fazem”).

**Tradução.** Podemos pensar sobre a tradução, numa analogia bastante frouxa, como uma função que mapeia um conjunto de elementos (as partes da realidade que os produtores querem representar) transpondo-os para um outro conjunto de elementos (os elementos convencionais disponíveis no meio tal como ele é

utilizado correntemente). Antropólogos transformam suas observações de campo em descrições etnográficas padronizadas; pesquisadores que fazem “surveys” criam tabelas e gráficos a partir de entrevistas de campo; historiadores combinam suas fichas de arquivo em narrativas, perfis e análises; produtores de cinema editam e emendam o copião em tomadas, cenas e filmes. **Usuários de representações nunca lidam com a realidade em si mesma, mas, em vez disso, com a realidade traduzida em materiais e na linguagem convencional de um ofício específico.**

Maneiras padronizadas de fazer representações fornecem aos produtores um conjunto padronizado de elementos a ser empregado na produção de seus artefatos, inclusive materiais e suas possibilidades, tais como um filme com sua sensibilidade particular à luz, ou seja, tantos grãos de material sensível à luz e, assim, um nível específico de resolução que torna possível a representação de elementos de um certo tamanho, mas não menores; elementos conceituais, como a idéia de trama ou de personagem em ficção; e unidades convencionais de significado, como cenas ou apagamento, dissolvências\* ou outros mecanismos para indicar a passagem do tempo num filme.

**Os produtores esperam que elementos padronizados tenham efeitos padronizados, de modo que os consumidores de representações feitas com estes elementos responderão de maneiras padronizadas.** Poderíamos definir como “perfeitas” as representações feitas quando esta condição prevalece. Visto que esta condição nunca prevalece completamente, a situação mais interessante acontece quando ela é atingida de maneira suficiente para que a maioria das pessoas (e especialmente aquelas cuja opinião conta, porque são poderosas e importantes) reajam de modo suficientemente próximo daquilo que os produtores pretendiam, a fim de que o resultado seja “aceitável” para todos os envolvidos. O critério que define a aceitabilidade varia consideravelmente. Tomemos a questão da “transparência” da prosa, das tabelas e das imagens que as pessoas utilizam para relatar seus resultados científicos. Tanto os produtores quanto os usuários de representações científicas gostariam que as linguagens verbal, numérica e visual que empregam em seus artigos e relatórios fossem ele-

---

\* No original, “wipes” e “fades” (nota da revisora).

mentos neutros padronizados, que não acrescentassem nada àquilo que está sendo relatado. Como uma limpa janela de vidro limpo, os resultados poderiam simplesmente ser vistos através destas linguagens sem serem afetados pelo fato de serem vistos através de alguma coisa. Thomas Kuhn (1962) forneceu uma argumentação fundamentada de que tal linguagem científica descritiva “transparente” é impossível, de que todas as descrições são “carregadas de teoria”. Mais exatamente, é claro que mesmo a largura das barras num gráfico de barras, e o tamanho e formato dos tipos utilizados na confecção de uma tabela, sem mencionar os adjetivos numa narrativa etnográfica ou histórica, afetam nossa interpretação daquilo que é reportado. **Todavia, todos estes métodos de retratar a realidade social foram e continuam sendo aceitáveis para os públicos científicos, os quais se educaram no sentido de tolerar ou dar um assunto a estes efeitos dos elementos comunicativos que tinham aceitado como padrão.**

**Elementos padronizados têm os traços já encontrados em investigações dos mundos da arte. Eles tornam possível a comunicação eficiente de idéias e fatos, graças à criação de uma forma reduzida conhecida por todos os que necessitam do material. Mas, ao mesmo tempo, eles restringem o que o produtor pode fazer, pois qualquer conjunto de traduções faz com que dizer algumas coisas fique mais fácil e dizer outras fique mais difícil.** Para usar um exemplo contemporâneo, os cientistas sociais representam convencionalmente a discriminação racial e de sexo nas promoções no trabalho através de uma equação de regressão múltipla, um elemento estatístico padronizado amplamente utilizado, que informa que proporção da variação em promoções é devida aos efeitos independentes de variáveis separadas tais como raça, sexo, educação e antiguidade. Mas, como Charles Ragin e seus colaboradores (Ragin *et al.*, 1984) demonstraram, a maneira de representar a discriminação não responde às questões colocadas nem pelos sociólogos nem pelos tribunais. Ela não informa, e não pode fazê-lo, como as chances de promoção de um jovem rapaz branco diferem daquelas de uma velha senhora negra; ela só pode informar sobre o peso de uma variável como idade ou sexo numa equação, o que não é, em absoluto, a mesma coisa. Eles advogam tornar padronizado um outro elemento estatístico: o algoritmo de Boolean (detalhes podem ser encontrados no artigo recém-citado), que

representa a discriminação como diferenças existentes nas chances de promoção para uma pessoa com uma combinação particular daqueles atributos, quando comparadas com as taxas médias para a população como um todo. Isto é o que cientistas sociais e tribunais querem saber. (Argumentos relacionados e complementares são desenvolvidos em *Leiberson, 1985*.)

Algumas restrições sobre o que uma representação pode nos dizer advêm da maneira como a atividade representacional é organizada. Orçamentos organizacionalmente restritos — tempo e atenção assim como dinheiro — limitam o potencial de meios e formatos. O tamanho de livros e filmes é limitado pelo que as pessoas podem pagar para fazê-los, e pela capacidade das outras pessoas neles prestarem atenção. Se os produtores tivessem mais dinheiro, e as pessoas permanecessem sentadas por um tempo longo, cada etnografia poderia conter todas as anotações de campo e todas as etapas do processo analítico (a maneira que Clyde Kluckhohn [1945] considerou como a única apropriada para publicar os materiais de história de vida).

*Arranjo.* Os elementos de uma situação que uma representação descreve, tendo sido escolhidos e traduzidos, têm que ser arrumados numa ordem qualquer, de modo que os usuários possam absorvê-los. A ordem dada aos elementos tanto é arbitrária — podemos sempre ver como poderia ter sido feita de outra maneira — quanto determinada por modos padronizados de fazer as coisas, exatamente como são os elementos. Os arranjos montam narrativas a partir de elementos aleatórios. Eles comunicam noções tais como causalidade, de modo que aqueles que os observam vêem a ordem das fotografias de uma galeria ou num livro como significativa, vêem as fotografias anteriores como “condições” que produziram as “conseqüências” retratadas nas posteriores. Quando conto uma história (pessoa), histórica ou sociológica), os primeiros elementos “explicam” aqueles que surgem depois; as ações de um personagem num episódio se tornam evidências para uma personalidade que se revela em episódios posteriores (ver McCall 1985: 176-79). Estudantes de tabelas e gráficos estatísticos são particularmente sensíveis aos efeitos do arranjo sobre as interpretações (Dolby e Clark, não publicado).

Nenhum produtor de representações da sociedade pode evitar esta questão, pois, como muitos estudos demonstraram, usuários

de representações vêm ordem e lógica até mesmo num arranjo aleatório de elementos. As pessoas encontram lógica no arranjo de um fotógrafo, tenha ele ou não pretendido isso, e respondem a todas as expressões retratadas como “frívolas”, “sérias” ou “científicas”, independentemente do conteúdo do texto. Cientistas sociais e metodólogos ainda têm que tratar este assunto como um problema sério; o que fazer em relação a isso é uma das coisas que é passada adiante como saber profissional informal.

**Interpretação.** Representações só têm existência completa quando alguém as está usando, lendo ou assistindo, ou escutando e, assim, completando a comunicação através da interpretação dos resultados e da construção para si próprio da realidade que o produtor pretendeu mostrar. O mapa rodoviário existe quando eu o utilizo para chegar à próxima cidade, os romances de Dickens quando os leio e imagino a Inglaterra vitoriana, uma tabela quando a analiso e avalio as proposições que sugere.

Assim, o que os usuários sabem fazer interpretativamente torna-se uma restrição principal àquilo que uma representação pode realizar. Os usuários têm que saber e ser capazes de utilizar os elementos e formatos convencionais do meio e do gênero. Este conhecimento e capacidade nunca podem ser considerados como dados. Estudos históricos (e.g., Cohen, 1982) demonstraram que só depois de avançados século XIX adentro os americanos adquiriram “educação matemática” e, somente então, foram capazes de utilizar operações aritméticas padronizadas. Estudos antropológicos demonstram que aquilo que críticos literários como Roland Barthes e Susan Sontag insistem ser o apelo universal a nosso sentido de realidade incorporado em fotografias e em filmes não é nada disso. Campos mais profissionalizados têm a expectativa de que usuários se tornem consumidores de representações mais instruídos através da educação em universidades e escolas profissionais, embora a expectativa sobre o que deve ser conhecido varie de tempos em tempos. Nós esperamos que sociólogos adquiram um certo nível de sofisticação estatística (leia-se, em parte, “capacidade de ler fórmulas e tabelas”), mas poucos departamentos têm a expectativa de que seus estudantes saibam muito sobre modelos matemáticos.

Usuários interpretam representações encontrando as respostas para dois tipos de questões (sobre o entendimento de fotografias

como respostas potenciais às questões, ver Becker, 1974). Por um lado, querem conhecer “os fatos”: o que aconteceu na batalha de Bull Run, onde estão localizadas as comunidades faveladas de Los Angeles, qual é a renda média dos subúrbios de classe média (colarinhos brancos), qual a correlação existente entre raça, renda e educação nos Estados Unidos em 1980, como é “realmente” ser um astronauta — questões, nos mais variados níveis de especificidade, cujas respostas ajudam as pessoas a orientar suas ações. Por outro lado, os usuários querem respostas para questões morais: não somente qual é a correlação entre raça, educação e renda, mas também porque esta correlação é o que é, de quem é a culpa e o que deve ser feito a este respeito. Eles querem saber se a Guerra Civil, e, assim, a batalha de Bull Run, era “necessária” ou se poderia ter sido evitada; se o astronauta John Glenn é o tipo de homem que serve para ser presidente; e assim por diante numa avaliação mais superficial, quase todas as questões factuais sobre a sociedade ostentam uma poderosa dimensão moral, a qual contribui para as batalhas ferozes que ocorrem tão freqüentemente sobre o que parecem ser questões menores de interpretação técnica. Os erros estatísticos de Arthur Jensen perturbam aqueles que não são estatísticos.

#### USUÁRIOS E PRODUTORES

Uma importante dimensão organizacional é a diferença entre produtores e usuários de representações. Todos nós desempenhamos ambos os papéis, contando histórias e escutando-as, fazendo análises causais e lendo-as. Assim como em qualquer outra relação de serviço, os interesses dos dois conjuntos de partes em geral diferem consideravelmente, particularmente quando, como é tão freqüentemente verdade, os produtores são profissionais que fazem tais representações em tempo integral em troca de um pagamento, e os usuários são amadores que empregam tais representações ocasionalmente, de maneira habitual e sem avaliação (ver a análise clássica de rotina e emergência em Hughes, 1971: 316-25). Uma diferença principal entre o que poderíamos chamar de mundos representacionais é que conjunto de interesses predomina.

Em mundos dominados por produtores, as representações to-

mam a forma de um *argumento*, uma apresentação somente daquele material que ressalta os pontos que o produtor quer deixar passar e nada além disto (a literatura corrente sobre a *retórica* de escritos científicos citada anteriormente ressalta este aspecto). Quando o ato de fazer representações é profissionalizado, é provável que os produtores controlem as circunstâncias de sua confecção, por todas as razões apontadas por Everett Hughes: o que é extraordinário para a maioria das pessoas é o que elas fazem o dia inteiro. Mesmo que outros detenham poder substancial, os profissionais sabem tão mais sobre como manipular o processo que retêm grande controle. Outros participantes poderosos que sustentam a produção da representação por um período longo tipicamente aprendem o suficiente para superar incapacidade, mas usuários casuais raramente o fazem. Representações produzidas deste modo profissional em geral incorporam as escolhas e interesses dos produtores e, indiretamente, das pessoas que podem se dar ao luxo de contratá-los, e, assim, podem facilmente não mostrar as colinas sobre as quais um pedestre gostaria de estar informado.

Nos mundos em que predominam os usuários, as representações são utilizadas como *fichários*, arquivos a serem revisitados à procura de respostas para quaisquer questões que qualquer usuário competente possa ter em mente. Basta pensar na diferença existente entre um mapa de ruas que se compra numa loja e o mapa detalhado e com indicações que eu faço para que você chegue à *minha casa*. Representações leigas contêm tipicamente mais detalhes e respostas para os usuários do que as que são feitas por profissionais. (Um outro exemplo [discutido por Bourdieu, 1965] é a diferença existente entre fotografias instantâneas amadoras, as quais satisfazem a necessidade de quem as tira de ter documentos para mostrar a um círculo de amigos íntimos que conhecem a todos que estão no retrato, e fotografias realizadas por jornalistas, artistas e cientistas sociais, as quais são orientadas para os padrões das comunidades profissionais específicas.)

Alguns artefatos parecem ser essencialmente *arquivos*. Um mapa, afinal, parece ser um simples repositório de fatos geográficos e outros que usuários podem consultar para satisfazer seus próprios objetivos. De fato, mapas podem ser feitos de uma grande



variedade de maneiras, nenhuma delas uma simples tradução da realidade, as quais deram margem a que pessoas que antes não tinham voz pública, afirmassem que os mapas que dominam o pensamento mundial são “eurocêntricos”, já que as escolhas técnicas que incorporam levaram a resultados que arbitrariamente fazem a Europa e a América do Norte aparecerem como o centro do mundo. Isto é, estes mapas incorporam o argumento de que a Europa e a América do Norte são “mais importantes”.

Inversamente, intelectuais habitualmente ignoram os argumentos contidos nos ensaios acadêmicos que citam, meramente saqueando a literatura em busca dos resultados que possam ser colocados a serviço de *seus* objetivos. Em resumo, usam a literatura não como um corpo de argumentos, mas como um arquivo de resultados com os quais respondem a questões sobre as quais os autores originais nunca pensaram.

Dessa forma, argumentos e arquivos não são tipos de documentos, mas tipos de usos, maneiras de fazer alguma coisa, ao invés de objetos ou coisas.

#### ALGUNS PROBLEMAS ORGANIZACIONAIS: REPRESENTAÇÃO FALSEADA

Sociólogos da minha tradição habitualmente buscam uma compreensão da organização social através da procura de problemas, de situações nas quais as pessoas se queixam de que as coisas não estão acontecendo como deveriam acontecer. Descobrimos as regras e a compreensão que governam as relações sociais ao ouvirmos as pessoas reclamarem quando elas são violadas. Todo campo de atividade representacional é marcado por debates violentos e pesadamente moralistas sobre a maneira como as representações são feitas e utilizadas. Os gritos de “isso não é justo” e “ele trapaceou” soariam como brincadeiras de crianças de cinco anos, caso não houvesse tanto mais em jogo, e os assuntos com os quais se lida não fossem tão mais sérios. Análises do problema da *representação deturpada* ilustram a perspectiva sobre os problemas de método e técnica que esta maneira de encarar as coisas revela.

Por exemplo, os estudantes de Antropologia da Universidade de Papua, na Nova Guiné, se queixaram de que *Growing Up in New Guinea*, de Margaret Mead, era injusto, pois repetia as his-

tórias pejorativas que seus informantes lhe tinham contado sobre os ancestrais dos estudantes, por quem sempre nutriram desprezo. Os estudantes não se queixaram de que o relato de Mead não era verdadeiro; eles concordavam que aquelas pessoas haviam dito tais coisas. Tampouco se queixaram de que Mead tivesse apresentado as histórias como fatos. Em vez disso, se queixaram porque seus próprios ancestrais, os quais Mead não havia estudado, tinham o hábito de dizer coisas igualmente terríveis sobre estas outras pessoas, e que Mead não dera a elas espaço igual.

Estas queixas exemplificam a classe de reclamações que surgem do interesse próprio de cada um: "Você me fez parecer ruim [ou aos meus]!" O médico assistente chefe do hospital mental que Erving Goffman estudou queixava-se tristemente (na nota de pé de página que Goffman lhe concedeu) de que, para cada "coisa ruim" mencionada em *Asylums*, ele poderia ter oferecido uma "coisa boa" para contrabalançar: para a vitimização dos pacientes observada por Goffman, ele teria contado sobre o refeitório recentemente pintado (Goffman, 1961: 234). Os cidadãos e políticos de Kansas City, Missouri, se queixaram de que o censo de 1961 subestimou a população da cidade à razão de alguns poucos milhares de pessoas, impedindo-a, assim, de compartilhar dos benefícios que a lei estadual concedia a cidades de mais de quinhentos mil habitantes (uma lei concebida alguns anos antes para ajudar St. Louis). Quase todos cuja organização é filmada por Frederick Wiseman se queixam de que não tinham compreendido que iam acabar aparecendo daquele jeito.

A prática de reportagem mais ou menos ficcionalizada, como praticada por Norman Mailer, Truman Capote e Tom Wolfe, dentre outros, provocou um outro tipo de queixa. O ilustre jornalista John Hersey (1980) chamou atenção para o fato de que estes autores não somente faziam as coisas, mas insistiam no direito de poder fazê-las, em nome da mais alta verdade. Hersey argumenta que está tudo bem quando se escreve coisas rotuladas como ficção, coisas que estampem no rótulo a menção "ISTO FOI INVENTADO!", mas não em jornalismo. Neste caso,

o escritor não pode inventar. Deve-se ler nas palavras do rótulo: **NADA DISSO FOI INVENTADO.** A ética do jornalismo, se podemos nos permitir tal privilégio, deve ser baseada na ver-

dade simples de que cada jornalista conhece a diferença entre a distorção que advém da subtração de dados observados e a distorção que advém do acréscimo de dados inventados.

Hersey acrescenta, o que é interessante, que a distorção por omissão é aceitável, porque

o leitor presume a subtração [de dados observados] como uma coisa dada no jornalismo, e procura instintivamente pelo *bias*; no momento em que o leitor suspeita que houve acréscimos, a terra se abre sob seus pés, pois é aterradora a idéia de que não há meios de saber o que é real e o que não é. Ainda mais aterradora é a idéia de que mentiras são verdades.

Mas muitos críticos da imprensa escrita, falada e televisada (e.g., Molotch e Lester, 1974; Tuchman, 1978; Gitlin, 1980) se queixam exatamente de que ela deixa de lado o que as pessoas precisam para serem capazes de avaliar as questões com propriedade. E é fácil imaginar leitores que estariam à vontade “escorraçando instintivamente” os acréscimos, enquanto Hersey corre atrás de subtrações, na medida em que soubessem que era necessário fazê-lo; na realidade, imagino que muitos dentre os leitores de Wolfe, assim como leitores de jornal e espectadores de televisão, façam exatamente a mesma coisa.

Hersey, aceitemos ou não seus julgamentos, aponta para o núcleo sociológico dos conflitos sobre representações da realidade social. Nenhum relato, em qualquer meio ou gênero, submetido a não importa que regras estritas — nem mesmo nossas atualizadas e desenvolvidíssimas invenções — resolverá todos os problemas, responderá a todas as questões ou evitará todas as dificuldades potenciais. **Pessoas que criam relatos de qualquer tipo concordam sobre o que é suficientemente bom, que procedimentos devem ser seguidos para se atingir uma condição suficientemente boa, e que qualquer relato feito segundo estes procedimentos é suficientemente conclusivo para os propósitos usuais.** Estes procedimentos protegem os interesses profissionais e permitem que o próprio trabalho, e o trabalho daqueles que o utilizam, prossiga, garantindo os resultados como aceitáveis, confiáveis e capazes de suportar o peso colocado sobre eles pelo seu

uso rotineiro para os objetivos de outras pessoas. Estes padrões definem o que é esperado, de modo que usuários podem dar um desconto às limitações das representações feitas segundo eles e, pelo menos, saber com o que estão lidando. A análise de Hersey aceita este estado de coisas como padrão normal, e apropriado. Isto é o que tinha em mente quando disse anteriormente que todas as maneiras de fazer uma representação são “perfeitas”: que já é suficientemente bom que as pessoas a aceitem como o melhor que podem ter naquelas circunstâncias e que aprendam a trabalhar com estas limitações. As pessoas afirmam que representações deturpadas ocorreram quando os procedimentos padronizados não foram seguidos, de modo que os usuários são enganados ao pensarem que um contrato está em vigor quando, na realidade, ele não está sendo honrado.

As pessoas também afirmam que uma representação é deturpada quando seus interesses são prejudicados porque o uso rotineiro de procedimentos padronizados aceitáveis deixou de fora algo que, se fosse incluído, mudaria a interpretação do fato e, ainda mais importante, os julgamentos morais que as pessoas fazem com base na representação. Isto acontece geralmente quando alguma mudança histórica torna novas vozes audíveis. As pessoas que Mead estudou não liam monografias antropológicas e, assim, não podiam criticá-las, mas seus descendentes podem fazê-lo e o fazem.

De qualquer forma, o problema da representação deturpada é um problema de organização social, de uma barganha que foi certa feita definida como boa o bastante para todos, e que agora é redefinida como inadequada. Um grande número de problemas que perpassam os gêneros e os meios podem ser similarmente analisados em termos organizacionais: a ética da representação, o problema da autoridade de uma representação, ou a influência do contexto sobre o conteúdo.

#### CONCLUSÃO

Tudo isso implica uma visão relativista do conhecimento, ao menos no seguinte nível: A mesma realidade pode ser descrita de um enorme número de maneiras, visto que descrições podem ser respostas para qualquer uma dentre uma multidão de ques-

tões. Podemos concordar em princípio que nossos procedimentos nos devem permitir chegar à mesma resposta para a mesma questão, mas, na realidade, nós só colocamos a mesma questão quando as circunstâncias da interação e da organização social produziram consenso sobre este ponto. Isto acontece quando as condições em que vivem as pessoas permitem que elas vejam certos problemas como comuns, como problemas que demandam certos tipos de representação da realidade social em base rotineira, e, assim, criam as condições para o desenvolvimento de profissões e qualificações que produzem estas representações para o uso. Em consequência, algumas questões são colocadas e respondidas, enquanto outras, igualmente boas, interessantes e de valor, e mesmo cientificamente importantes, são ignoradas, ao menos até que a sociedade mude o bastante para que as pessoas que precisam destas respostas passem a controlar os recursos que lhes permitiriam obter uma resposta. Até lá, os pedestres continuarão a se surpreender com as colinas de São Francisco.

# Estudo de Praticantes de Crimes e Delitos

*I*dealmente, nós coletaríamos dados sobre desviantes observando-os enquanto realizam suas atividades características ou entrevistando-os sobre suas experiências.<sup>1</sup> Mas, ao estudar os desviantes, enfrentamos todos os problemas que a observação e as entrevistas ocasionam em qualquer grupo social, e alguns adicionais também; ou talvez ocorra que estes problemas sejam aumentados. Temos que descobrir pessoas que pratiquem o comportamento que queremos estudar. Temos que estabelecer em que grau as pessoas que encontramos se assemelham àquelas que não conseguimos encontrar. Temos que persuadir, manipular, coagir ou enganar as pessoas que encontramos para que nos forneçam os dados que precisamos para nossas análises.

Porém, o traço que torna o desvio de interesse para nós (ou pelo menos um dos traços) é precisamente o que faz o trabalho ser tão difícil. Devido ao fato de que a atividade em questão é geralmente estigmatizada e tem grande probabilidade de ser passível de punição legal, aqueles que se dedicam a ela não tornam o fato publicamente conhecido ou facilmente acessível. Podemos ter problemas para localizar praticantes dos delitos em que es-

---

<sup>1</sup> Absteve-me de entrar em quaisquer discussões complicadas de definição do que seja desvio. No texto que se segue, estarei falando sobre os problemas de estudar pessoas que se dedicam a formas de comportamento convencionalmente (e, em geral, legalmente) desaprovadas e os padrões de reação coletiva em meio aos quais se movimentam. Concentro-me basicamente em delitos tais como conduta sexual imprópria ou uso de drogas proibidas, mas ocasionalmente me refiro a várias formas de crime mais comuns também.

tamos interessados, ou em localizá-los de modo tal que nos permita obter alguma informação sobre seu desvio, porque eles não o praticarão em nossa presença, ou porque não admitirão para nós que o praticam. Ainda assim, têm sido realizados estudos do desvio, portanto a tarefa não é impossível.

#### A COLETA DIRETA DE DADOS

##### *Acesso e amostragem*

Fábricas não fornecem listas de empregados, incluindo nomes, endereços e números de telefone, a qualquer um que peça esta informação; nem os sindicatos dão listas de seus membros facilmente. Muitas universidades vendem listas de alunos ao público (em sua maior parte certamente para a conveniência de outros estudantes), mas nenhum hospital faz com que uma lista de pacientes esteja facilmente disponível (embora as mães que deram à luz recentemente às vezes fiquem imaginando de que outro modo todos aqueles vendedores conseguiram encontrá-las tão rápido). Em todos estes casos, contudo, a lista existe ou poderia ser compilada. Um pesquisador com credenciais e justificativas adequadas pode persuadir os proprietários da lista a colocá-la disponível para ele para propósitos de extrair uma amostra a partir da qual pudessem ser coletados dados. De forma alternativa, uma vez que os locais onde se desenvolvem atividades características sejam conhecidos de algum funcionário específico, o pesquisador pode, do mesmo modo, conhecê-los e utilizá-los como universo de amostragem.

Não existe nenhuma lista oficialmente completa deste tipo que enumere participantes de qualquer ato desviante. Suponho que, de certa forma, não poderia existir nenhuma, uma vez que estes atos não têm chancela oficial. Assim, o pesquisador tem que extrair sua amostra de um universo cujos limites, unidades e locais são fragmentariamente conhecidos por ele. A teoria convencional da amostragem infelizmente tem ignorado este problema; mas um enfoque convencionalmente matemático talvez não seja de grande ajuda. As estratégias de amostragem baseadas nas características sociológicas da população que interessa ao pesquisador têm uma probabilidade muito maior de serem mais frutíferas no estudo dos desviantes.

1. Se o pesquisador, na sua própria vida privada, obteve acesso a círculos nos quais a atividade desviante ocorre, pode usar este acesso para os propósitos da pesquisa. Fiz uso de meus contatos com músicos de conjuntos de baile (fui músico antes de ser sociólogo) para conseguir entrevistas sobre o uso de maconha, uma atividade então relativamente mais comum e mais aberta entre os músicos do que entre outras pessoas (Becker, 1963: 45). De modo semelhante, Ned Polsky (1967: 44-6) usou sua posição estabelecida de aficionado do bilhar para coletar dados sobre os profissionais da sinuca e suas atividades.

Esta estratégia resolve o problema do acesso de forma conveniente; pelo menos se conhece alguém que pode ser observado ou entrevistado, e pode-se tentar fazer com que este indivíduo o apresente aos outros e seja seu fiador, desse modo deflagrando uma espécie de amostragem em bola de neve. Uma vez que você seja conhecido, e uma vez que se saiba a seu respeito em sua condição anterior, surgem poucas dúvidas quanto à sua confiabilidade. Provavelmente é prudente revelar seus propósitos de pesquisa, porque suas perguntas provavelmente exigirão alguma explicação. Além disso, esta abertura explicará seu desejo — de outro modo injustificável — de conhecer mais e mais praticantes do delito em estudo. Se for possível dizer que, ao consentir em ser entrevistado, os desviantes estão ajudando o pesquisador (como um deles) a conseguir um título acadêmico ou um salário de cientista, pode ser que eles se mostrem muito dispostos a cooperar. Os desviantes que conhecem seus propósitos podem cooperar de tal forma que a “verdadeira história”, que eles sentem que podem confiar em você para contar, possa chegar ao público através de seu relatório de pesquisa. A participação do pesquisador será, é claro, limitada tanto pelo que é convencional dentro do grupo em estudo quanto pelo que você mesmo está disposto a fazer; mais pesquisadores, presumivelmente, estarão dispostos a participar em jogos de baralho depois do expediente do que a se dedicar à prostituição, ainda que os argumentos em favor da integridade dos dados sejam igualmente convincentes em ambos os casos.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Não tenho a intenção de argumentar que uma determinada maneira é melhor do que a outra, pois este julgamento depende do que se quer estudar. Não obstante, a escolha de método restringe aquilo a respeito do que se *pode*



A representatividade de seus dados depende do grau em que todos aqueles que se poderia querer estudar pertençam a uma rede interligada. Se, num extremo, a atividade for solitária (desfalque, cleptomania, masturbação), não há círculos dos quais se possa participar para ter acesso a objetos de estudo. Se todos os envolvidos conhecessem todos os outros, conhecer um significaria conhecer a todos, e a simples participação resolveria o problema. Se (como provavelmente era verdade quanto ao consumo de maconha quando fiz meu estudo original) vários mundos onde a atividade é realizada se sobrepõem apenas levemente, esta estratégia pode proporcionar uma boa cobertura de um subgrupo, mas apenas pontos de partida ou nada em absoluto quanto a outros grupos. Pode ser que isto ocorra em estudos sobre o homossexualismo, onde parece haver pouca sobreposição dos homossexuais discretos e respeitáveis estudados por Evelyn Hooker (1965, 1967), com os prostitutas adolescentes estudados por Albert Reiss (1961) ou os participantes de encontros em banheiros públicos estudados por Laud Humphreys (1970).

2. Quando se acredita que não se sabe nada e não se tem nenhum contato, o único método seguro de conseguir pelo menos algumas informações iniciais é entrevistar os desviantes que foram legalmente processados em consequência da detenção por ato desviante. Isto geralmente significa entrevistar desviantes encarcerados, uma estratégia que tem muito a recomendá-la. Como primeira vantagem, provavelmente não existe nenhum meio mais rápido de acumular uma amostra grande. Nenhum outro lugar tem tantos desviantes cujo desvio é publicamente conhecido e que, portanto, poderiam tanto falar com você quanto não. Além disso, algumas atividades ocorrem de modo tão privativo e solitário, que os sujeitos não poderiam ser encontrados de outra maneira. De que outro modo, por exemplo, poderia Donald Cressey (1953) ter encontrado malversadores de fundos para entrevistar? Os malversadores bem-sucedidos desaparecem, assim como o fazem as "pessoas desaparecidas" quando têm êxito. Só se pode encontrar os fracassados que foram apanhados.

---

falar. Compare, por exemplo, a dissecação detalhada de James Heslin (1967) dos menores traços do comportamento do jogador profissional com a análise necessariamente mais macroscópica em James H. Bryan (1965).

Isso, é claro, é uma das principais críticas aos estudos baseados em populações encarceradas: são usadas amostras que não são representativas de modo peculiarmente ruim, pois há motivos para supor que, no que diz respeito a muitas formas de desvio, aqueles indivíduos apontados que são apanhados diferem em habilidade, em modo de operação ou em algum outro aspecto importante que está ligado ao seu fracasso. Os criminosos profissionais, segundo se conta, se organizam para o “golpe” e, portanto, os amadores estão vastamente super-representados nas populações das prisões; e poder-se-ia argumentar que os amadores têm maior probabilidade de ter dificuldades psicológicas, com consequências óbvias para a validade das teorias etiológicas do desvio baseadas em tais amostras.

Uma segunda crítica de importância sugere que os desviantes encarcerados não falam ou agem como poderiam em seus habitats nativos, na mesma medida em que os animais que estão num zoológico não se comportam como se estivessem soltos. Não mais operando em suas circunstâncias normais, eles agora reagem a controles imensamente diferentes, e, particularmente, podem pensar que, ao contar sua história, têm a possibilidade de usar o pesquisador para influenciar as autoridades das quais seu destino depende. Talvez eles contem apenas “histórias tristes”, relatos autojustificativos de como chegaram a este ponto. Claramente, os estudos que usam populações encarceradas devem reconhecer as limitações que este estratagema introduz. Este estratagema não deve ser usado simplesmente por ser conveniente, mas apenas quando alguma razão mais poderosa de possibilidade estruturalmente restrita de acesso o exija.<sup>3</sup>

3. Se o desvio fosse coisa suficientemente comum, ao invés de ser uma ocorrência rara, poderia ser estudado aplicando-se questionários a amostras aleatórias da população total ou alguma aproximação disso, confiando neste procedimento de seleção para produzir um número suficiente de casos para estudo intensivo. Para atividades relativamente raras — vício em heroína ou incesto, por exemplo —, este método representa um desperdício incriveis. Porém, alguns estudos consideraram bastante justificável

---

<sup>3</sup> Polsky (1967: 117-49) argumenta energicamente em favor desta posição. D. W. Maurer (1968) faz fortes objeções a ela numa análise do livro de Polsky.

a suposição de que atividades desviantes específicas são comuns. Este é um mecanismo particularmente útil quando se tem algum outro motivo de pesquisa para o programa de entrevistas mais amplo. Desse modo, Alfred Kinsey e seus associados queriam estudar a atividade sexual em adultos humanos e entrevistou populações normais (assim como outras) a partir da suposição, que se mostrou correta, de que encontraria grandes números de pessoas que haviam praticado tanto várias atividades sexuais desviantes, quanto as “normais” presumivelmente mais disseminadas. Os estudos de auto-relato sobre delinquência (analisados em Hardt e Bodine, 1965) baseiam-se essencialmente no mesmo mecanismo, e Reiss (1961) descobriu “prostitutos homossexuais” adolescentes perguntando rotineiramente a rapazes entrevistados num estudo maior de delinquência, se haviam algum dia se dedicado à atividade.

Esta abordagem é provavelmente mais útil quando se está interessado na distribuição de uma grande variedade de atividades desviantes na população em geral. Torna-se progressivamente menos útil à medida que se focaliza em detalhe alguma atividade desviante, subcultura ou mundo específicos. Para estudar as perspectivas e estruturas características de tais mundos, precisa-se de informações detalhadas sobre outras pessoas com quem o entrevistado interage. Porém, embora um entrevistado que se oferece para uma entrevista no estilo Kinsey efetivamente concorde previamente em encarar questões sobre si mesmo como legítimas, pode ser que ele coloque um limite quando lhe for solicitado que “incrimine” outros, uma vez que nunca havia concordado com isso como tópico apropriado para discussão. Além disso, as exigências de um estudo maior podem interferir com estas investigações especializadas (embora não necessariamente, como demonstra o estudo de Reiss).

De qualquer modo, esta estratégia produz uma população de objetos de pesquisa se, mas apenas se, a atividade ocorrer comumente. Neste caso, os procedimentos do tipo de Kinsey irão gerar muitas informações, e deve-se tomar cuidados especiais que permitam investigações especializadas sobre tópicos específicos utilizando-se informantes e contatos produzidos pela seleção maior.

4. Uma variante do enfoque precedente pressupõe, da mesma forma, que as atividades desviantes, embora ocultas, ocorrem com

bastante freqüência. Ao invés de entrar em contato com grande número de pessoas e perguntar diretamente sobre suas atividades, contudo, podemos pedir voluntários em lugares onde seria provável que os desviantes que procuramos provavelmente ouviriam falar de nosso interesse de pesquisa e depois esperamos que eles apareçam. Nancy Lee (1969) usou esta estratégia no seu estudo de mulheres que haviam feito abortos ilegais.<sup>4</sup> Ela primeiro investigou entre suas próprias relações e depois pediu a médicos, clínicas de controle da natalidade e outras fontes similares para divulgar a informação de que queria conversar com mulheres que haviam vivenciado a experiência e estavam dispostas a serem entrevistadas sobre ela. Acabou conseguindo entrar em contato com uma centena de mulheres, que ou concederam entrevistas pessoais, ou responderam a um questionário para ela. Pode-se divulgar a pesquisa deste modo informal ou mesmo usar meios de comunicação públicos para tornar a pesquisa conhecida.

Este mecanismo produz voluntários dispostos a cooperar que falam livremente de suas experiências e atividades. A interação com eles não é problema, mas a amostragem se torna difícil. Acaba-se tendo só voluntários, por isso pode-se esperar — como o debate sobre a pesquisa de Kinsey sugeriu — que eles não representarão a gama completa de experiências e tipos sociais que podem ser encontrados no universo. Isso provavelmente funciona melhor quando se está investigando atividades que se espera que sejam razoavelmente comuns na população em geral ou, alternativamente, quando se tem conhecimento quanto à população especializada dentro da qual poderia ser produtivo fazer a divulgação. Pode ser que esta seja a única abordagem viável com atividades como o aborto, que cada participante pratica só uma vez ou poucas vezes, que não geram uma subcultura ou organização duradoura única daqueles que já tiveram a experiência, mas que são de interesse pelo menos potencial para algum grupo muito maior (como o aborto provavelmente é para as mulheres em geral).

5. Pode-se induzir desviantes a se revelarem oferecendo algum serviço que desejem e talvez não possam conseguir de outro modo

---

<sup>4</sup> Clark E. Vincent (1961) usou procedimentos semelhantes em seu estudo de nascimentos ilegítimos.

e, depois, aproveitando-se do conhecimento que se passa a ter, pedir dados de pesquisa. James Bryan (1965) começou seu estudo de *call girls* quando descobriu que uma paciente a quem estava ministrando psicoterapia tinha esta profissão, e a entrevistou. Como seria de se esperar, outras *call girls* que ela conhecia achavam que precisavam dos mesmos serviços terapêuticos, e Bryan conseguiu parte de sua amostra desse modo. Os desviantes frequentemente procuram fontes não convencionais de serviços médicos, legais e psiquiátricos, seja porque não têm condições financeiras de pagar pelo que está disponível convencionalmente, seja, como muitas vezes é verdade em relação aos serviços médicos, porque não gostam do constrangimento e da perturbação que vivenciam com os clínicos convencionais. Qualquer um que forneça estes serviços de graça ou de modo mais neutro conseguirá muitas pessoas para estudar.<sup>5</sup> As vantagens e desvantagens deste enfoque se parecem bastante com as do enfoque anterior.

6. Finalmente, o pesquisador pode se localizar nas áreas ou lugares onde os desviantes em que está interessado se reúnem habitual ou ocasionalmente, e depois simplesmente observá-los ou aproveitar a oportunidade para interagir com eles e coletar informações de modo mais direto e objetivo. Esta estratégia em alguns sentidos resolve o problema da amostragem de modo bem simples. Se encararmos como sendo o universo todos aqueles que praticam a atividade coletiva sob observação, aqueles que não aparecerem para serem observados por definição não pertencem ao grupo a ser estudado; os problemas surgem apenas ao considerarmos se existem outros lugares que poderiam ter sido observados, e ao avaliarmos como a atividade observada se encaixa em algum padrão maior de atividades correlatas. Por exemplo, é possível estudar bares de *gays*, mas pode-se apenas especular sobre como as atividades observadas ali se encaixam num padrão maior de atividades homossexuais na comunidade.

---

<sup>5</sup> O Dr. David Smith e seus colegas da Clínica Médica Livre de Haight-Ashbury chegaram a um nível de relacionamento tal com a população *hippie* daquela comunidade de São Francisco, que tiveram a possibilidade de coletar um grande número de informações importantes sobre uso de drogas e outros problemas médicos. Para examinar relatórios iniciais deste material, ver os artigos de Smith e outros no *Journal of Psychedelic Drugs*, publicado na clínica.

Outros problemas desta estratégia incluem encontrar os locais adequados para observação e escolher e desempenhar um papel apropriado quando estiver lá. Os locais podem muitas vezes ser facilmente descobertos com a ajuda de um informante com acesso às fontes. Um chofer de táxi experimentado pode muitas vezes dizer onde se encontram os bares de homossexuais, ou onde os cafetões e prostitutas ou ladrões e jogadores circulam. Os repórteres de jornais podem ter tipos semelhantes de informações, assim como donos de bares, policiais ou um membro isolado de um grupo desviante com quem já se tenha feito contato.

Supondo-se que tenha sido encontrado seu posto de observação, que papel você irá desempenhar quando estiver lá? As principais escolhas são disfarçar-se como um dos desviantes (já consideramos anteriormente o caso em que se chega a este papel honestamente), ser uma das pessoas que trabalham no lugar (uma garçonete num bar de homossexuais, p.ex.) ou se apresentar como pesquisador. A última opção dá maior liberdade para desenvolver seu interesse científico, pois não é preciso fabricar suas palavras e ações para que se tornem o que seria apropriado para um ocupante de qualquer um dos outros papéis, e pode-se, ao invés disso, perguntar e fazer uma grande variedade de coisas, dando como justificativa a ciência. Além disso, pode-se evitar a incriminação ou participação desagradável nas atividades desviantes pelo motivo razoável de que, embora o pesquisador seja talvez simpático a elas, suas inclinações pessoais pendem em outra direção. Muitos pesquisadores acham, todavia, que ser conhecido como uma pessoa de fora limita severamente a quantidade de informações que se pode obter. Não conheço nenhuma evidência definitiva quanto à questão, mas já foram realizados estudos informativos com este método, sugerindo assim que a limitação pode ser superada.

Se o cientista social quiser estudar ambientes nos quais não exista oportunidade de se apresentar como pesquisador, provavelmente não terá outra opção a não ser fazer-se passar como desviante. Se não for visto como desviante pelos outros nestas situações, será considerado um turista, policial ou alguma outra coisa indesejada, e as pessoas que quer estudar simplesmente se absterão da atividade que ele veio observar enquanto estiver lá, ou talvez o façam sair para que a atividade possa recomeçar (Sherri Cavan [1966: 216-26] descreveu como os *habitués* de um

não deveríamos confundi-lo com um relato de como uma certa coisa veio a ocorrer (ver Mills, 1940).

Esta cautela se aplica com força excepcional a estudos de desviantes. Se as atividades incomuns deles já tiverem despertado a atenção de amigos, parentes, colegas e representantes da lei, já terá sido repetidamente perguntado a eles por que fizeram o que fizeram. Ao pensar nas dificuldades que têm tido, talvez eles façam a mesma pergunta a si mesmos. E assim eles provavelmente têm respostas armazenadas e histórias tristes prontas para a versão do pesquisador da velha pergunta de sempre.

É muito mais eficaz, se se quiser conhecer a seqüência de eventos que conduz a algum padrão de atividade desviante, perguntar *como* a coisa aconteceu. “Quando você fez X pela primeira vez?” “Como aconteceu que você veio a fazer isso?” “Depois o que aconteceu?” “E isso deu no quê?” As perguntas que sondam em busca de detalhes concretos de eventos e sua seqüência produzem respostas que são menos ideológicas e mitológicas, e mais úteis para a reconstrução de vivências e eventos passados. Este tipo de questionário pode e deve incluir perguntas sobre os aspectos subjetivos de eventos: “O que você pensou quando isto aconteceu?” “Como você se sentiu em relação a isso?” Mas as respostas para tais perguntas devem ser interpretadas no que diz respeito ao contexto histórico de eventos revelado através das outras perguntas. Se as entrevistas forem realizadas como parte de um programa de observação de campo, o pesquisador pode concentrar suas perguntas nos eventos correntes, pedindo simplesmente descrições do que está acontecendo e explicações sob a forma de descrições de outros fenômenos com probabilidade de serem de interesse. Embora as discussões doutrinárias gerais tenham algum interesse, precisa-se de dados específicos ligados à situação para a análise detalhada de estruturas sociais e carreiras individuais.

Em geral, perguntar por que alguma coisa aconteceu transfere para o entrevistado o trabalho analítico que o próprio pesquisador devia estar fazendo. Uma entrevista deve obter as descrições concretas a partir das quais tal análise pode ser feita, ao invés da análise amadora que o entrevistado poderia ser capaz de fornecer.

*Gíria.* As atividades desviantes tendem a gerar uma linguagem especial, pelo menos para descrever os eventos, pessoas e objetos esotéricos envolvidos, e talvez por uma questão de diferenciação

simbólica dos não-desviantes também. Como deve o pesquisador levar em conta esta linguagem?

Ele tem, é claro, que acabar por aprender a compreendê-la. Mas não precisa ser rápido demais para demonstrar isso, pois pode obter informações muito boas insistindo para que seus informantes e entrevistados expliquem a linguagem especial a ele. Ao fazê-lo, eles terão que dar as explicações e fornecer os exemplos que ele precisa para sua análise. Muitos pesquisadores acham difícil fingir ignorância ou admiti-la quando é real, querendo parecer bem informados, seja para fazer com que se sintam bem ou para assegurar ao entrevistado que ele pode falar com segurança, e que o que for dito será compreendido. A última razão pode ser verdadeira, mas a outra alternativa deve ser considerada. (Se o pesquisador está se fazendo passar por um membro da sociedade desviante, então tem, é claro, que exibir o grau necessário de habilidade lingüística.)

Qualquer que seja a solução dada pelo pesquisador a este dilema, ele deve, como deveria no estudo de qualquer forma de ação coletiva, prestar estrita atenção às nuances de linguagem. Termos incomuns ou usos incomuns de palavras convencionais assinalam áreas de interesse especial para as pessoas em estudo e propiciam uma cunha analítica de entrada, como aconteceu com o termo "square" no estudo dos músicos (Becker, 1963: 85-91) ou o termo "crock"\* no estudo dos alunos de medicina (Becker e Geer, 1957). As diferenças no uso da *gíria* dos desviantes podem servir como indicadores úteis de diferenças de geração entre membros do grupo, de diferenças de grau de envolvimento nas suas atividades ou de diferenças no segmento do mundo desviante a que se pertence (Lerman, 1967).

*Variação organizacional.* As atividades desviantes, como a discussão do acesso aos informantes deve ter tornado claro, podem ter lugar de maneira solitária, com cada desviante constituindo um mundo privado em si mesmo, ou podem, no outro extremo,

---

\* Preferimos aqui por não traduzir, uma vez que a referência é a termos específicos da língua inglesa, na qual se processou a pesquisa. Literalmente, "square" significa quadrado, e "crock" é termo empregado para descrever um paciente queixoso cujas moléstias são, na maior parte, imaginárias ou psicossomáticas. Entretanto, em função da especificidade do contexto, no Capítulo 2 traduzimos o termo por "pitiático" (nota dos tradutores).



ocorrer em um mundo complexo e segmentado. No último caso, o pesquisador deve fazer da estrutura desse mundo um tópico de estudo, usando aquele conhecimento, à medida que se acumula, para propósitos de amostragem também.

Em mundos mais complexos, um eixo de diferenciação típico que o pesquisador deve procurar se centra na relação das atividades desviantes com o mundo convencional. Um grupo acredita que o segredo é a melhor política e agirá segundo esta norma. As “bichas enrustidas” do mundo homossexual, os maconheiros silenciosos reconhecem que, por um certo preço em espontaneidade e prazer, eles podem realizar atividades desviantes sem jamais revelar a pessoas de fora o que fazem. Um outro segmento freqüentemente se opõe a tal prudência, insiste em “exibir” seu desvio publicamente, tem muitos problemas em consequência, luta por “direitos iguais” para sua forma de desvio, pode apoiar organizações de “defesa” (tais como NORML e a Mattachine Society) e são em geral muito mais visíveis para os pesquisadores, assim como para o público, do que o primeiro grupo.

Além disso, o pesquisador pode descobrir segmentos definidos pelo grau de envolvimento diferenciado de seus membros nas atividades características desse mundo desviante. Algumas pessoas poderiam razoavelmente ser chamadas de profissionais: fornecedores de itens necessários usados pelos membros, proprietários de locais e estabelecimentos onde as atividades têm lugar ou prestadores de serviços especializados. Atacadistas de drogas, proprietários de cassinos ou bares de *gays* e prostitutas homossexuais exemplificam este segmento. Um outro segmento consiste de membros habituais profundamente envolvidos, pessoas que participam freqüentemente de atividades caracteristicamente desviantes: “travestis”, viciados e assemelhados. Ainda outros participam apenas ocasionalmente, são muito menos comprometidos com “a vida” e têm uma vida correspondentemente complexa no mundo convencional, e esta é mais importante para eles: o usuário de drogas ocasional, a prostituta em meio expediente. Finalmente, há os turistas, experimentadores e iniciados que, mesmo enquanto investigam o mundo desviante, ainda retêm para si mesmos a opção de não ter nada a ver com isso afinal.

O pesquisador deve procurar estas formas típicas de diferenciação e organizar seu trabalho de modo a ganhar algum tipo de

acesso a cada uma das partes. Alternativamente, ele deve aprender pelo menos o bastante sobre o assunto para saber como o que observou ou lhe foi informado se posiciona em relação ao resto daquele mundo que ele não teve condições de explorar integralmente. Para muitos propósitos sociológicos, ele não precisa ter amostras de todos os segmentos em números representativos; isto é, os membros dos vários segmentos em sua amostra não precisam constituir as mesmas proporções de sua amostra total que apresentam no universo. Seu primeiro objetivo deve ser geralmente descobrir a gama integral de tipos sociais, papéis, adaptações e estilos de vida que cercam a atividade desviante que está estudando, pois a descoberta de um novo tipo tem probabilidade de ter grande importância teórica.<sup>7</sup>

*Situações típicas.* Certas situações e eventos típicos surgem na relação com a maioria das atividades desviantes; procure por eles e torne-os o foco do estudo. Vale a pena, antes de tudo, obter uma boa compreensão da atividade desviante em si, na medida em que ocorra publicamente o bastante para ser observada ou seja comentada livremente o bastante para permitir tal compreensão. Ao aprender sobre a atividade, passa-se a apreciar as contingências de ação que ela cria e os efeitos que estas têm sobre outros aspectos da ação coletiva na comunidade desviante. Uma vez que as pessoas leigas possuem muitas crenças sem fundamento sobre as atividades desviantes, das quais o sociólogo, por falta de melhor conhecimento, provavelmente compartilha, deve-se observá-las simplesmente para se livrar destas concepções; aprender, por exemplo, que os usuários de drogas não se dedicam tipicamente a orgias sexuais em seguida à ingestão de drogas. Além disso, a atividade em si pode ser de grande interesse teórico. O estudo de Humphreys sobre as atividades homossexuais em banheiros públicos, por exemplo, representa um caso extremo de atividade coordenada que ocorre com base numa barganha tácita, um tópico que Thomas Schelling (1963) abordou em nível muito mais abstrato.

Outras situações típicas que merecem atenção especial incluem o processo através do qual os iniciantes são introduzidos na ati-

---

<sup>7</sup> Um perspectiva geral do desenvolvimento da teoria a partir de dados de pesquisa é apresentada por Barney G. Glaser e Anselm L. Strauss (1967).

vidade desviante e ensinados a realizá-la, e o processo concomitante pelo qual são admitidos no tipo de comunidade que possa existir em torno da atividade. As festas de “debutante” dadas para alguns homossexuais são um exemplo extremo e formalizado disso, mas atividades análogas mais informais são comuns, exceto, é claro, quando a atividade é realizada de modo solitário; mesmo assim, a pessoa pode inventar tais ocasiões para si mesma, como o fazem os travestis quando aparecem em público com roupas do outro sexo.

Em comunidades desviantes mais organizadas, procure por situações educacionais mais ou menos formais, nas quais o iniciante aprende a cultura da comunidade desviante. Bryan (1966) descreve o elaborado procedimento através do qual se ensina a uma *call girl* sua profissão e a ideologia associada a ela; mas ele mostra também que as garotas aprendem a ideologia, mas não acreditam nem agem de acordo com ela ou permitem que influencie suas outras idéias — uma advertência importante para os sociólogos que assumem a noção de subcultura desviante como dada, ao invés de como algo a ser descoberto empiricamente em cada caso.

Uma vez que a atividade desviante é às vezes ilegal e sempre estigmatizada, os desviantes descobertos pela comunidade convencional podem esperar ser publicamente rotulados de desviantes, sofrer várias sanções e ter a ordem normal de suas vidas violentamente interrompida e alterada. Faça questão de observar ou de perguntar às pessoas sobre as situações em que os desviantes são detidos, as conseqüências da detenção e seus efeitos sobre outros aspectos de suas vidas. Além disso, procure o efeito deste elemento constante de perigo sobre a organização da comunidade desviante e as atitudes diferenciadas em relação a ele, assim como as ações de segmentos da comunidade a seu respeito.

#### ENFOQUES INDIRETOS

Além dos métodos diretos que acabamos de discutir (ou, em casos raros, ao invés deles), o pesquisador pode empregar várias formas indiretas de chegar até seu objeto. Ele pode observar e perguntar a respeito das operações de pessoas, grupos e organizações correlatas, e pode também buscar diversos tipos de literatura e registros em arquivos que sejam úteis.

*Outras pessoas*

Podemos aprender sobre as contingências das vidas e organizações desviantes estudando as operações de profissionais que entram em contato com eles. Quem são estas pessoas vai depender do tipo de desvio estudado, mas dentre os candidatos prováveis à nossa atenção se incluem médicos (sobretudo psiquiatras), que podem ser convocados para fornecer serviços de tratamento ou diagnóstico; advogados, que servem de promotores, defensores ou conselheiros; e a polícia, pública e particular, que pode ser oficialmente encarregada de fazer cumprir as leis que proíbem a atividade desviante ou cujos membros podem ter decidido por si mesmos que deviam fazê-lo. O que estas pessoas fazem precisa ser levado em consideração, por causa de seus efeitos imediatos sobre as pessoas que estudamos, e porque às vezes achamos mais fácil observar certas atividades fundamentais participando como uma delas ou em sua companhia. Por exemplo, é provavelmente mais fácil, pelo menos para um pesquisador homem, descobrir algumas coisas sobre a operação das prostitutas observando, como fez Jerome Skolnick (1967), os membros do grupo de combate ao delito enquanto fazem seu trabalho diário de regular e prender meretrizes.

Além disso, os especialistas acumulam uma grande quantidade de experiência prática e sabedoria informal. Sabem que tipos de coisas acontecem, quem é quem na comunidade desviante e onde podem ser encontrados, conhecem a história local relevante e uma variedade de outras coisas que um pesquisador pode usar. O cultivo criterioso de informantes nestes grupos secundários é uma prática sábia.

Podemos desejar também estudar as atividades de não-desviantes não-especialistas, de pessoas leigas comuns cujas próprias ações ocasionalmente figuram de modo importante nas vidas e experiências de desviantes. As pessoas leigas mais importantes de serem observadas são os membros da família, colegas de trabalho e membros do público em geral. Vários estudos (e.g., Sampson *et al.* 1965) investigaram as reações de membros da família ao fato da suspeita de doença mental num membro da família. O notável estudo de Edwin Lemert (1962) sobre a paranóia usou dados coletados com membros da família e colegas de trabalho

para demonstrar que as ilusões paranóicas de perseguição não eram ilusões, que estes outros, conforme seu próprio depoimento, realmente fizeram as coisas das quais o suposto paranóico se queixava. Richard Schwartz e Jerome Skolnick (1962) usaram uma engenhosa técnica experimental de campo para mostrar que os empregadores tinham menor probabilidade de oferecer emprego a candidatos que tivessem sido julgados ou condenados por um ato criminoso.

Os estudos das atitudes e ações do público em geral podem ser bastante reveladores, sobretudo no que diz respeito às questões relativas a quando os rótulos de desviante são aplicados e quais são as conseqüências desta aplicação. John I. Kitsuse (1962) consultou leigos sobre seus contatos com homossexuais, descobrindo que havia pouco consenso quanto a que tipo de comportamento identificava alguém como sendo homossexual, assim como uma grande variação nas reações a tal identificação, desde agressão violenta a completa indiferença.

### *Estatísticas oficiais*

A confiança que os sociólogos depositavam nas estatísticas oficiais coletadas sobre o desvio provocou numerosas críticas severas e reveladoras. Acho que está claro, agora, embora alguns possam discordar, que a estatística policial, por exemplo, nos diz mais sobre a polícia do que sobre os criminosos, refletindo o grau em que os membros da corporação resolvem agir contra desviantes potenciais na comunidade. Porém, quando estudamos o desvio, podemos querer saber sobre o comportamento policial, de modo que a mesma estatística, assim interpretada, torna-se uma fonte valiosa, contando-nos a respeito dos níveis de atividade repressiva e sugerindo possíveis variações em tal atividade em relação aos subgrupos na comunidade desviante. (Ver Kitsuse e Cicourel, 1963; Cicourel, 1967; e Biderman e Reiss, 1967.)

Embora seja duvidoso considerar que a estatística policial pode ser usada acriticamente para saber sobre a etiologia ou as causas do desvio, ela pode ser usada em conjunto com outras informações para aprender muitas coisas de valor, sobretudo quando não há nenhuma outra maneira prática de coletar informações. O estudo de Mary Owen Cameron sobre o furto em lojas (1964) comparava

registros policiais e jurídicos com os registros muito mais completos feitos pelos detetives das lojas que originalmente haviam detido os ladrões, além dos comentários dos próprios detetives sobre seus próprios procedimentos de detecção, para chegar a estimativas da distribuição étnica, etária e de classe social dos ladrões de loja.

Como sugere o exemplo acima, a polícia não é a única a fazer registros potencialmente úteis. Muitas formas de desvio nunca atraem a atenção da polícia, sendo combatidas através de instituições de policiamento privadas, como ocorre com o roubo industrial e o desfalque, ou por leigos de maneira mais informal. As instituições que oferecem serviços a desviantes às vezes possuem registros úteis e talvez mesmo colem dados para uma pesquisa própria que pode ser adaptada para uso sociológico. O pesquisador deve seguir a pista destes depositários potenciais de registros. Uma vez que os tenha localizado, terá que investigar cuidadosamente como foram compilados — quem coletou as informações, sob que circunstâncias, de quem, usando que perguntas ou forma de coletar dados — antes de decidir a que uso eles podem servir. Nenhum registro de instituição deve ser aceito como preciso sem exame; do mesmo modo, nenhum registro de instituição deve ser desprezado como sem valor antes de uma avaliação e análise cuidadosas de como eles foram feitos.

### *Fontes publicadas*

Várias fontes publicadas podem conter informações úteis, dependendo da forma de desvio. As revistas profissionais e científicas muitas vezes contêm artigos sobre formas de desvio e tópicos correlatos. Se o interesse for por uso de drogas ou conduta sexual imprópria, por exemplo, as revistas policiais, legais, psiquiátricas, farmacológicas e médicas têm boa probabilidade de serem úteis. A maioria das formas de desvio provoca diagnósticos de doença mental por parte de alguém, de modo que as revistas psiquiátricas são fontes particularmente frutíferas. Deve-se consultar rotineiramente o *Quarterly Index Medicus* e os *Psychological Abstracts* para obter informações sobre esta literatura, e sua contrapartida apropriada no campo do Direito para obter notas de análise jurídica, discussões de política pública e coisas semelhantes. Ao

usar esta literatura, não se esqueça de que os fatos que ela relata não foram coletados por sociólogos com propósitos sociológicos. Muito ao contrário. Será necessário uma distinção cuidadosa entre os fatos relatados (tendo em mente que fatos importantes podem não ter sido relatados) e as teorias e opiniões incluídas. Os primeiros podem ser usados para testar suas próprias teorias. As últimas podem fornecer material rico para uma análise das ideologias sobre os aspectos da atividade desviante que são considerados como “problema”. O trabalho de Alfred Lindesmith sobre viciados em opiáceas (1968) propicia um modelo clássico de ambos os usos da literatura existente. Ele usa casos relatados por médicos para testar sua própria teoria, reinterpreta resultados anteriores e usa as teorias dos médicos e agentes de repressão como dados para uma interpretação do problema social do vício.

Uma outra fonte de dados importante consiste nas audiências legislativas. As audiências municipais, estaduais e federais frequentemente lidam com problemas de desvio, uma vez que muitas vezes a ação legislativa é considerada necessária para se lidar com os problemas causados pela atividade desviante. Os legisladores e as equipes de suas comissões interrogam testemunhas de muitos tipos: policiais, proponentes de mudanças nas leis, gente que alega ter desrespeitado a lei, e assim por diante. Nem sempre eles fazem as perguntas que nós gostaríamos que fizessem, mas o fazem com freqüência suficiente; e às vezes fazem perguntas que talvez não nos ocorressem. Quando as testemunhas forem intimadas, os investigadores podem conseguir respostas para as perguntas, sob juramento, que os sociólogos talvez gostassem de fazer, se tivessem coragem. Parte do material das audiências da comissão do Senado presidida por Estes Kefauver sobre o crime organizado fornece material inestimável para uma análise desse elusivo tópico.

Muitas formas de literatura popular — jornais, revistas, livros — contêm material que pode ser usado para análises de estereótipos populares dos desviantes e para análises da propaganda concebida para modelar estes estereótipos. Thomas Scheff (1966: 55-101) analisou quadrinhos, piadas e outras formas de cultura popular para demonstrar como tratamento dado ao desvio residual ensina aos membros de nossa sociedade as categorias de “são” e “insano”. Usei a incidência de artigos populares sobre ma-

conha como uma medida da atividade de propaganda relacionada a passagem de uma lei federal proibindo seu uso (Becker, 1963: 141), e Jerry Mandel (1966) traçou a história do estereótipo do assassino relacionado ao uso do haxixe. Muito poucos trabalhos deste tipo foram feitos, e muitas possibilidades permanecem por ser exploradas.

Finalmente, os grupos organizados de desviantes muitas vezes produzem uma literatura autojustificante que pode também desempenhar algumas das funções de uma revista de um ramo profissional: documentos autobiográficos, relatórios sobre aspectos médicos, legais e científicos do desvio, editoriais denunciando discriminação e repressão, notícias de eventos importantes e anúncios de outras revistas e livros de interesse para os praticantes daquela atividade em particular (tais como revistas facilmente encontráveis publicadas por grupos nudistas e homossexuais). Este material serve, como sugeri no que diz respeito a outras fontes publicadas, tanto como um armazém de fatos para testar suas próprias teorias quanto como matéria-prima para uma análise de ideologia. Além disso, tais revistas podem ser usadas para pôr anúncios pedindo possíveis sujeitos de estudo; Taylor Buckner (1964), por exemplo, chegou a alguns travestis desta maneira.

#### PROBLEMAS ÉTICOS

Todo tópico de estudo sociológico concebível é provavelmente um assunto de preocupação moral para alguém e, portanto, coloca problemas éticos e morais para o pesquisador. O desvio certamente coloca, e, assim como os problemas técnicos já considerados anteriormente, os problemas morais centram-se no *status* de desviantes das atividades e pessoas estudadas. Que atitude devemos tomar em relação a este *status* de desviante? Como deveríamos reagir a estas atividades?

#### *Conhecimento de culpa*

A não ser que estudemos desviantes detidos, inevitavelmente conheceremos coisas que, dentro de uma construção estrita da lei, deveriam ser relatadas à polícia. Se realmente relatarmos o que sabemos, provavelmente não teremos condições de continuar



nossa pesquisa. Para sermos mais precisos, provavelmente teremos — explícita ou implicitamente — violado um acordo que fizemos com as pessoas que estudamos, um acordo de não usar as informações que obtivemos para causar danos às pessoas que as fornecem a nós. Se as pessoas estudadas souberem que estamos fazendo pesquisa, necessariamente terão pressuposto a existência deste acordo de nossa parte (ver Hughes, 1971: 524-9). Se os estivermos estudando secretamente, coletamos informações de uma maneira que qualquer outro cidadão poderia tê-lo feito, e não vejo nenhuma diretriz que se aplique ao sociólogo *qua* sociólogo. Acho repugnante e desonroso usar informações assim obtidas para destruir o caráter e as vidas das pessoas, embora não conheça nenhuma base científica para este julgamento. Mas isto não é necessário; a ética pessoal de cada um deve ser o bastante. Não pretendo com isso dizer que o uso de dados coletados secretamente de formas que não causem dano ao respondente é imoral. Ao contrário, tais dados podem ser usados para fins profundamente morais, como quando Humphreys (1970) usa sua análise de encontros homossexuais em banheiros públicos para mostrar como os participantes destes encontros eram vítimas da ação da polícia.

E se os agentes de repressão requererem acesso aos nossos dados? Tanto quanto eu sei, isso ainda não aconteceu, mas provavelmente acontecerá em breve, na medida em que o desvio e a marginalidade política forem se tornando mais entrelaçados, tanto de fato quanto na cabeça dos agentes de repressão. Lewis Yablonsky (1968) sugeriu que nos entendêssemos antecipadamente com os funcionários envolvidos para obter imunidade, e que buscássemos conseguir amparo legislativo para nos livrarmos destas contingências. Porém, os entendimentos antecipados podem exigir que façamos acordos que preferiríamos não fazer (embora isso não seja necessariamente assim); parece-me improvável que a curto prazo se obtenha imunidade legislativa. Atualmente, acho que devemos estar dispostos, se houver oportunidade, a proteger os nossos informantes como têm feito alguns jornalistas, mesmo à custa de sanções legais.

### *Participar ou não?*

Os pesquisadores freqüentemente sentem que, se quiserem

compreender plenamente os desviantes que estudam, devem tomar parte eles mesmos na atividade proibida. Querem compartilhar a própria experiência, e também a sensação de ilegalidade, a fim de melhor estruturar hipóteses e interpretar dados. Mas a atividade pode parecer desagradável para eles, assustadora, imoral, repugnante ou qualquer combinação dessas coisas. O que devem fazer?

É indiscutível que não é preciso praticar uma atividade para compreendê-la. Se não for indiscutível, a proposição é pelo menos uma pressuposição necessária, se pretendermos ter uma ciência social da comunicação. Do contrário, nenhum sociólogo branco poderia escrever sobre negros ou um negro sobre brancos; homens não poderiam escrever sobre mulheres ou mulheres sobre homens. Apesar das ânsias românticas dos pesquisadores e das fortes convicções ideológicas de alguns desviantes, as exigências científicas não nos forçam a participar de atividades desviantes.

Porém, nossos propósitos científicos muitas vezes requerem que nós saibamos a respeito de atividades e observemos atividades que talvez desaprovemos pessoalmente. Acho que é igualmente indiscutível que não se pode estudar desviantes sem abandonar um moralismo simplório que exige que nós denunciemos abertamente qualquer atividade deste tipo em todas as ocasiões. De fato, o pesquisador deve cultivar uma atitude deliberadamente tolerante, tentando compreender o ponto de vista a partir do qual seus sujeitos empreendem as atividades que ele acha desagradáveis. Um moralismo que exclui a investigação empírica, decidindo *a priori* questões de fato, é cientificamente imoral.

### *Quem lucra?*

Uma última questão ética surge porque a investigação de qualquer área de desvio habitualmente refuta alguma parcela do corpo geral de crenças convencionais. Instituições importantes, tendo divulgado as visões desacreditadas ou as aceitado tacitamente, se vêem sob ataque porque a investigação demonstra que elas estavam erradas. Com certeza uma investigação pode ter igual probabilidade de desacreditar visões anti-sistema em relação à questão; mas, neste caso, ninguém de qualquer importância estabelecida apoiou estas visões ou tem algo a perder quando elas

são refutadas. Portanto, a pesquisa poderia demonstrar que, ao contrário de afirmações encontradas em parte da literatura homófila, os homossexuais não são mais sensíveis do que os homens normais. Isto não causará o furor que poderia ser deflagrado se a pesquisa demonstrasse que eles eram menos neuróticos que os homens normais, pois isso desacreditaria as visões de importantes porta-vozes da medicina, psiquiatria e direito.

Este não é o lugar para discorrer sobre esta argumentação em detalhe (ver Becker, 1967a e 1970c: 105-22). Em resumo, o pesquisador tem que levar em consideração as conseqüências de tornar pública sua pesquisa. Seus resultados darão sustentação a visões populares que, não obstante, ele acha moralmente injustificadas, como poderia ocorrer se um sociólogo libertário descobrisse que o uso de drogas realmente causa danos cerebrais? Ou elas darão suporte a visões não-convencionais que ele considera moralmente injustificadas, como no caso de um sociólogo mais conformista que viesse a descobrir que o uso de drogas poderia ser bom para as pessoas? Pessoalmente, acho que o cientista tem que relatar seus resultados. Posso compreender também porque alguém poderia omitir um resultado obviamente passível de interpretação errônea em situações onde será usado de forma distorcida para fins imorais, embora eu mesmo não me sentisse feliz de fazê-lo.

#### CONCLUSÃO

Os problemas técnicos de pesquisa refletem as peculiaridades do grupo social que estudamos.<sup>8</sup> Ao resolvê-los, aprendemos simultaneamente alguma coisa sobre a estrutura social em observação e alguma coisa sobre os métodos que usamos. Quando adaptamos nossos métodos "habituais" a um ambiente de pesquisa específico, o fazemos porque alguma coisa em relação ao ambiente está organizada de maneira tão diferente do que esperávamos,

---

<sup>8</sup> Ver, por exemplo, E. E. Evans-Pritchard (1940: 15): "os Azande não permitiam que eu vivesse como um deles; os Nuer não permitiam que eu vivesse de outra maneira. Entre os Azande senti-me forçado a viver fora da comunidade; entre os Nuer fui forçado a ser um membro dela. Os Azande me tratavam como um superior, os Nuer como alguém igual a eles." Ver também a discussão dos possíveis problemas legais associados aos estudos de distúrbios no *campus* em *Science* 165 (11 de julho de 1969), 157-61.

que não podemos ignorar seu efeito sobre as nossas técnicas. A adaptação também nos mostra o que aceitamos como verdade ao aplicarmos o método em situações "habituais" e nos torna conscientes de que, mesmo nestas situações, nossas pressuposições técnicas de rotina podem estar incorretas.

Uma vez que estigmatizamos e punimos atividades desviantes, as pessoas que as praticam geralmente tomam cuidado para não serem descobertas. Sua característica secreta toma uma variedade de formas organizacionais, e cada variação complica os problemas técnicos de amostragem, por exemplo, de uma maneira especial que exige que nós encontremos soluções especiais. Aprendemos como a atividade é organizada descobrindo o que temos que fazer para localizar seus praticantes; uma atividade realizada de maneira solitária pode requerer que nós coloquemos anúncios, enquanto uma outra realizada coletivamente nos permite coletar casos observando os ambientes prováveis. Aprendemos em que categoria se encaixa qualquer caso particular vendo o que temos que fazer para acumular uma amostra.

O problema de fazer a amostragem de desviantes também nos mostra que as técnicas de amostragem convencionais pressupõem, como uma condição para seu uso efetivo, que tenhamos informações suficientes sobre a localização dos elementos do universo para construirmos adequadamente uma estrutura de amostra. Como alternativa, elas pressupõem que o que queremos estudar ocorre tão freqüentemente, que a amostragem segundo critérios convencionais produzirá instâncias suficientes do que queremos estudar. Ao estudar o desvio, aprendemos o quanto precisamos urgentemente de teorias e técnicas novas que sejam adequadas ao problema geral de colher amostras de universos ocultos de itens raros.

De modo semelhante, para tomarmos um outro exemplo, por pensarmos que as atividades desviantes são erradas, elas se tornam questões de interesse para pessoas que recebem a incumbência de prender os que fazem coisas erradas ou de tratar, curar e reabilitar estas pessoas quando são apanhadas. Por esse motivo, podemos encontrar informações úteis nas audiências dos órgãos legislativos, nos registros de delegacias policiais e nos arquivos das profissões de apoio. Porém, o desvio é polêmico, e as controvérsias quanto à validade de tal material nos alertam para os

problemas gerais de utilizar material coletado por outros para os seus próprios objetivos. Não é de se espantar que as críticas mais penetrantes dos registros oficiais venham do campo da criminologia, críticas estas que são relevantes para todo empreendimento de pesquisa que se baseie em materiais deste tipo (ver Morgan stern, 1963).

O estudo do desvio é uma atividade perigosa, coalhada de armadilhas e contratempos. Talvez seja reconfortante saber que nossos próprios problemas, vistos apropriadamente, podem nos ajudar a aprender.





Temos aqui a oportunidade de conhecer  
melhor uma das mais importantes obras de  
ciência social do pós-guerra.

O estilo modesto e sóbrio só faz ressaltar  
a qualidade e precisão das idéias e  
a clareza do raciocínio.

Os profissionais e estudantes de  
Ciências Sociais e Humanas poderão fruir  
bons momentos de uma  
saudável e honesta aventura intelectual.

GILBERTO VELHO

apresentador da edição brasileira.



Editora Hucitec